



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 14

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de março de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com a continuação da Proposta de [Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – “Orientações de médio prazo 2017/2020”](#), [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI – “Plano Anual Regional para 2017”](#) e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017”](#).

Assim, usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (CDS/PP), Zuraída Soares (BE), Graça Silveira (CDS/PP), Isabel Correia (PS), Mónica Seidi (PSD), os Srs. Deputados Jaime Vieira (PSD), Mário

Tomé (PS), João Corvelo (PCP), José Contente (PS), Alonso Miguel (CDS/PP), Luís Rendeiro (PSD), André Rodrigues (PS), José Ávila (PS), Marco Costa (PSD), Paulo Mendes (BE), Miguel Costa (PS), Carlos Ferreira (PSD), António Parreira (PS), Luís Garcia (PSD), André Bradford (PS), Duarte Freitas (PSD), Artur Lima (CDS/PP), José San-Bento (PS), Bruno Belo (PSD), Domingos Cunha (PS), Jorge Jorge (PSD) e Dionísio Maia (PS), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Vítor Fraga*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

No seguimento da intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira (CDS/PP), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) pediu a palavra para um protesto.

Usou também da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Domingos Cunha (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 54 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Secretário: Bom dia. Vamos proceder então à chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos dar continuidade ao debate dos documentos que estão aqui em análise: as Orientações de Médio Prazo, o Plano Anual e o Orçamento da Região.

Para uma intervenção tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste debate sobre as propostas de Orientações de Médio Prazo e do Plano e Orçamento anuais, cumpre-me apresentar as principais linhas de orientação estratégica para as áreas sob a minha tutela: o Mar, as Pescas e a Aquacultura, a Ciência e a Tecnologia.

As políticas relativas às Pescas e Aquacultura assumem como orientação geral – deste quadriénio e em conformidade com o Programa do XII Governo – a melhoria da qualidade de vida dos pescadores, o aumento dos seus rendimentos, a viabilização das empresas de pesca, a preservação do ambiente marinho, o desenvolvimento local das

comunidades costeiras e a diversificação e aprofundamento das áreas de investigação relacionadas com este setor.

A proposta de Orientações a Médio Prazo 2017-2020 prevê um investimento na área das Pescas e Aquacultura que totaliza cerca de 112,6 milhões de euros, montante ligeiramente superior ao aprovado para a legislatura anterior, sendo que para este ano está previsto um investimento superior a 26 milhões de euros.

Importa salientar que este ano coincidirá com o arranque em pleno da operacionalização do MAR 2020, constatando-se um peso elevado dos apoios ao investimento no âmbito deste programa no Plano de 2017.

Estes apoios incidirão em diversas áreas, como os investimentos em infraestruturas de apoio às pescas, os investimentos privados em aquacultura, na transformação e comercialização dos produtos da pesca, ou a implementação dos projetos de desenvolvimento local de base comunitária nas zonas costeiras.

E aproveito para recordar que em 2016 foram pagos mais de oito milhões de euros ao abrigo do POSEI, abrangendo cerca de 650 beneficiários.

Defendo que o modelo de desenvolvimento para as pescas nos Açores terá de assentar no conhecimento e na investigação científica, bem como na proteção e fiscalização dos nossos recursos.

Nesse sentido, a proposta de plano para este ano prevê o financiamento, num valor superior a dois milhões de euros, destinado ao reforço das atividades de controlo e inspeção das pescas e à execução de diversos protocolos de cooperação com o IMAR Açores para a monitorização e gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Destaco, neste âmbito, o lançamento de um novo programa de monitorização dos habitats e recursos costeiros, com o objetivo de aferir o seu estado de exploração e condição ambiental.

A proposta de Plano em discussão dá ainda continuidade ao investimento em infraestruturas de apoio às pescas, de forma a garantir boas condições de segurança e operacionalidade aos profissionais do setor, mas também em lotas e entrepostos frigoríficos, fundamentais para a comercialização e valorização do peixe açoriano.

Destaco algumas intervenções que se iniciarão ou concluirão este ano, umas da responsabilidade da administração regional e outras a executar pela Lotaçor: no Pico, a elaboração do projeto de beneficiação do núcleo de pescas da Madalena; em São Jorge, a requalificação do Entreposto Frigorífico das Velas; na Terceira, diversas intervenções no porto dos Biscoitos e a ampliação da lota de São Mateus; e, nas Flores, a construção de mais um tanque de salmoura no Entreposto das Lajes.

A capacitação do capital humano é uma das nossas prioridades. Nesse sentido, queremos continuar a investir em cursos de formação de pescadores, tendo para isso prevista uma verba de 400 mil euros para continuar a apostar na formação de proximidade, promovendo cursos de pescador e de arrais em todas as ilhas.

Queremos também contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos pescadores, através de novos investimentos.

A criação de espaços de apoio à aprendizagem para crianças das comunidades piscatórias, em parceria com associações do setor, que, esperamos, possam contribuir para contrariar o absentismo e o insucesso escolar nestas franjas, e investimentos no acompanhamento médico aos

pescadores, através de consultas de medicina no trabalho, são iniciativas que pretendemos iniciar este ano.

Em 2017, continuaremos a apoiar os investimentos sustentados na frota pesqueira e concluiremos a elaboração do Plano de Reestruturação da Pesca da Região, cujo relatório de diagnóstico está a ser elaborado.

Este trabalho tem uma abordagem integrada e irá incluir uma avaliação detalhada, ilha a ilha, do tipo de pesca praticada, do número de barcos existentes, da idade dos armadores e pescadores, bem como do seu rendimento.

A valorização dos produtos da pesca permanecerá também no centro da nossa ação, através de iniciativas como a marcação do pescado nas lotas dos Açores, que já arrancou em todas as ilhas a título experimental com alguns armadores.

Simultaneamente, promoveremos um maior envolvimento dos profissionais do setor na comercialização de pescado e em atividades complementares à pesca que tragam alternativas de rendimento, como a pesca turismo.

Pretendemos ainda apoiar, pela primeira vez nos Açores, iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária, que contam com apoios públicos de cerca de 4,7 milhões de euros no âmbito do MAR 2020, e serão concretizadas por Grupos de Ação Local, envolvendo armadores e pescadores, através das suas associações, e outras entidades, como cooperativas, autarquias, juntas de freguesia e empresas.

O Governo dos Açores continuará também a apoiar fortemente as organizações do setor, parceiros que considera essenciais para o desenvolvimento sustentado de toda a fileira da pesca, através de apoios

ao desenvolvimento das suas atividades num valor de cerca de 700 mil euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o período 2017-2020, o investimento global proposto para os Assuntos do Mar é da ordem dos 50 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 169% face à anterior legislatura e refletindo bem a importância que o XII Governo dos Açores atribui a esta área da governação.

A proposta de Plano para 2017 dá continuidade ao investimento que tem vindo a ser feito na proteção e requalificação da orla costeira e também na defesa da qualidade ambiental das nossas águas e dos ecossistemas marinhos, fazendo uso das nossas competências enquanto Região Autónoma.

O Orçamento para este ano prevê um investimento global de 18,4 milhões de euros, dos quais 13 milhões se destinam à gestão e requalificação da orla costeira.

Nesta área, destaco a intervenção na costa norte de São Miguel, em Rabo Peixe, estando previsto um investimento no valor de 2,8 milhões de euros para esta empreitada.

Em cooperação com os municípios da Região, iremos também realizar várias obras para a proteção, estabilização e valorização das zonas costeiras, através de contratos ARAAL, nomeadamente em Vila Franca do Campo, em São Miguel, na Baía do Fanal, na Terceira, e no Porto Novo, no Corvo.

Sabemos que a requalificação da orla costeira das nossas ilhas é um enorme desafio, mas este Governo está empenhado em proteger e

requalificar as zonas mais vulneráveis, dando prioridade a locais onde pessoas e bens possam estar em risco.

No campo da monitorização e ação ambiental marinha, iremos dar continuidade ao Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA), que terá uma verba de 544 mil euros, e que pretende dar resposta às obrigações decorrentes da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) e da Rede Natura 2000.

Continuaremos também ainda a investir em programas de monitorização e mitigação de lixo marinho e na promoção da educação ambiental, através de campanhas como o SOS Cagarro e o Açores Entre Mares.

Durante este ano, contamos também apresentar formalmente a Estratégia Regional para o Mar, bem como o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (POEMA).

Ainda no âmbito dos Assuntos do Mar, estão previstos 4,5 milhões de euros para a Escola do Mar.

Este investimento irá permitir concluir a empreitada e iniciar os procedimentos para a aquisição dos equipamentos necessários. E estamos convictos que a Escola do Mar possa entrar em funcionamento em 2018.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No período 2017-2020, o investimento consagrado às áreas da Ciência e Tecnologia totaliza 62,1 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 50% face à legislatura anterior.

Este investimento será dedicado à consolidação e ao desenvolvimento do nosso sistema científico, ao reforço de parcerias que facilitem a transferência do conhecimento e da tecnologia dos centros de investigação para o tecido económico, à internacionalização da

investigação realizada nos Açores, e à qualificação de recursos humanos em Ciência e Tecnologia.

A proposta de Plano para 2017 prevê um investimento na área da Ciência na ordem dos 15 milhões de euros, representando um aumento de 21% face ao ano anterior.

O projeto relativo ao Programa de Incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, com cerca de 6,8 milhões de euros, concentra 46% do investimento total.

Aqui incluem-se os apoios a projetos de investigação já concluídos e outros a abrir durante 2017.

Relativamente aos concursos a lançar durante este ano, destaca-se um concurso para o financiamento de projetos de investigação científica, alinhados com a Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores, a RIS3, num montante estimado de 2,9 milhões de euros para três anos.

Este é um concurso semelhante ao lançado em 2015, através do qual já estão a ser financiados 22 projetos, significando cerca de 34 contratos de trabalho qualificado.

Pretendemos ainda atribuir seis bolsas de pós-doutoramento em contexto empresarial e até 12 bolsas de doutoramento, e continuar a apoiar a Universidade dos Açores e os seus centros de investigação na Região.

Aqui gostaria de destacar a aposta deste Governo na regularidade e previsibilidade do lançamento destes concursos para que as instituições e os investigadores desenvolvam o seu trabalho com normalidade.

Até ao final deste ano, lançaremos ainda um programa que vise reforçar a internacionalização do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, em especial os projetos desenvolvidos em contexto competitivo europeu, num montante global até um milhão de euros, para três anos, bem como

avançar com o financiamento das infraestruturas regionais de investigação integradas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico.

A Rede de Centros de Ciência dos Açores e a Rede de Espaços TIC continuarão a ser apoiadas, atendendo ao seu importante papel na divulgação da cultura científica, na educação para a ciência e no seu contributo para a acesso generalizado às TIC.

A área de projetos e infraestruturas de base tecnológica tem um investimento previsto de 925 mil euros, que se destina maioritariamente à dinamização dos projetos para a área do Espaço, como, por exemplo, aos estudos prévios das condições para a instalação de um 'spaceport' e de uma nova antena da ESA em Santa Maria.

Prevêem-se ainda a aquisição de terrenos e infraestruturas para a instalação de uma nova antena da RAEGE, nas Flores, e investimentos relacionados com a criação de um Centro de Aquacultura no Faial.

Através do projeto relativo a ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação, com uma dotação de 150 mil euros, o Governo dos Açores irá continuar a estimular o interesse dos jovens açorianos pela Ciência e Tecnologia, através do apoio a iniciativas como o concurso regional CanSAT e as Jornadas da Ciência.

Finalmente, gostaria de destacar a empreitada de construção do TERINOV - Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, no valor de sete milhões de euros, um projeto que, acreditamos, irá criar condições privilegiadas para a transferência de conhecimento entre os organismos de ciência e de investigação e o tecido empresarial.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É minha convicção que as Opções de Médio Prazo 2017-2020 e as medidas inscritas no Plano de 2017, que estamos hoje a discutir, certamente concorrerão, de forma decidida, para a consolidação e o reforço dos setores e as áreas sob a minha responsabilidade, que serão geridos numa perspetiva de aproveitamento das sinergias dos vários departamentos.

Este é um Plano que aposta no conhecimento porque sem conhecimento não há desenvolvimento.

Defendo políticas articuladas e transversais, que permitam o desenvolvimento socioeconómico sustentável da nossa Região.

Por isso, acredito que o investimento proposto por este Governo para as áreas do Mar, Pescas, Ciência e Tecnologia possa, de facto, contribuir para o progresso das nossas nove ilhas e para o bem-estar de todos os Açorianos e de todos aqueles que escolheram viver nos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha questão ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia era no sentido da obra que referiu, agora aqui, na sua intervenção do entreposto frigorífico das Velas e também no seguimento do que foi transmitido através da comunicação social agora da sua visita no dia 8 de março, que estaria o projeto e o licenciamento concluído em dezembro de 2016 e que, portanto, agora a Lotaçor estaria a avaliar a portaria para realizar a candidatura.

A minha questão é se efetivamente a construção está dependente ou não da aprovação da candidatura através do Programa Operacional do Mar 2020.

A outra questão era relacionada com a empreitada de melhoramento do Porto do Topo. Esta obra, como todos sabíamos já estava adjudicada, uma obra de 6 milhões de euros.

Entretanto foi recusado o visto do Tribunal de Contas e pelas suas declarações é necessário reformular o projeto dessa intervenção, mas a verdade é que vamos ter pelo valor que está previsto no Plano, numa rubrica de 100 mil euros, e como o próprio Secretário disse a obra só arrancará, em princípio, em 2018.

Portanto, a minha questão era de que ordem são essas reformulações que são necessárias ao projeto para terem esta demora de um projeto que já se arrasta de uma promessa que estamos a falar de 2005, em que já existiram tantos projetos, tantos secretários; quais são essas reformulações que nos obrigam a aguardar mais um ano e também porque através agora da sua intervenção falou num contrato ARAAL com municípios e pelo que

percebi mencionou o Porto do Topo e era saber em que sentido é que seria essa intervenção ...

Peço desculpa! Não percebi. Percebi Porto do Topo. Foi isso que também alertou-me e era para esclarecer.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pede esclarecimentos a tudo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para este ano, em tudo similares aos documento de 2016, insistem em medidas que conduziram aos resultados já conhecidos de todos menos do Governo, pelos vistos, ou seja, menos descargas e menos rendimentos.

Formação, sustentabilidade dos recursos, rendimento dos pescadores são estes os três pilares atuais que consideramos fundamentais para sustentar uma estratégia para um setor das pescas.

Façamos então o retrato de cada um destes pilares sem os quais não é possível ter uma estratégia clara e consequente para um setor que deu e continua a dar muito à Região.

No âmbito da votação do Plano e Orçamento 2016 o PSD/Açores defendeu a importância da formação e propôs um aumento da verba destinada para este fim.

Esta proposta que sublinho do PSD contou os votos favoráveis das bancadas e assim sendo é com agrado que assistimos ao aumento desta importante rubrica para melhorar o futuro dos pescadores açorianos.

No entanto e quando se pensa na sustentabilidade constatamos que este orçamento para 2017 que estamos aqui a discutir não contempla qualquer verba para este fim, nem tão pouco medidas ou planos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Até admira!

O Orador: Torna-se cada vez mais claro que o Governo Regional não vai defender as paragens do defeso para algumas espécies piscícolas que consideramos necessária com a devida compensação, como sempre defendeu o PSD/Açores e instituições que representam o setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito aos rendimentos dos pescadores o terceiro pilar fundamental que referi no início da minha intervenção mais uma vez se confirma a inércia e a falta de vontade política do Governo Regional para alterar o estado de arte neste sector.

Deputado André Bradford (PS): Isto começou agora! Não atire todas as balas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é neste aspeto que tenho que referir que é inadmissível que as políticas e verbas neste Plano não têm preocupações sociais para as centenas de pescadores e milhares de famílias (e repito milhares) que devido a baixíssimos rendimentos, em média quase metade do ordenado mínimo, não lhes permite em muitos dias usufruir de pão na mesa sem recorrer a ajuda extra.

Alguns nesta Casa estão a pensar ou a dizer: “Lá está ele outra vez com a mesma conversa.”

Agora digo que sou e vou ser repetitivo neste assunto ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Até não estava a pensar nisso!

O Orador: ... e vou defender sempre esta classe até que a situação a nível dos rendimentos dos pescadores esteja resolvida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mais ainda! Vou insistir até que este setor saia dos cuidados intensivos onde se encontra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isto Srs. Deputados e Membros do Governo não é tratar os pescadores de coitadinhos, como alguns já o disseram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Não!

O Orador: É sim repor uma injustiça, é sim dar dignidade aos pescadores, é sim atribuir justiça social, porque num estado de direito não pode haver ordenados inferiores ao ordenado mínimo e a preocupação do Governo é de evitar que isto aconteça.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): É melhor voltar aos cuidados intensivos!

O Orador: É por isso que o PSD/Açores apresenta uma proposta no FUNDOPESCA de alteração no sentido de reforçar esta verba de forma a que seja atribuída mais vezes ou até atribuído o ordenado mínimo numa opção que seria de inquestionável justiça social.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): O atual ou o antigo do PSD?

O Orador: Questões: o Governo Regional apresentou em fevereiro de 2016 um resgate no setor das pescas e prometeu elaborar um plano de reestruturação para este setor. Passado mais de um ano nada.

Nestes documentos deveriam estar inscritas essas prometidas novas medidas e o financiamento para as executar, mas não estão.

De acordo com o Plano para 2017 o Governo Regional propõe reestruturação e diminuição de embarcações.

Neste sentido é importante perceber como se vai proceder a esse abate, com que critérios e com que valores.

Reforçava ainda e como também já foi referido o que foi feito das prometidas melhorias nas condições operacionais de segurança do porto da pesca do Topo, verba inscrita em 2016, um milhão e meio de euros; verba inscrita em 2017, 100 mil euros.

Também melhoria das condições operacionais de segurança no porto de pesca da Ribeira Quente: em 2016, dois milhões, 525 mil euros; em 2017, 30 mil euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já está a ir a para Rabo de peixe...

O Orador: Isto só prova que se promete, mas que tarda ou não se cumpre.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se hoje é possível exercer a atividade da pesca de forma diária, segura e de acesso rápido aos pesqueiros deve-se ao forte investimento realizado pelos governos do Partido Socialista em infraestruturas portuárias e na reestruturação da frota.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: A rede de portos da Região, portos de pesca e núcleos de pesca, contemplam 50 infraestruturas e um conjunto de equipamentos elétricos e mecânicos num total de 82 equipamentos ao dispor das embarcações, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Já se esqueceram disso!

O Orador: ... dos pescadores, associando as casas de apresto e as oficinas de reparação naval. A isto chama-se ou designa-se por uma política de pescas, que é criar as infraestruturas necessárias para potenciar a pesca.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: A nível da reestruturação da frota foi possível criar condições permitindo pescarias mais distantes, com menor espaço temporal e com melhores meios ao nível da tecnologia da pesca, tornando a atividade mais incisiva, mais eficaz, melhorando a eficiência e a celeridade da entrega do pescado na primeira venda em lota.

O enquadramento da atividade pesqueira passa por estabelecer pescarias responsáveis e equilibradas que garantam a sustentabilidade dos recursos, associando o ajustamento da frota e dos recursos humanos à

disponibilidade dos recursos naturais e apostando na formação profissional dos pescadores.

As novas áreas emergentes da economia do mar, nomeadamente da aquacultura, poderá ser um complemento à atividade extrativa da pesca e dos profissionais alicerçando uma pesca sustentável, a captação de emprego, assim como o abastecimento contínuo do mercado.

É fundamental e necessário envolver todos os atores da fileira da pesca, permitindo que os ganhos provenientes desta atividade sejam distribuídos de uma forma equitativa para que os nossos pescadores usufruam de mais rendimento e a este nível é que foram pagos do POSEI pescas oito milhões de euros, em que relativo a peixe fresco, pescado fresco, foram pagos três milhões e 600 mil euros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Em quantos anos? Há quanto tempo isso está atrasado?

O Orador: Sr. Secretário, a questão que lhe coloco é a seguinte: de que forma o investimento previsto para o quadriénio de 2017/2020 na área do controlo e inspeção com recurso a fundos comunitários provenientes da dotação nacional do FEAMP poderá contribuir para um maior controlo e gestão dos recursos pesqueiros?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): Tem três anos de atraso o POSEI!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prescindo!

Presidente: Prescinde.

Sendo assim não temos mais intervenções.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, queria apenas começar por chamar a atenção de que na realidade e ao contrário do que se poderia depreender da sua intervenção de tribuna a Secretaria do Mar, Ciência e Tecnologia tem um montante inferior para investimento na ciência do que aquele que tinha no orçamento passado, porque lhe foram adstritas áreas e rúbricas que estavam anteriormente noutras secretarias.

Portanto, feitas as contas aquilo que sobra não é mais, é menos.

Contudo, era esta a observação, mas não é essa a pergunta.

A questão muito concreta que lhe ponho, Sr. Secretário, é se mais uma vez a Secretaria que o senhor tutela e o Sr. Secretário estão disponíveis para a concretização de um projeto objetivo no prazo de seis meses, tendo em vista a sediação de um centro internacional de investigação das ciências do mar no Faial, apresentando a esta Casa, neste prazo, as suas valências, a sua configuração, os seus meios, a sua composição, por forma a dotar esta Região de um imprescindível instrumento de salvaguarda das nossas potencialidades e das nossas riquezas?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação muito concretamente à ciência, é estranho que este Governo agora tenha decidido que afinal a prioridade é encontrar emprego científico, a transferência do conhecimento para as empresas, a ciência e o empreendedorismo, ou seja, a ciência que era aquela coisa que nós sabíamos exatamente o que era, quais eram as ações e para que é que serviam, agora também já estão embrulhadas naquela adjetivação de que depois no final nunca sabemos bem para que é que são as verbas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desde que o Sr. Deputado José Contente deixou a ciência nunca mais foi a mesma coisa!

A Oradora: Portanto, a dúvida que se coloca é: se se cria uma medida que é a 5.1.2 que apoia os projetos de investigação em contexto empresarial; a 5.1.6 que visa apoiar o emprego científico e depois o mesmo Governo do alto dos capitães gerais decide acabar o apoio do Estagiar L aos alunos que decidem fazer mestrado, quando todos nós sabemos que na Região os futuros investigadores em ciência são exatamente aqueles que fazem mestrado e todos nós sabemos que a primeira experiência em contexto de investigação nas empresas na Região historicamente se fizeram sempre quando os alunos estavam a fazer os seus mestrados.

Portanto, é importante clarificar se queremos que a ciência saia dos corredores da universidade e venha para as empresas ou queremos que a ciência fique nos laboratórios da universidade.

Mas mesmo que a ciência fique nos laboratórios da universidade vai ter os dias muito tristes nos próximos tempos, porque o Sr. Secretário reduziu para metade o valor das bolsas de investigação, ou seja, desapareceu um milhão para pagamento de verbas.

E mais!

É que não existe um único euro nessa ação de orçamento próprio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um euro!

A Oradora: Portanto, dantes havia orçamento externo, ou seja, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A isso é que chama não saber do que é que se está a falar!

A Oradora: ... havia pagamentos por parte da Europa, havia pagamentos de transferências com o nosso Fundo Regional.

Os 750 mil desapareceram. Mudaram-lhe o nome. Mudaram o nome da ação, mas não interessa. A descrição da ação do pagamento das bolsas desapareceu e, portanto, Sr. Secretário, para já, gostaria que me fizesse estes esclarecimentos.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): O Sr. Vice-Presidente está a explicar-lhe porque é que acabou com o Estagiar L, Sr. Secretário!?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Estou a explicar o monte de asneiras que foram ditas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O acondicionamento do pescado e as suas condições de congelação são fatores de grande importância e valorização do pescado da nossa Região.

Assim, questiono o Sr. Secretário do Mar para quando a construção do tanque de salmoura no interposto frigorífico das Lajes das Flores, bem como para quando a instalação de máquina de gelo no Porto das Poças.

Relembro que estes foram compromissos que o Governo Regional aquando da última visita estatutária à ilha das Flores à quase há um ano atrás prometeu aos pescadores.

Na ilha das Flores onde a taxa de envelhecimento é elevada, onde a fixação de jovens qualificados quase não existe, estando no Plano de 2017 apenas prevista a aquisição de terrenos e infraestruturas de antena da RAEGE na ilha das Flores, questiono o Sr. Secretário sobre o restante cronograma para a instalação dessas infraestruturas tecnológicas na ilha das Flores.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Queres falar de ciência? Não é importante para o PPM?

O Orador: Para quando estima o Sr. Secretário a entrada em pleno funcionamento da estação geodésica na ilha das Flores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima (CDS/PP), a Deputada Graça Silveira (CDS/PP) e o Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila))

(*) Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção eu queria destacar que nós entendemos que nestes documentos a política de ciência está bem defendida ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bem-vindo! É o regresso da ciência pura e dura!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É dessa que gostamos!

O Orador: ... e encontra consciência, sentido de futuro para o valor do conhecimento no mundo atual.

Digo isso, porque não fora a questão conceptual do interesse do conhecimento na atualidade, bastaria compulsar o documento e verificar que na consolidação do sistema científico e tecnológico, na internacionalização da investigação realizada na Região, na transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido económico, bem como no reforço dos recursos humanos em ciência e tecnologia e naquilo que se destaca na própria estrutura de missão que existe neste momento para o espaço, para a terra e para o mar na execução do programa PROCIÊNCIA e na sua valorização, na cooperação com entidades de investigação, desenvolvimento e inovação, na qualificação do capital humano para as tecnologias de informação e comunicação, para a manutenção do apoio à tripolaridade dos Açores ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um sucesso!

O Orador: ... e para a regularidade e previsibilidade dos projetos postos a concursos em matéria de investigação, bem como para bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, este Plano ao contrário do que eu ouvi é exatamente o Plano que responde a estas situações e por isso nós não entendemos alguma deambulação que temos visto a propósito de outras coisas que o Plano não teria estratégia, que era mais do mesmo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): O problema é que não é mais do mesmo! É menos do mesmo!

O Orador: ... quando se verifica (e daqui a pouco espero também voltar a comprová-lo) que o programa não só tem estratégia, como não é mais do mesmo. É mesmo mais.

Agora o que nós vemos na oposição é que ela é menos do mesmo.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor levantou-se para dizer isso!?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário agora vai responder!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o CDS/PP já desde 2014 tem vindo a propor verba para a aquicultura, sendo que o Governo Regional tem feito bandeira com o alegado desenvolvimento deste setor ao longo dos anos.

No entanto, à parte do mapeamento de zonas com potencial para a instalação de estruturas para esta atividade, nada mais de relevo há a registar e o que nós verificamos neste Plano para 2017 é uma redução da verba inscrita para os produtos da pesca onde se incluem os montantes para a dinamização da aquicultura de cerca de 1,5 milhões de euros em relação a 2016, qualquer coisa como menos 58,6%.

Como tal, o que o CDS/PP gostaria de saber é se isto é um investimento sério na aquicultura.

Nós consideramos que não é. Portanto, o que queríamos também saber é como é que se justifica esta redução de investimento na aquicultura, especialmente no que se refere à substituição da verba de 1 milhão, 750 mil euros que estava prevista em 2016 para transformação e aquicultura, substituindo-a por outras duas rubricas que somadas não vão além de uns parcos 350 mil euros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque como a Sra. Deputada Graça Silveira resolveu voltar atrás e falar do Estagiar L era só para lhe desmentir.

Sra. Deputada Graça Silveira, o Estagiar L mantém-se para aqueles que concluem o mestrado e quem conclui o mestrado tem direito ao Estagiar L.

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): A notícia é que de facto o senhor não desmentiu!

Deputado André Bradford (*PS*): A senhora não se documenta!

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): A senhora não se documenta, não! O Sr. Vice-Presidente deu declarações e não as desmentiu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra.

O Orador: Basta a senhora ler o ponto um, do n.º 18 da Resolução do Conselho de Governo de 2017, do passado dia 27 de fevereiro que desmente totalmente o que a senhora disse.

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): Vamos ter Estagiar L e mestrado?

O Orador: Lamento que a Sra. Deputada venha fazer afirmações sem minimamente ler ...

Deputado Francisco César (*PS*): Lamentável!

O Orador: ... a legislação que contraria e desmente aquilo que a senhora disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Com o Prof. Félix Rodrigues até mestrados sobre as areias do deserto do Saara se fazia!

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):
Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser muito rápido porque as perguntas foram muitas.

Em relação à pergunta da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

O entreposto das Velas será uma obra executada pela Lotaçor, está tudo pronto para ser lançado.

Naturalmente que estes programas têm apoios comunitários. Vai ser proposto a aprovação. Não vejo razão para não ser aprovado, portanto, é uma coisa que podemos dar por garantida. Não vejo razões para não ser.

Quanto à questão do porto do Topo. Quando falei em reformulação o que estava a pensar era: olhar novamente para o projeto e verificarmos aquilo que é necessário ou que é possível reduzir em termos de custo.

Como sabe, um Secretário Regional tem de pensar nos Açores como um todo e tem de ter em atenção a coesão regional e eu julgo que é possível naquele projeto, sem ferir e sem naturalmente comprometer as questões de operacionalidade do porto e os objetivos da obra, fazer algumas alterações ao projeto eventualmente que se traduzam em reduções substanciais do custo da obra.

Portanto, quando eu falo em reformulação, estamos a falar disso.

Aliás, ainda esta semana vamos ter cá o engenheiro que o projetou para aferirmos exatamente esses aspetos.

Quanto aos contratos ARAAL, só muito brevemente. Eu referi-me a contrato ARAAL com o Corvo, não do Topo.

Sr. Deputado Jaime Vieira, eu acho piada que o Sr. Deputado Jaime Vieira só vê o lado mau da pesca.

Deputado Miguel Costa (PS): Claro!

O Orador: Eu nunca o ouvi falar de bons exemplos na pesca e há bons exemplos na pesca, mas eu posso dizer-lhe que em relação aos apoios que temos são estruturais. O FUNDOPESCA devo lembrar que é um fundo que é ativado quando existem situações excecionais, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E a situação da pesca não é excepcional?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diz uma coisa e o seu contrário no mesmo discurso!

O Orador: ... não é uma medida que possa resolver os problemas estruturais, aliás tem também critérios muito específicos da sua aplicação. O que eu posso referir quando diz que não há estratégia e posso começar a enumerar (já foi referido aqui pelo Deputado Mário Tomé) ... Só a quantidade de portos, as condições dos portos, dos entrepostos, o que isso significa para a melhoria deste setor é incomensurável em termos da valorização do pescado e o que tem sido feito ao longo destes anos é um apoio direto aos pescadores e às associações e ao setor que é muito grande.

Deputado Marco Costa (PSD): É preciso é executar!

O Orador: Eu posso dizer-lhe, por exemplo, que até agora, até ao dia 14/03, nós temos contabilizadas, em termos estatísticos (mas só para irmos conversando um bocadinho) 1.200 marés (marés são descargas, digamos assim), houve um aumento por rendimento em cada maré de 9% e o preço médio já aumentou 32% só nos primeiros três meses deste ano.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Por outro lado, posso referir ainda que temos no programa apoios à frota e à sua modernização por questões de segurança e de operacionalidade. Temos apoios aos seguros e aos contratos de trabalho.

Nas questões da gestão dos *stocks*, como sabe a gestão dos *stocks* este ano, por exemplo, no caso do goraz permite na realidade haver um aumento de rendimento dos pescadores que se dedicam a essa pescaria. Aliás, tencionamos fazer o mesmo com a pesca do alfonsim.

Para mais, o que é que nós fizemos?

Nós tirámos capturas de goraz de embarcações muito grandes que concentravam grande parte das capturas e dividimo-las por um maior número de embarcações e isso naturalmente vai resultar num aumento do rendimento dos pescadores.

Portanto, estamos só a falar ainda de rendimentos.

Quanto a outras medidas de sustentabilidade, como sabe também alterámos alguns tamanhos mínimos de algumas espécies e que estes resultados naturalmente que se fazem repercutir a médio prazo e estamos a contar ainda este ano propor às associações outras medidas de gestão para outras espécies, nomeadamente as espécies demersais, e que também a longo prazo ou a médio e a longo prazo poderão dar os seus efeitos no aumento dos efetivos populacionais.

Agora, há uma coisa que não podem pedir ao Governo é que em relação aos pelágicos o atum não tem aparecido, o chicharro também tem falhado um pouco e isso não é culpa do Governo, são condições ambientais que assim o determinam, mas mesmo aí – e se tem ouvido as notícias – nós temos pugnado por uma intervenção forte no seio da ICCAT ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não é o que dizem os armadores!

O Orador: ... para que se reduzam o número de fatos que são utilizados nas zonas tropicais e temos sugerido, pelos menos em alguns corredores marítimos, para que esses fatos não existam para que os animais possam migrar e eventualmente possa ter algum efeito positivo na chegada destas espécies aos Açores.

Mas vamos continuar. Vamos continuar a apoiar as iniciativas que os pescadores têm como complemento do seu rendimento a pesca turismo. Já há muitos exemplos nos Açores com sucesso, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há que anos!

O Orador: ... já há exemplos com sucesso e nesse sentido posso dizer-lhes que vamos reduzir as taxas para essa atividade para que ela seja mais motivadora para alguns pescadores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas mais! O gasóleo pescas, outro apoio ao rendimento direto em relação aos custos que eles têm.

Mais! Com a elaboração do plano de reestruturação da frota e da pesca vamos com certeza também caminhar para um aumento do rendimento dos pescadores quando as medidas começarem a ser implementadas.

Ao nível FEAMP, o grau de pesca pode também ser e trazer projetos às comunidades costeiras para dinamizar outro tipo de atividades que complementem o rendimento.

Ao nível da capacitação dos recursos humanos vamos continuar com aquilo que são as formações mais tradicionais, mas vamos também inovar neste sentido e vamos trabalhar com outros departamentos do Governo para introduzir ações inovadoras neste programa e bolsas de pescadores, por exemplo, que possam ser utilizados na pesca do atum. Aliás, já

conversamos desse aspeto com a APASA que está muito recetiva a essas ideias para podermos transferir alguns pescadores para a pesca do atum.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não vai anunciar drones, pois não?

O Orador: Como sabe a pesca do atum hoje em dia nos Açores é maioritariamente de tripulantes madeirenses e cabo verdianos e nós queremos inverter essa situação.

Portanto, estão aqui medidas que eu considero estruturais e que podem ter um efeito positivo no rendimento dos pescadores.

Não concordo com o seu discurso de que está tudo mal, está tudo mal na pesca e que o rendimento ...

Eu posso dizer-lhe, por exemplo, que o FUNDOPESCA desde que foi ativado já atribuiu cerca de 6,3 milhões de euros aos pescadores, já beneficiou 17.700 beneficiários ...

Deputado Marco Costa (PSD): Estão é muito pobres!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A pobreza é complicada!

O Orador: ... e só em 2016, agora as candidaturas que estão a ser aprovadas, digamos assim, já temos candidaturas de cerca de 996 pescadores, o que é menos ainda por cima do que o ano anterior.

Em relação ao Porto do Topo eu julgo que já respondi à sua questão.

Em relação ao Porto da Ribeira Quente o que posso dizer é que vai ser realizado um estudo topo hidrográfico e é isso que está previsto no plano para se poder estudar o tipo de intervenção que se poderá fazer naquele porto.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Mário Tomé, o investimento no controlo e inspeção, tem duas componentes: uma é mesmo a Inspeção Regional das Pescas que vai ter muitíssimo mais capacidade de cobrir

mais áreas, mais embarcações, vai ter a possibilidade de fazer mais missões, vai ter a possibilidade também de adquirir mais caixas MONICAP, são aquelas caixas de controle. Portanto, julgo que vamos ter aqui também um aumento significativo na nossa capacidade inspetiva naturalmente sempre tendo em atenção também uma componente muito importante que é preciso não esquecer: a Inspeção Regional das Pescas tem um importante papel também de pedagogia em tudo o que vai saindo de legislação neste setor.

Teria mais questões aqui para responder, mas não terei tempo de o fazer e ficaria por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes aqui acusamos o Governo de andar nas nuvens, mas neste caso e nesta Secretaria resolveu-se subir das nuvens para o espaço.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Para a estratosfera!

O Orador: Eu gostaria de falar do Projeto Açores AIR Center.

O Projeto Açores AIR Center começou por ser anunciado por este Governo como uma das grandes medidas que ajudariam a baixar o impacto da redução do efetivo norte americano na Base das Lajes.

Deputado André Bradford (PS): Não me parece!

O Orador: Os terceirenses poderiam ficar descansados que os aviões norte americanos, cujo número estaria a reduzir, iam ser alegremente substituídos pelo lançamento de foguetões, satélites e outros objetos estratosféricos, mas já não é assim.

Deputado José Contente (PS): Não é assim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os drones!

O Orador: Já não é assim!

Portanto, eu gostaria que neste momento o Sr. Secretário nos pudesse explicar o que é que vale o AIR Center e quanto é que vale o AIR Center para além da retórica, porque é importante que nós possamos saber em concreto quais é que são os investimentos que vão ser feitos nas várias ilhas dos Açores e já agora também na Terceira e na Base das Lajes afetos a este projeto.

Quando é que vão ser executados, sabendo que já há os *jobs* (entenda-se, a estrutura de missão), que já está anunciada a instalação de uma antena que não é nova, está a ser desmontada na Austrália e vem para Santa Maria com alguns outros investimentos mais pequenos em outras ilhas, mas nenhum deles para a Base das Lajes ou para a compensação do *downsizing* americano naquela infraestrutura com os impactos que todos conhecemos na economia da ilha e da Região, porque são significativos através da Base das Lajes.

Portanto, Sr. Secretário, no que diz respeito ao Açores AIR Center o que é que está nos números, o que é que é real e o que é que está na *cloud* ou no espaço, sobretudo no que diz respeito às questões referentes ao *downsizing* da Base das Lajes.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado André Bradford (PS): Pedir desculpa...!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, não veio aqui desmentir-me. Não veio aqui desmentir uma Deputada do CDS.

Veio aqui desmentir-se de notícias públicas, porque o Estagiar L aplicava-se a recém licenciados e a alunos em pós-graduação e a partir deste momento só recém licenciados. Senão venha aqui afirmar publicamente que se continua a aplicar o Estagiar L em alunos em pós-graduação, que foi exatamente o que eu disse. Os alunos que estão em pós-graduação são os que vão para a ciência e ou são pagos pelo Estagiar L, ou são pagos por bolsas de investigação e as bolsas de investigação ficaram reduzidas a metade. Tirou-se um milhão e o Sr. Secretário diz que não com a cabeça, mas não abriu a boca para dizer uma palavra sobre isso.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ó Sra. Deputada, por amor de Deus, admita o erro! Fica bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, permita que lhe dê um conselho.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Fale para os açorianos, não é para mim!

Presidente: Srs. Deputados! O Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra e para que o possamos ouvir temos que fazer silêncio.

O Orador: Errar é humano; repetir o erro já tem um outro nome menos simpático.

Aconselho-a apenas a ler com cuidado a Resolução do Conselho de Governo n.º 18/2017 de 27 de fevereiro, ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não preciso de ler! O senhor é que precisa de se esclarecer para os açorianos!

O Orador: ... alínea a), n.º 1, do art.º 1.º e n.º 2 que diz exatamente aquilo que contraria o que a senhora disse. É o que está na lei. Se a senhora não sabe ler a lei, paciência.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Assuma!

O Orador: Se a senhora fala sem conhecer a lei também é um problema seu.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria que fosse esclarecido o que é que quer dizer o art.º 1.º e 2.º.

Sra. Presidente, o que está aqui em questão é...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira, numa interpelação à Mesa não poderá usar o tempo da interpelação para intervir no debate. Portanto, ou tem que colocar uma questão diretamente à Mesa, ou informar se vai apresentar algum documento como aliás é utilizado nesta figura.

A Oradora: Eu quero um esclarecimento. Não é se eu minto ou não minto, porque isso não é que está aqui em questão. Nem sequer quero entrar por esse juízo de valor.

O que é importante aqui é que haja um esclarecimento.

Há uma incorreção ao dizer que não vai haver aplicação a pós-graduação?

Não interessa se está ...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: É um esclarecimento que tem de ser feito e que nunca foi feito.

Presidente: Sra. Deputada!

Peço desculpa de interrompê-la novamente, mas como compreende esse esclarecimento tem de ser feito no âmbito do debate. Não pode ser feito à Mesa, porque não é à Mesa que compete esclarecer esse tipo de situação.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional tinha pedido a palavra.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, na ação 5.1.5 – “Formação avançada” – não sei onde é que a senhora não vê que houve uma diminuição de dinheiro para bolsas. Tem lá um milhão e 100 para bolsas de investigação.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas em 2016 tinha 2 mil e 200!

O Orador: Tem dinheiro e eu enunciei no meu discurso bolsas de pós-doutoramento e para doutoramentos, 12 bolsas de investigação.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas não estão inscritas nas ações!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só porque o Sr. Secretário Regional não respondeu à questão que eu tinha colocado acerca do desaparecimento da verba para transformação e aquicultura. Saber o que é que se passou e qual a justificação para a redução dessa verba.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): É para uma interpelação ...!

Deputado Francisco Coelho (PS): É para a época de recurso!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Secretário, em 2016 haviam 2 milhões e 150 para bolsas.

Este ano há 1 milhão e 100. Redução de um milhão.

Portanto, não houve erro nenhum, desapareceu um milhão. Gostaria que nos esclarecesse sobre isso.

Sr. Vice-Presidente, ainda nunca disse se vai ou não vai abrir Estágio L para pós-graduados.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Ó paciência... Paciência de santo...!

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): Pois é, nem sempre é fácil Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta da Sra. Deputada Graça Silveira já respondi.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Alonso Miguel posso dizer-lhe que neste momento estamos a avaliar cerca de 12 projetos de aquacultura divididos por várias ilhas que são financiados naturalmente por verbas do FEAMP e que em breve, durante este ano, vão (isto são investimentos privados) começar a ser implementados.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu vou interpretar o seu silêncio quanto às minhas questões citando o ministro socialista de quem os senhores neste momento não gostam nada: “O AIR Center para a Terceira e para a Base das Lajes vale zero?”

É porque o senhor não respondeu às minhas questões e, portanto, vou interpretar o seu silêncio como um consentimento.

Tem aqui oportunidade agora para que as minhas perguntas fiquem registadas e as suas respostas também para memória futura.

Portanto, diga-nos lá quanto é que vale o AIR Center, quanto é que vale o projeto espacial para a ilha Terceira e para a Base das Lajes, Sr. Secretário?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, apenas para registar que o Sr. Secretário Regional não teve tempo (e eu respeitei isso) para responder à questão concreta e direta que lhe pus, mas tem tido tempo para ir respondendo a vários outros deputados.

Portanto, eu gostava de saber se há algum problema do Sr. Secretário Regional com a bancada do Bloco de Esquerda, ou se o tempo sobra para uns, mas falta para outros?

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, fica registada a sua interpelação. Naturalmente a Mesa não pode, nem obrigar a responder, nem obrigar a perguntar. Portanto, fica apenas registado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, não tenho nada contra a sua bancada e respeito muito as suas perguntas.

Em relação ao Centro de Ciência Público Internacional de Ciências do Mar o que eu posso dizer é que estamos a fazer uma reflexão sobre esse assunto. Eu sei que no passado o meu antecessor teve algumas reuniões com o Secretário de Estado do Mar sobre esse assunto. Julgo que a reflexão que estamos a fazer passará eventualmente por um outro formato. Nós estamos a estudar o que será esse outro formato.

Agora o que lhe posso dizer é o seguinte: por parte deste Governo há de facto o reconhecimento de que ...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Ai, ai! Essas reflexões!

O Orador: ... há algumas disfunções e o Governo Regional necessita de ter um apoio à decisão mais continuado que neste momento, com o formato que existe, não o permite para algumas questões científicas ligadas ao mar propriamente.

Portanto, é uma coisa que estamos a refletir e que na devida hora julgo que teremos condições para informar acerca das opções que vamos tomar. Aqui prende-se também naturalmente com isto uma coisa que eu não referi que é a nossa preocupação grande e que já referi várias vezes que é a questão do emprego científico e algumas equipas científicas que nós temos nos Açores que continuam com alguma precariedade, digamos assim, e algumas equipas, muitas delas, com alguma notoriedade que os Açores não se podem dar ao luxo de perder e isso pode ter a certeza que é

uma preocupação deste Secretário e deste Governo Regional, nomeadamente na área do mar e que estamos a equacionar no seio deste centro eventual a integração eventual dessa comunidade e desses cientistas.

Naturalmente que este processo necessitará também de envolver o que existe atualmente. Temos conversado também com a universidade como parceiro desde sempre desta área e com os centros de investigação regionais e avançaremos quando for caso disso e quando tivermos essa reflexão mais madura anunciaremos isso.

Em relação à pergunta sobre o AIR Center eu julgo que o Sr. Deputado não sabe bem o que é o AIR Center.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Ora bem!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): O senhor também não! O senhor também não sabe!

O Orador: O Sr. Deputado não sabe.

O AIR Center é um projeto em construção, não é um projeto acabado.

Portanto, não lhe posso dizer quanto dinheiro, que países é que participam.

O Sr. Deputado por acaso sabe que o AIR Center pretende ser uma instituição intergovernamental, portanto, ultrapassa em muito aquilo que é a vontade ... a vontade não ... a liderança, se quer que seja assim, do Governo Regional?

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor vem para aqui falar de coisas que não sabe!

O Orador: Este é um projeto em que nós estamos a acompanhar dia a dia com o Governo da República, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aliás, no mês de abril irá haver uma reunião nos Açores, mas o AIR Center eu acho que tem de ser dito que tem que se destacar um bocadinho o AIR Center da questão da Base das Lajes.

O AIR Center irá com certeza aproveitar as infraestruturas, se for possível, do que existe na Base das Lajes e de todas as infraestruturas científicas que existem na Terceira, como irá aproveitar outras infraestruturas que existem em Santa Maria, como irá aproveitar algumas infraestruturas que existem na Horta de investigação, como irá aproveitar, inclusive, outras infraestruturas que existem noutros países.

O AIR Center será um centro e está a ser programado para ser um centro que trabalhará em rede e que juntará várias infraestruturas de vários países.

Portanto, eu julgo que esclareci pelo menos algumas das suas dúvidas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Mas sem gritar Sr. Deputado!

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que lhe vou devolver a acusação: o Sr. Secretário é que pelos vistos parece que não sabe o que é o AIR Center, ... **Deputado**

Francisco Coelho (PS): Não era acusação, era uma constatação!

O Orador: ... porque a gente quando lhe coloca as questões não dá uma única resposta concreta, não diz um único investimento, não anuncia uma única medida dirigida à ilha Terceira e à Base das Lajes como lhe questioneei.

Portanto, vale zero. Vale zero!

Agora não sei se é pelo facto do Sr. Vice-Presidente não estar na sala para lhe ditar as respostas, mas o Sr. Secretário não respondeu às questões e lanço agora o desafio. Lanço o desafio aos deputados do Partido Socialista eleitos pela ilha Terceira para que sejam exigentes com o seu próprio Governo e que lhe peçam as devidas explicações contra os investimentos que são necessários, até porque depois daquilo que disse o Ministro Santos Silva ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... a propósito do PREIT é necessário que nada fique por esclarecer quanto aos investimentos que se fazem na Base das Lajes e na ilha Terceira.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco Coelho (PS): Se formos mais exigente o senhor não é eleito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Contente está no uso da palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão do Sr. Deputado Luís Rendeiro que penso que é uma questão que traz algumas preocupações integra-se num âmbito mais vasto e é por isso que o Sr. Secretário (e penso que bem) disse que esse projeto extravasa a localidade ou as localizações, porque é assim com outros projetos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado vai extravasar mais um bocadinho!

O Orador: Dou-lhe o exemplo: Santa Maria tem um projeto de rastreio dos satélites que são lançados no Guru da Guiana e que vão à estação internacional e faz parte de uma das estações de várias estações de referência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Gabo-lhe o esforço! O Sr. Deputado já levantou voo!

O Orador: Esse projeto também é um projeto multipolar e, portanto, não há que focalizar isso numa situação, por uma razão muito simples: porque há valências várias e algumas, como foi dito pelo Sr. Secretário, ficaram na Terceira e outras não, porque é isso que é o cluster espacial dos Açores.

Depois queria dizer-lhe também que eu sei que não quis dizer isso, mas nós infelizmente ou felizmente não temos, como a senhora antiga ministra Graça Carvalho um dia disse, capacidade para termos ilhas para lançar foguetes senão matávamos a população toda que está à volta disso, porque aquilo é preciso muita área para isso. Portanto, na Terceira também previsivelmente não vai haver uma estação de lançamento de satélites.

De qualquer modo, o que é importante é que o cluster espacial existe, está aí na ESA com a estação de sensor do Galileu em Santa Maria, com a

deteção por infrações de ensaios nucleares na Graciosa que reporta para a Universidade dos Açores, com as estações climatológicas na Graciosa, quer a estação ARM, quer a SuperDARN, com um conjunto de projetos ... Olhe lá, até a nossa categoria fio digital no Google Earth que V. Exa. utiliza e que nós utilizamos também, por exemplo, no Virtual Earth da Microsoft. É a nossa categoria via digital.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E as Lajes!? E as Lajes?! Diga lá!

O Orador: As Lajes que estão lá por acaso até estão é com nuvens, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a *cloud*!

O Orador: ... mas isso deve ser uma questão que os americanos não querem que se veja o que é que lá está.

Mas o que eu queria nesta intervenção dizer a V. Exa. é que o cluster espacial existe e nós temos que ter uma visão como o Sr. Secretário disse abrangente destas questões, porque não é uma questão de *cloud*, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ó Sr. Deputado isso é conversa!

O Orador: ... é uma questão de projetos estratégicos para o futuro que afirmam os Açores no centro do Atlântico.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Falou, falou e não disse nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

A primeira cabe ao Sr. Deputado José Contente do PS.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Será, como nós ouvimos, que este Plano e as suas orientações a médio prazo estão desprovidas de estratégia e são mais do mesmo?

Tentemos fazer um exercício breve.

As Orientações de Médio Prazo e o Plano de 2017 integram-se no período de tempo correspondente à vigência da Estratégia 2020. São três os eixos principais desta estratégia: crescimento sustentável, inclusivo e inteligente.

No quadro da estratégia de especialização inteligente preconizada na RIS 3 Açores 2020, nas orientações a médio prazo e no Plano de 2017 figuram, entre outras áreas, a economia do mar, a importância da economia digital e da logística. Priorizam-se, assim, duas importantes áreas de investigação: a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação com 18,3 milhões de euros e os Assuntos do Mar com 14,8 milhões de euros.

No âmbito da prevenção de riscos e dos efeitos das alterações climáticas e no respeitante aos Assuntos do Mar o investimento destina-se à gestão e requalificação das orlas costeiras, com vista à estabilização e segurança de pessoas e bens próximas das linhas de costa. Neste domínio, inserem-se vários contratos ARAAL que serão executados com os municípios.

Mas mais! Destacam-se muitas outras medidas neste Plano de 2017 que queríamos destacar algumas.

- Escola do Mar que entrará em funcionamento em 2018 esperando-se atrair formandos de outras áreas geográficas;
- Monitorização, fiscalização e ação ambiental marinha, continuação do programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA) fundamental na resposta à Diretiva Quadro Estratégia Marinha e à Rede Natura 2000;

- Ordenamento do espaço marítimo dos Açores com a Elaboração do Plano de Situação e Elaboração de um plano de sustentabilidade para a gestão do Parque Marinho dos Açores;
- Execução dos Projetos PLASMAR, Luminaves, Marcet e também Mystic Seas II, que são iniciativas que se inserem no quadro de implementação do 2.º ciclo da Diretiva-Quadro de Estratégia Marinha.
- Por fim, mas não por último, a Elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, o chamado POEMA.

Assume-se, desta maneira a importância ecológica do mar ligada às alterações climáticas e sustentabilidade ambiental. Afinal é o mar que produz mais oxigénio que as florestas, retém quase tanto CO₂ como as florestas e gera os recursos hídricos, desenvolvendo os ciclos hidrológicos através da evaporação.

Noutro plano, continuam em curso as diligências políticas para a concretização da alteração da Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, para além do Regime Jurídico do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, diplomas (convém lembrar) que foram tingidos pelo desprezo das competências próprias da Região, por parte do anterior Governo da República.

Em suma, o Governo dos Açores aprofunda a agenda do mar no presente e projeta a do futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A política de Ciência a desenvolver pelo Governo dos Açores que se encontra plasmada nestes documentos revela a consciência do conhecimento no mundo atual. Em última instância estas políticas direcionam-se para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, e,

como se defende neste Plano, no aumento do seu nível educacional e cultural na promoção do meio ambiente e dos recursos naturais, na criação de novas oportunidades de emprego, na qualificação dos recursos humanos, no aumento da competitividade económica e na redução dos desequilíbrios regionais.

Como se sabe as potencialidades da ciência no âmbito da revolução chamada Nano, Bio, Info e Cogno, ou seja, o acrónimo NBIC é fundamental no tempo presente. Trata-se agora de colocar estas conquistas científicas e tecnológicas ao serviço de outros modos de vida e de produção, de novas formas de nos transportarmos, mais sustentáveis ecologicamente, numa palavra de vivermos no limiar dos nossos recursos na otimização da sua gestão e ainda assim de modo a podermos viver melhor. A ciência e a tecnologia podem, por conseguinte, contribuir para resolver uma parte desta difícil equação. Outrossim, a Universidade dos Açores deve ter um papel decisivo nesta revolução. Quer dizer, para nós a Universidade deve “ir à frente do seu tempo e lugar” contribuindo para o desenvolvimento do nosso território. É relevante a responsabilidade social da nossa Universidade ou, como alguns dizem, da “univer-cidade” como Pólis da responsabilidade pública. Trata-se de solicitar o contributo da Universidade para a apropriação regional do saber. Reitera-se também nos Açores uma política de sucesso nesta área que reside na ligação efetiva do conhecimento à sociedade e na capacidade de religar os jovens qualificados ao desenvolvimento.

Neste Plano mais salientes desta política de ciência e tecnologia são os vários projetos, Sra. Deputada:

- Consolidação do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA);
- Internacionalização da investigação realizada na Região;

- Transferência do conhecimento e da tecnologia para o tecido económico, bem como do reforço de recursos humanos em ciência e tecnologia.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Aonde, Sr. Deputado? Isso é só discurso, depois na prática vamos ver...

O Orador: Assim, destaca-se, para 2017, o objetivo de concretização de um consórcio de investigação, desenvolvimento e inovação dirigido para a monitorização do Atlântico nas dimensões do Espaço, da Terra e do Mar;

- Execução do “PROSCIENTIA”, Programa de Incentivos na área da Ciência e Tecnologia, cujos eixos abrangem, como se sabe, a valorização em Ciência e Tecnologia;

- Cooperação e criação de parcerias em Investigação, Desenvolvimento e Inovação;

- Qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento e a atualização em Tecnologias de Informação e Comunicação;

- Manutenção do apoio à organização tripolar da Universidade dos Açores.

- Regularidade e previsibilidade no lançamento de concursos destinados aos apoios a projetos de investigação científica, bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

Tudo isto está neste plano.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ui! Está tão escondido que ninguém as vê! Nem os cientista conseguem ver!

O Orador: Nas áreas das Tecnologias, para além da Revisão e atualização da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, realçam-se as infraestruturas do cluster espacial:

- Estação de rastreio de satélites da Agência Espacial Europeia, a Galileo Sensor Station, ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ui!

O Orador: ... a Estação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais. Já se riam na altura em que isto apareceu, mas nós sorrimos do vosso riso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem fala assim até parece que ainda é Secretário Regional!

O Orador: Desenvolvimento em novas áreas emergentes nos Parques de Ciência e Tecnologia das ilhas de S. Miguel vocacionado para as (NONAGON) tecnologias de informação e das ciências da terra e o da Terceira (TERINOV) ligado à agroindústria, à biotecnologia, às indústrias criativas e biotecnologia.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu já lá vou aos outros.

Estes parques focarão ainda mais a sua atividade no estabelecimento de redes, de relações colaborativas e de processos de eficiência coletiva melhorando a cultura de inovação, empreendedorismo e de competitividade com ambientes favoráveis de investigação e de desenvolvimento, com incubadoras para negócios/empresas como já hoje acontece onde emergem as *start-up* e *spin-off*.

Assume-se, por isso, a cultura científica como construção e organização de oportunidades de socialização para a ciência e para as práticas científicas. Hoje, a nossa comunidade científica está no centro dos problemas, mas também no cerne das soluções e depara-se com fortes desafios de responsabilidade social e trabalho colaborativo, vicariantes, onde radica a chave do sucesso do nosso desenvolvimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Orientações de Médio Prazo e Plano 2017 revelam por isso, e ao contrário do que tem sido timidamente (é certo) tentado dizer aqui, uma visão estratégica e uma visão de futuro, designadamente para as áreas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação e para os Assuntos do Mar. Por tudo isso são desprovidos de fundamento as invetivas políticas que vão no seu contrário. Porém, nós nunca nos desiludimos com alguma oposição, porque também nunca tivemos nenhuma boa ilusão acerca dela.

Deputados André Bradford e Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: A sua malsã e arrastada “política de calhambeque”, mostra com sobressaltos que quem não tem estratégia ainda não aprendeu com os erros. Exalam desmotivação e desmobilização.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Isso é um discurso de ciência? É que os açorianos não percebem nada do que está a dizer!

O Orador: Desmerecem e circunscrevem a sua visão microscópica a um pulsar social de um quotidiano açoriano inexistente que os isola dos interesses regionais. Há muito tempo que é assim por demérito próprio.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor tinha mais jeito para o betão do que para os poemas!

O Orador: Este ano voltou a sê-lo. Como foi dito há anos nesta Casa ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É que os jovens socialistas de Região não estão a perceber o que está a dizer, ainda quero ver o futuro deles!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Muito bem!

O Orador: ... “o PSD continua a tentar fazer melhor o pior que pode fazer”. O PS e o Governo continuará a procurar fazer bem com a noção que ainda tem muito para resolver. Mas faremos, uma vez mais o nosso melhor.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Continuaremos a cumprir, a reformar e a mudar para melhor, o que constitui a marca do projeto socialista para os Açores, sucessivamente sufragada pelo povo açoriano!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver inscrições.

Vamos então fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade às intervenções de tribuna.

Eram 12 horas e 09 minutos.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, aqui, hoje, a analisar o Plano e Orçamento Regionais para 2017. Este debate marca o início de uma nova Legislatura. Porém, não podemos esquecer que estamos perante a continuidade de um Governo que se perpetua no poder há 20 anos.

São muitas as páginas, os números e os milhões... No caso específico de S. Jorge estes milhões até têm vindo a crescer. O que poderia ser um bom pronuncio, acaba por se revelar num rol cada vez maior de compromissos e promessas anunciadas, na comunicação social, nos comunicados do Conselho do Governo, nos manifestos eleitorais, nos discursos de lançamentos de primeiras pedras, em visitas a obras e no corte de fitas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Tudo o que fazem, fazem-no dando a sensação que tudo vai no bom caminho. Mas na realidade não é bem assim. Muitas das promessas e até alguns dos procedimentos que se irão iniciar ou que já se iniciaram vão ficando por cumprir, e os Jorgenses vão vendo passar os

dias, os meses, os anos e até as legislaturas, com pouco que contribua para inverter as tendências de êxodo e desertificação.

Todavia, há que ter fé!! Pois, como diz o nosso Povo: “O café e a fé é que nos salvam”!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É certo que alguns compromissos assumidos já foram vendo a luz do dia,
...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... como as Escolas Básicas e Secundárias, a Igreja das Manadas ou o Porto Comercial de São Jorge. Muito mau seria se assim não fosse, dado que eram promessas mais que antigas e que se foram arrastando ao longo do tempo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Mas já que o lema é ter fé existem dúvidas que importam esclarecer: quando São Jorge é, como está a acontecer com a obra de ampliação do porto comercial, bafejado por investimento público (e este é um investimento de 18 milhões de euros), não deveria ser feito pensando numa perspetiva de futuro?

Por exemplo, é certo que atualmente existe um bar privado próximo da gare, mas não seria prudente deixar as novas instalações da gare de passageiros do novo porto das Velas preparada para, caso no futuro fosse necessário, instalar um bar nessa infraestrutura que está a ser construída de raiz?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Óbvio!

A Oradora: Outros compromissos, porém, vão se perpetuando no tempo, ora porque de vez em quando são referidos numa visita de Governo ou porque reaparecem com verbas inscritas nos Planos de Investimento.

Deputado André Bradford (PS): Bem-bom que já chegamos a esse ponto...!

A Oradora: Enumeremos:

- A eletrificação da Fajã de Santo Cristo, que até, “bem recentemente” tinha uma verba alocada de 75.000.00€, para além do compromisso do ex-Diretor Regional da Energia, de que ficaria definitivamente instalada até o final do ano de 2016; não está feita e não tem verba no Plano para 2017;
- O melhoramento e ampliação do entreposto frigorífico das Velas, que, agora, segundo o Sr. Secretário Regional, é que vai ser!!! Oxalá que sim, pois os nossos pescadores bem merecem e já estão como São Tomé: só vendo para acreditarem!
- A construção do núcleo de recreio náutico da Calheta é que não teve grande sorte; ficou perdida no meio de tanto papel!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: - Assim como o Matadouro da Ilha de São Jorge, um dos matadouros que mais cresceu, em 2016, em número de animais abatidos (43%). Este é um dos matadouros mais antigos da Região (começou a laborar em 1990) e os Jorgenses têm de se satisfazer com os “melhoramentos” que se foram fazendo. As promessas da sala de desmancha nunca concretizadas, são bem demonstrativas do claro desrespeito pelos produtores de carne de São Jorge!

Aliás, a agricultura continua a ser em São Jorge o maior sustento social e económico da ilha. O setor leiteiro atravessa uma das suas maiores crises. Os produtores de leite não sabem a que estratégias recorrer para diminuir a produção, como lhes é pedido, conseguindo ao mesmo tempo obter o rendimento necessário para manter a sustentabilidade das suas empresas.

Sabemos que atravessamos tempos desafiantes e exigentes, mas os agricultores precisam de um sinal claro de esperança e confiança!

- O Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge, proposta do CDS-PP aprovada por esta Assembleia, desapareceu do Plano sem que nada fosse feito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo diz que “ficará para 2018”... Ora, mas que bem!

Faz todo o sentido, pois se já no ano passado as fajãs foram classificadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera, numa região em que a aposta é num turismo de natureza, numa ilha em que as fajãs são, sem dúvida, uma mais valia, num setor em crescimento e ainda com um grande potencial... claramente que faz todo o sentido esperar para 2018 para fazer qualquer coisa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Depois surgem os valores orçamentados que nos deixam boquiabertos:

- O Porto do Topo, uma promessa da Governação Socialista que remonta a 2005, e que, em 2009, já tinha projeto e... olhem que ainda não é desta! O Tribunal de Contas recusou o visto à obra, dadas as incongruências no processo concursal. Pelo meio vários Secretários, vários projetos, vários milhões gastos em papel e obra... nada! Uma certeza absoluta este Plano de Investimento dá aos Jorgenses: ainda não vai ser em 2017 que esta obra arrancará pois a verba que lhe está alocada é de apenas uns ténues 100.000€.

Deputado André Bradford (PS): Não há nada como gente rica!

A Oradora: - A construção da rampa Ro-Ro no Porto da Calheta, promessa antiga, sobrevive neste plano de intenções com uns simbólicos 200.000€, quando noutra documento estruturante do Governo (a Carta Regional das Obras Públicas) se diz que custará 600 mil euros.

Todos estes casos mostram bem o respeito que o PS e o seu Governo têm para com a população daquele Concelho e da Ilha de São Jorge!

Resta-nos a fé de que os investimentos prometidos e anunciados, superiores a 2,5 milhões de euros, nos centros de saúde de São Jorge verão a luz do dia ainda este ano!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os anos, no Plano e Orçamento, são atribuídos milhões em investimentos à ilha de São Jorge. No final, os Jorgenses confirmam que uma boa parte dos milhões não são executados!

Não basta publicitar e anunciar para ser notícia; é necessário CUMPRIR!!

A fé é de facto a última a morrer, mas até lá, os Jorgenses já mudaram o lema às campanhas e às promessas socialistas.

A nós, Jorgenses, não nos restam dúvidas...

O PS e o Governo têm de PROMETER MENOS E CUMPRIR MAIS!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para o ano de 2017 ao que à ilha de São Jorge diz respeito prevê um investimento público no valor de 60,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 5,1 milhões de euros face ao

ano de 2016 e um crescimento de 23,8 milhões de euros face ao ano de 2013.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto é que executaram?

Deputado Bruno Belo (PSD): Falta é a execução!

O Orador: Esta evolução positiva do investimento público na ilha de São Jorge é bem demonstrativa da importância e atenção que o Governo dos Açores tem dado à ilha de São Jorge num quadro de manutenção e reforço dos apoios à criação de emprego, à competitividade da nossa economia nos apoios às pessoas e às famílias.

No Plano de 2017, que é o plano com maior investimento previsto nos últimos cinco anos, resulta o facto de termos as nossas contas e finanças públicas equilibradas com o facto da operacionalização do novo quadro comunitário, sendo este na opinião do Partido Socialista um bom ponto de partida da legislatura e para o cumprimento dos compromissos para com os jorgenses.

Deste modo o Governo Regional dos Açores prevê investir 23,5 milhões de euros para fomentar o crescimento económico, o emprego sustentado no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo.

Neste objetivo destaque para o investimento nas políticas de apoio às empresas, à criação de emprego, ao empreendedorismo, à promoção e valorização dos produtos açorianos.

Aqui também de realçar o reforço no âmbito do Programa Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural, com o intuito de continuar os investimentos em infraestruturas agrícolas e florestais na modernização das explorações agrícolas e no aumento do valor dos produtos e na diversificação e valorização do espaço rural.

Neste mesmo objetivo onde se insere o investimento refere às pescas e à aquacultura destaque para o investimento no entreposto frigorífico de Velas, com especial importância para a melhoria do rendimento dos pescadores e para o Porto do Topo com a melhoria das condições de segurança e operacionalidade do mesmo.

Setor das pescas onde nos últimos quatro anos pescou-se menos quantidade, mas vendeu-se melhor.

Gostaria aqui ainda de realçar também o trabalho desenvolvido numa ótica de parceria entre o Governo dos Açores, os produtores e as cooperativas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o queijo de São Jorge?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o porto do Topo?

O Orador: ... no sentido de garantir a sustentabilidade do setor cooperativo e o queijo de São Jorge.

Realçar também o trabalho desenvolvido na indústria conserveira Santa Catarina, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Antes das eleições o Porto do Topo era uma bandeira, agora é um paninho!

O Orador: ... nomeadamente na inovação e valorização do seu produto, garantindo a manutenção dos seus postos de trabalho.

No turismo e apenas referindo-me aos resultados da hotelaria tradicional, São Jorge apresentou um elevado incremento no período 2012/2015, tendo em 2016 consolidado esses mesmos valores com um crescimento de 60% no número de hóspedes, 64% no número de dormidas e com um crescimento de 110% nos proveitos.

No segundo objetivo, o de reforçar a qualificação, a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades, o Governo dos Açores prevê um

investimento de 22,7 milhões de euros com destaque para a Escola Básica e Secundária da Calheta, para o Museu Francisco Lacerda, Igreja das Manadas e para o Pavilhão de Judo.

Ainda no investimento do estado social a reabilitação dos dois centros de saúde e também destacar a manutenção das nossas respostas sociais em parceria com as IPSS's dando resposta às crianças, idosos, públicos com necessidades especiais e para a manutenção de investimentos consideráveis em política de habitação.

Ainda para atingir o terceiro objetivo de melhorar a sustentabilidade da utilização dos recursos das redes do território prevê-se investimentos importantes nas infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, no Porto de Velas, Porto da Calheta e para o aeródromo de São Jorge.

Em relação ao investimento dos circuitos logísticos de apoio ao desenvolvimento de São Jorge prevê-se também executar 1,4 milhões de euros.

Na área do ambiente realce para a selagem e qualificação dos aterros sanitários de São Jorge e também para a recuperação dos trilhos de infraestruturas de apoio à Fajã de Santo Cristo.

Aqui também realçar o trabalho desenvolvido no âmbito da Reserva da Biosfera e do plano natural de ilha com especial ênfase para o plano da ação Reserva da Biosfera.

Como podemos constatar este plano é sem dúvida um bom ponto de partida. Daí que o Partido Socialista e a sua maioria estável neste Parlamento, que já permitiu no passado recente aprovar documentos que pela sua execução concretizaram investimentos importantes e

estruturantes na ilha de São Jorge, continuará nesta legislatura a garantir a aprovação das Orientações de Médio Prazo e do Plano de 2017, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É preciso ter paciência!

O Orador: ... garantindo por essa via a concretização de investimentos que permitem à ilha de São Jorge ultrapassar os desafios do presente e do futuro.

Num quadro de equilíbrio das nossas contas públicas e com os impostos mais baixos do país, mantendo e reforçando as políticas económicas de criação de emprego e manutenção do nosso estado social pretendemos como hoje, no futuro, como no passado, cumprir com os compromissos eleitorais para com os jorgenses a bem do futuro de São Jorge e dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O papel realmente aceita tudo o que a gente lhes coloca e a gente olha para o Plano e temos aqui um inúmero de medidas que são positivas se elas fossem executadas.

Para nós que vivemos em São Jorge, que não é uma ilha assim tão grande quanto isso, deparamo-nos com a realidade diariamente e as pessoas abordam-nos diariamente com as questões e com os problemas com que se vêm.

Portanto, o papel aceita tudo o que a gente diz. Nós é que temos de ver o que é que está efetivamente a ser feito ou não, mas já que pelos vistos

está tudo no bom caminho eu pego aqui na parte do turismo que o Sr. Deputado André Rodrigues (e bem!) falou nos números e no crescimento que foi verificado na ilha de São Jorge e a minha pergunta é no sentido: então tivemos este acréscimo positivo no setor do turismo na nossa ilha, considera positivo o desinvestimento em 39% na área do turismo para São Jorge?

Deputado André Bradford (PS): Tem crescido, Sra. Deputada!

A Oradora: É que uma coisa não vai de encontro à outra.

Portanto, nós tivemos números muito satisfatórios, mas depois então para 2017 não é necessário investir. O plano integrado que até durante nestes dias falou-se na questão do Partido Socialista aceitar propostas que eram válidas e alterações, tivemos o caso do Plano de Desenvolvimento das Fajãs da ilha de São Jorge, cai por terra e este ano sem sequer é refletido no Plano.

Acho que isto não demonstra nem é a resposta que os jorgenses estão à espera, por exemplo, num setor que até tem um enorme potencial e que nós poderíamos aproveitar para crescer e para melhorar a nossa economia que está a atravessar sérias dificuldades.

Portanto, a questão que lhe pergunto é: acha bem este investimento que vai ser feito na ilha de São Jorge?

Em relação aos circuitos logísticos e às estradas realmente temos aqui um investimento e ainda bem que ele está lá, mas depois aqui coloca-nos outra questão, que é a questão de como é que este investimento está a ser feito e podemos ver, por exemplo, o caminho de acesso à Fajã do Ouvidor, uma obra tão necessária e que por tanto tempo estivemos à espera e foi feita, já o estado em que o asfalto se encontra neste momento; ou a obra do Alto das Manadas aos Biscoitos em que está a ser feita nas

condições que em está e que está a gerar alguma polémica, mas certamente as pessoas só vêm falar comigo nestas questões que não estão a ser bem feitas, deve ser só comigo.

Portanto, é certo que ainda bem que há este investimento, mas também temos de acompanhar a maneira e a forma como as coisas estão a ser feitas e já que temos que aguardar durante tanto tempo para que o investimento seja feito, por exemplo, que este seja feito nas devidas condições.

A questão que lhe queria colocar era efetivamente na questão do turismo se o que é revisto no Plano e as ações que estão previstas para a ilha de São Jorge para 2017 se o Sr. Deputado acha que está bem e se concorda com as mesmas?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí é que está!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às verbas inscritas sobre o turismo aquilo que tenho a dizer foi o que a Sra. Secretária também disse em Comissão de Economia, em que a Sra. Deputada estava presente, que as verbas alocadas ao desenvolvimento do destino, à promoção do destino e da qualificação do destino é uma verba global para a Região que depois é distribuída por ilha, por ação e isso quer dizer que São Jorge não vai ficar de fora da promoção e da atração do turismo.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Já está!

O Orador: Não está, Sra. Deputada.

Duplicámos o número de dormidas e crescemos mais do dobro a nível de proveitos, Sra. Deputada.

Deputado André Bradford (PS): Já está aqui há tanto tempo, para ver se isso é suficiente.

O Orador: Portanto, não estamos fora. Estamos bem no centro da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Cabeceiras)

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Deixe-se disso! A Sra. Deputada está tão bem! Há espaço para as duas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Uma fica de manhã e a outra fica à tarde!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então avançar para a última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Nesta sessão plenária estamos a debater, e iremos votar, um conjunto de documentos de planeamento, o Plano e Orçamento para 2017 e as

Orientações a Médio Prazo 2017-2020, que definirão as linhas estratégicas nas diversas áreas para os tempos mais próximos.

O Programa 3, dedicado à Pesca e Aquicultura, tem uma dotação de 26,1 milhões de euros, divididos por 5 projetos (Controlo, Inspeção e Gestão, Infraestruturas de Apoio às Pescas, Frota e Recursos Humanos, Produtos da Pesca e da Aquicultura e Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020), num total de 27 ações.

O Projeto com maior dotação é o Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020, com 12,9 milhões de euros, totalmente dedicado à ação Apoio ao Investimento no âmbito dos Projetos Mar 2020.

De seguida destaca-se o Projeto Infraestruturas de Apoio às Pescas, com 6,9 milhões de euros, sobressaindo a verba de 5 milhões de euros relativo à ação Portos da Região e 0,5 milhões de euros destinados à Melhoria das Condições Operacionais no Porto de Santa Cruz da Graciosa.

Ao Projeto Frota e Recursos Humanos está reservada a verba de 3,1 milhões de euros, destacando-se 1,7 milhões de euros para a ação Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira, 0,4 milhões para a ação Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca, 0,4 milhões de euros destinados à Formação e Promoção do Capital Humano e 0,3 milhões de euros para o Fundopesca.

O Projeto Controlo, Inspeção e Gestão dispõe, para investimento, de cerca de 2,1 milhões de euros, com realce para a ação Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura, com 1,6 milhões de euros.

Por fim, no Projeto Produtos da Pesca e da Aquicultura, com 1,1 milhões de euros, destaca-se a ação Apoio a Profissionais da Pesca e Organizações Sectoriais, com 0,7 milhões de euros, e a Inovação na Aquicultura, com 0,3 milhões de euros.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São sobejamente conhecidos os constrangimentos por que passa este sector nos últimos tempos, que originam fragilidades sociais e económicas em algumas comunidades.

Com a crise económica e financeira que atravessou a Europa muitos trabalhadores dispensados noutras atividade voltaram para o mar.

As capturas de atuns têm vindo a diminuir desde 2010 de forma abrupta.

Em 2015 e 2016 foram reduzidas as quotas do goraz para 610 e 507 toneladas, respetivamente.

Perante este cenário, o Governo, em estreita colaboração com os representantes associativos, tem agido de acordo com esta realidade e trilhado um caminho em busca de soluções para ultrapassar as dificuldades.

Foram tomadas medidas para precaver a abundância, nomeadamente a criação de áreas marinhas protegidas e redefinidos os tamanhos mínimos para algumas espécies. A aposta na investigação continua a ser uma prioridade. Tem aumentado também as ações inspetivas da Inspeção Regional das Pescas cobrindo todas as ilhas dos Açores.

O alargamento de zonas interditas ao uso do palangre de fundo ao redor das ilhas é também uma medida importante na luta pela preservação dos recursos.

Estão também em curso outras medidas que visam aumentar o preço médio, como a introdução de mais compradores, alternativas à primeira venda, valorização de outras espécies comercialmente menos atrativas e a procura de novos mercados.

Estas são algumas das linhas estratégicas inscritas nas 22 medidas do documento Melhor Pesca Mais Rendimento, cuja execução já está praticamente concluída.

Embora os resultados não sejam imediatos, já surgem alguns bons sinais:

- Em 7 anos, o preço médio por quilo cresceu mais de 100%, ou seja, de 2,08 euros em 2010 para 4,17 euros em 2016;
- O rendimento proveniente da primeira venda de espécies demersais tem vindo a aumentar gradualmente desde 2013, 14,4 milhões de euros nesse ano e 14,8 milhões de euros no ano passado;
- Nos últimos sete anos as capturas de demersais tem revelado uma relativa estabilidade.

Por outro lado, foi aprovada, em novembro passado, pela Comissão Internacional para a Conservação de Atuns do Atlântico (ICCAT), e isso é também uma boa notícia para os Açores, uma recomendação para limitar o uso de dispositivos artificiais agregadores de peixe (FAD) por embarcação, que usados intensivamente pelas embarcações da pesca industrial, poderão estar a prejudicar zonas de pesca mais distantes, como é o caso dos Açores. Esta medida poderá ser importante para o sector.

Hoje, todos sabemos, que temos de pescar melhor e não necessariamente mais. Hoje temos, sobretudo, de vender melhor. Hoje temos de manter a aposta na qualidade para valorizar ainda mais um produto que é diferenciado.

Para atingir esses desideratos temos de fazer mais, é verdade, mas temos de lembrar que para se chegar até aqui foi preciso fazerem-se portos de abrigo, casas de aprestos, lotas, construir uma rede de frio, colocar gelo a bordo das embarcações, melhorar a frota, dar formação aos pescadores e apoiar as suas organizações de produtores.

Para se chegar aqui, o Governo apoiou os pescadores no transporte do pescado para a exportação e fez reduzir os fatores de produção.

Sras. e Srs. Deputados:

Apesar de reconhecermos que ainda muito há a fazer nesta área específica da economia Açoriana, temos muito orgulho no trabalho feito, sobretudo o investimento alocado à dignificação de uma atividade, dotando-a de melhores condições de trabalho e de segurança.

E uma certeza poderão ter os pescadores: enquanto subsistirem constrangimentos nas pescas, podem contar com o empenho deste Governo e desta maioria.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições. Não há.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para uma interpelação.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

É para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos também interromper para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eu vou pedir, uma vez que ainda estamos todos na sala, ao Sr. Secretário para anunciar os tempos restantes a fim de nos podermos organizar.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: Governo Regional dos Açores, 112 minutos e 10 segundos; Partido Socialista, 119 minutos e 6 segundos; PSD, 87 minutos e 33 segundos; CDS/PP, 28 minutos e 22 segundos; Bloco de Esquerda, 6 minutos e 10 segundos; PCP, 4 minutos e PPM, 1 minutos e 49 segundos.

Presidente: Estão então encerrados os trabalhos.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 35 minutos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 41 minutos.

Vamos então continuar com o nosso debate.

Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a despedida! É a despedida...!

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após a apresentação, discussão e votação do Programa do Governo, é tempo de abordar as Orientações a Médio Prazo, bem como o Plano e o Orçamento para 2017.

Numa região arquipelágica e insular como a nossa, os transportes são essenciais para assegurar a coesão social, económica e territorial.

Ao longo dos últimos anos promovemos uma reforma sem precedentes neste setor.

Sendo certo que não governamos para as estatísticas, não as podemos ignorar, pois estas ajudam-nos a radiografar o trabalho desenvolvido e a delinear políticas futuras.

Vemos, assim, com satisfação e otimismo que o número de passageiros desembarcados nos aeroportos regionais, em 2016, foi da ordem dos 1,3 milhões, mais 19,9% do que em 2015, e que os meses de janeiro e fevereiro do corrente ano mantêm a tendência, apresentando um crescimento da ordem dos 14% face aos meses homólogos de 2016.

O transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas também registou crescimento em 2016, tendo a Atlânticoline transportado 554.967

passageiros e 27.650 viaturas, ou seja, mais 8% e 27%, respetivamente, do que em 2015.

Ao nível das mercadorias movimentadas nos portos comerciais dos Açores, durante o ano de 2016, o total de 2.334 mil toneladas representa um acréscimo em relação ao ano anterior de cerca de 200 mil toneladas, ou seja, mais 9%.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido e já no decorrer desta legislatura procedemos à contratação do fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região, lançámos a concurso a nova concessão do transporte marítimo de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo, bem como a prestação do serviço de transporte marítimo de combustíveis líquidos inter-ilhas, indispensável ao bem-estar das populações e à economia regional.

Conscientes do trabalho feito nos últimos anos no domínio dos transportes, até porque os resultados estão à vista de todos, temos, porém, um caminho a percorrer, visando a melhoria global do sistema.

Um caminho onde estaremos sempre envolvidos e comprometidos na procura das melhores soluções para prevenir as ameaças e para criar oportunidades para as famílias e para as empresas açorianas.

Neste contexto, ao nível dos transportes aéreos, é notória a necessidade de incrementar a sua eficiência e potenciar as acessibilidades instaladas.

Tais ações passam, desde logo, pela promoção de uma revisão das Obrigações de Serviço Público para as *'gateways'* da Horta, Pico e Santa Maria, procurando assim torná-las ainda mais atrativas, bem como continuar a dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários para a sua contínua afirmação nacional e internacional, sem perder o sentido do seu

verdadeiro objeto social, que é o de servir sempre e cada vez melhor os Açores e os Açorianos.

Por outro lado, pugnaremos pela conclusão do processo das Obrigações de Serviço Público de carga aérea entre a Região e o continente, dando igualmente seguimento ao processo de certificação da Base das Lajes para uso civil permanente.

Iniciaremos também a construção do novo terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes, projeto de vital importância para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para o reforço da capacidade exportadora da ilha.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dizem isso todos os anos!

O Orador: Para além disso, prosseguiremos as intervenções necessárias à melhoria da operacionalidade e segurança dos aeródromos regionais.

Nesse sentido, prevemos realizar diversos investimentos, tais como o 'grooving' da pista do aeroporto Pico, a construção de muros de vedação e caminho de acesso ao lado sul do aeródromo de São Jorge, a construção da torre de controlo do aeródromo da Graciosa e a repavimentação da pista do aeródromo do Corvo.

Ainda esta semana ficarão instalados os equipamentos de deteção de vestígios de explosivos em todos os aeródromos regionais.

De igual modo, até ao final do corrente ano, será concluída a instalação, em todos os aeródromos, dos novos equipamentos de meteorologia.

No domínio dos transportes marítimos, pretendemos dar continuidade ao serviço de transporte de passageiros e viaturas inter-ilhas e proceder ao lançamento do concurso público destinado à aquisição do primeiro de dois navios, adequados à prestação desse serviço.

Ao nível do transporte marítimo de carga, pretende-se aprofundar e evoluir o modelo existente, para otimizá-lo e reduzir custos diretos e

indiretos, bem como os tempos de entrega, potenciando assim uma maior competitividade da nossa economia.

Em relação às infraestruturas portuárias, tendo em vista aumentar a segurança e eficiência operacional, prosseguiremos as obras do Porto da Casa, do Porto das Poças, do Porto das Velas e da rampa RO/RO do Porto da Calheta.

Contamos lançar igualmente os procedimentos das empreitadas de requalificação do porto da Horta, uma vez que o concurso anteriormente lançado ficou deserto, da construção da rampa para navios RO/RO e ferry e obras complementares de abrigo do porto de Pipas e da segunda fase das obras no Porto de Ponta Delgada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Outra vez também!

O Orador: Por outro lado, continuaremos também a desenvolver o projeto do terminal de passageiros de São Roque do Pico.

Assim, no Plano de 2017, ao nível das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, temos um investimento previsto de 38,5 milhões de euros e de 41 milhões de euros para a prestação do serviço público de transporte aéreo e marítimo.

Ao nível dos transportes terrestres, queremos potenciar uma maior intramodalidade e intermodalidade.

Vamos reorganizar a rede de transportes públicos terrestres e melhorar as infraestruturas de apoio.

Neste domínio, pretende-se continuar a assegurar os serviços de transporte regular coletivo de passageiros, o sistema de passe social e a realização de ações e campanhas de prevenção e segurança rodoviária.

Até ao final do primeiro quadrimestre de 2017, lançaremos o concurso para os serviços de transporte coletivo de passageiros, regular e contínuo, em horário noturno e ao fim-de-semana na ilha de S. Miguel, alargando o circuito Ponta Delgada/Lagoa até Vila Franca do Campo e criando um novo circuito Ponta Delgada/Arrifes/Relva, no horário noturno.

Prosseguiremos também com o desenvolvimento de interfaces aplicacionais para a integração de informação dos diversos agentes de transporte na Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, o setor da construção civil tem vindo a ajustar-se.

O Governo dos Açores tem-se assumido como um contribuinte ativo deste objetivo de ajustamento, visando a criação de riqueza na fileira da construção civil e a sustentabilidade do setor.

Os mais recentes indicadores confirmam que temos vindo a dar passos certos na concretização desse objetivo.

O exemplo disto mesmo é o consumo de cimento, que, já este ano, atendendo aos indicadores conhecidos, aumentou 20,7% face a igual período do ano anterior.

Note-se que a previsibilidade é um valor fundamental neste caminho que estamos a percorrer e que continuaremos a preservar.

Nesse sentido, procederemos ao mapeamento de toda a rede de circulação rodoviária regional, caracterizando-a em função do seu estado de conservação, grau de intervenção necessária e cronograma desejável para intervenção e\ou manutenção.

O trabalho do Governo dos Açores é um trabalho contínuo e sem interrupções e, apesar do anterior Governo da República ter comunicado à Comissão Europeia, que Portugal, incluindo os Açores, não necessitava de mais estradas, graças ao trabalho efetuado pelo Governo dos Açores, foi possível garantir um regime de exceção para a Região, embora com grandes restrições financeiras e de elegibilidade.

Definidas que foram as prioridades de intervenção, no decorrer de 2017 estão previstas um conjunto de intervenções em todas as ilhas, de forma a responder às necessidades mais prementes que se colocam ao nível das estradas.

Destaco assim o investimento de cerca de 14 milhões de euros ao nível da qualificação das vias terrestres, onde está incluída a conclusão de todos os procedimentos em curso, por via dos circuitos terrestres de apoio ao desenvolvimento, bem como a requalificação de algumas das estradas regionais.

Assim teremos, entre outras, as seguintes empreitadas: consolidação dos taludes da Estrada Regional entre Furnas e Ribeira Quente, em São Miguel, a conclusão da Reabilitação e Beneficiação da estrada entre o Alto das Manadas e Biscoitos, em São Jorge, a conclusão da Requalificação da Estrada Leste, no Corvo, a intervenção nos circuitos logísticos terrestres das Flores, a reabilitação da Circular de Angra do Heroísmo e Ramal do Porto das Cinco Ribeiras, na Terceira, e a Reabilitação e Beneficiação da Estrada Regional entre Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo, no Faial.

De salientar também o investimento de cerca de um milhão de euros na sinalização horizontal em estradas de todas as ilhas dos Açores, dando seguimento ao trabalho desenvolvido no âmbito da rede viária do

arquipélago, a par de obras de beneficiação, requalificação e reabilitação, aumentando assim as condições de circulação e segurança nas estradas da nossa Região.

Iremos ainda promover e valorizar o uso de materiais endógenos produzidos e transformados na Região, apoiar e fomentar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico no domínio da construção civil.

O nosso compromisso estará centrado na concertação e partilha de recursos, ideias e boas práticas.

Se formos capazes de fazer replicar esse conceito por toda a Região, estou certo de que, juntos, seremos capazes de criar ainda melhores serviços públicos e um futuro ainda melhor para o setor da construção na nossa Região.

Ao nível das infraestruturas tecnológicas, privilegiaremos o digital, no contacto dos cidadãos com a Administração Pública Regional, impulsionando a modernização administrativa, para reforçar a transparência, a eficiência e a eficácia, através da simplificação e desburocratização.

O Plano para 2017, ao nível dos Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas assume um investimento global de mais de 156 milhões de euros, promovendo uma estabilidade de investimento ao longo dos quatro anos da legislatura.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos aqui apresentados contemplam, estou certo disso, ações e soluções para muitas das legítimas reivindicações e necessidades das Açorianas e dos Açorianos.

Não serão, porventura, documentos perfeitos, mas uma coisa é certa: são documentos elaborados de forma refletida, pensados cuidadosamente e ponderados tendo sempre em conta o desígnio maior que é servir estas nove ilhas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Temos muito trabalho desenvolvido e mais ainda temos pela frente.

Digo, pois, vamos a isso.

Vamos a isso, pelos nossos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por momentos cheguei a pensar que vamos a isso...!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD desde há muito tem sido crítico da política de obras públicas e da abordagem que o Governo Regional dos Açores tem feito a todo o setor da construção civil de um modo geral e esses erros de políticas deste Governo têm-se traduzido numa política de investimentos ou de abordagem ao setor que teve como consequência um período de grande

investimento em infraestruturas de grande dimensão na Região ao qual se seguiu um período de fortíssima crise do setor e de desemprego no setor da construção. Todos nós sabemos que é no setor da construção civil que tem origem a maior parte dos desempregados que hoje estão inscritos ao abrigo dos programas de recuperação de emprego, de estágios, de requalificação profissional, daqueles programas que hoje em dia estão na rua e que visam requalificar as pessoas e muitos deles apesar de muita formação continuam sem conseguir sair do subemprego ou do desemprego.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é bem o discurso oficial do PSD!

O Orador: Portanto, a crítica que temos tido quanto às políticas deste Governo para o setor mantêm-se até porque a avaliar pelas Orientações de Médio Prazo e pelo Plano e Orçamento que aqui são apresentados vamos ter um novo ciclo de investimentos no mesmo tipo de infraestruturas, com o mesmo tipo de dimensionamento e com o mesmo tipo de faseamento de obras que vão privilegiar as empresas de maior dimensão da Região que neste momento já são apenas três e que dividem entre si ou se associam para construir as obras que por aí se vão fazendo e nós temos sido críticos desse tipo de abordagem ...

Deputado Miguel Costa (PS): O faseamento privilegia as empresas! O faseamento é precisamente o contrário!

Deputado Francisco César (PS): O faseamento é precisamente o contrário!

O Orador: ... e desse tipo de política, porque os resultados não têm sido bons e não têm sido bons para a Região.

O exemplo maior é o abandono que o Governo teve da Carta Regional das Obras Públicas que era o documento orientador da política de obras da Região que o Governo nunca conseguiu cumprir, que até recalendarizou e agora atirou para o balde do esquecimento, porque este documento marcava os atrasos e incumprimentos da governação para com o setor que é crucial na nossa economia e, portanto, o que se vai fazer é mais do mesmo.

Regista-se pela intervenção do Sr. Secretário Regional um novo anúncio da construção do terminal cargas da aerogare civil das Lajes, coisa que nunca tinha sido feita por um governante socialista nesta Casa menos do que três vezes.

Depois regista-se também o novo anúncio da construção da rampa RO/RO na Calheta em São Jorge e da sua congénere do Porto das Pipas em Angra, coisa que também nunca tinha sido feita nesta Casa e em documentos provisionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Altamente inovador!

O Orador: Aliás, com uma grande diferença: é que se retira 500 mil euros à Calheta e no Porto das Pipas passa-se de 2.6 milhões no último Plano e Orçamento para 500 mil euros agora.

Portanto, o anúncio é do mesmo tamanho, mas o dinheiro é mais pequenino.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois, a política de prioridades também é uma coisa que merece crítica. Todas as obras públicas são importantes onde elas são necessárias. São importantes!

Portanto, não vamos fazer de conta que elas não são todas precisas, mas como o dinheiro não cresce e não estica é preciso saber escolher prioridades e eu vou relembrar, vou dar dois exemplos muito concretos que toda a gente conhece.

Em termos de prioridades os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória são responsáveis por cerca de 80% do tráfego marítimo de mercadorias da Região e nestes dois portos a ação dos governos do Partido Socialista tem-se limitado a reagir às intempéries e é o que vai acontecer de novo nestes documentos provisionais. Em Ponta Delgada reage-se ao inverno do ano passado (e bem!), ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... mas é uma reação a uma intempérie. Não há nenhum investimento novo em termos de remodelação e de potenciação daquela infraestrutura ao serviço da Região e a Praia da Vitória continua à espera da sua dinamização, da sua internacionalização e da sua colocação ao serviço da economia, da geração de emprego e de riqueza na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde é que está a preocupação do Governo Regional para com 80% do tráfego marítimo de mercadorias desta Região e espera-se uma resposta do PS e da governação regional para estas situações.

Deputado Francisco César (PS): Acho que a intempérie está é aqui!

O Orador: Depois, Sr. Secretário Regional, gostaria que tivesse uma palavra que não teve para os desempregados com origem da construção civil.

Portanto, lamenta-se e o PSD lamenta profundamente que um setor que tenha sido tão castigado pela crise também, mas por uma política errada de obras públicas que este Governo tem promovido não tenham uma perspetiva de futuro, não tenham uma perspetiva de poderem ter outro rumo que não seja continuarem na dependência dos programas de requalificação, do subemprego, da subsidiação da governação socialista. Lamenta-se! É também por isto, é também pelo exemplo da Secretaria que V. Exa. dirige que o PSD vai votar contra estes documentos provisionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este não é um Plano e Orçamento que responde às expetativas dos picoenses.

Neste Plano e Orçamento para a ilha do Pico estão inscritos 51 milhões de euros, menos 20% do que em 2016. Grande parte das justas expetativas dos picoenses foram goradas em obras e equipamentos que estão na alçada do Sr. Secretário das Obras Públicas, Transportes e Equipamentos. Aliás, além de colocar em causa muitos compromissos antigos peca também por se esquecer de promessas que levaram o Partido Socialista apresentar-se às eleições regionais de 2016.

Deputado Miguel Costa (PS): E ganharam!

O Orador: Sr. Secretário, não são dadas as respostas corretas e concretas às acessibilidades à ilha do Pico, seja em relação ao aeroporto do Pico e a todas as infraestruturas que levam à garantia da sua operacionalidade, seja em relação ao terminal de passageiros de São Roque do Pico, ou ao porto das Ribeiras, infraestrutura essa que já o comunicado do Conselho do Governo de 2015 dava conta das preocupações sobre a sua condição.

Poderíamos escrutinar uma a uma todas as obras incluídas na Carta Regional de Obras Públicas provocando uma fastidiosa desilusão, mas não o faremos nesta ocasião.

Referimos apenas dois exemplos.

Circular à Madalena. Em 14 de setembro de 2013, com arraial e convocatória geral, o Sr. Secretário apresentou esta obra.

Deputado Miguel Costa (PS): Isso era uma coisa da sua campanha!

O Orador: Apelidou-a de “estruturante”, “justa ambição da população” e “respondendo às necessidades do século XXI”.

Passados quatro anos não está construída nem consta dos documentos do Plano.

O terminal de passageiros de São Roque chegou a ter o seu início de procedimento previsto para o segundo semestre de 2015, tendo sido avançado um valor de 31 milhões, mas neste Plano apenas estão inscritos 290 mil euros.

Contas feitas apenas 20% dos valores inscritos na Carta Regional de Obras Públicas para o Pico foram executados até ao final de 2016.

Sr. Secretário, não é assim que se gera coesão regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é tão pouco assim que se cumpre a palavra dada.

Por fim, gostaria de o questionar sobre as recentes ocorrências no porto e na orla costeira da Madalena. Saber em que fase se encontra o trabalho de levantamento dos danos, qual a perspetiva técnica e política para resolução dos danos e como pensa o Governo enquadrar as soluções neste Plano e Orçamento.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Está o Governo Regional disponível para através de um substancial reforço de verbas no Plano para a reabilitação urbana por forma a continuar o combate ao desemprego e a absorver pela economia de muitos trabalhadores que estão hoje em programas ocupacionais?

Está o Governo também disponível para ao fim de anos e anos cumprir a promessa de acabar a obra da 2.º fase da variante da Horta? Estará disponível para a terminar?

Está o Governo Regional após aprovação do Plano Integrado de Transportes e depois dessa aprovação ... Relembro, aliás tem o Sr. Secretário feito questão de afirmar que com a entrada das *low cost* que não estavam previstas no Plano Integrado de Transportes e que essa entrada das *low cost* no nosso mercado que isso ia operar uma revolução nos transportes aéreos, contudo essa nova revolução, digamos assim, não

deu origem de facto ao novo Plano, porque o Plano inicial não contemplava a entrada das transportadoras *low cost*.

Como é evidente estamos à espera que surja pelo menos a reformulação do Plano atual, se não mesmo a criação de um novo Plano.

Está o Governo a pensar em fazer um Plano digno desse nome que integre, isso sim, todas as possibilidades e todas as modalidades de transporte, incluindo a entrada das transportadoras *low cost*?

O Governo Regional prometeu proceder à reparação da via Vitorino Nemésio na ilha Terceira para o ano 2017 em anúncio público feito em dezembro de 2016.

Aqui não me refiro unicamente à substituição da sinalética, refiro-me também a obras de reparação, de beneficiação do asfalto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu poupo-lhe uma intervenção exaustiva sobre a CROP, sobre a Carta Regional das Obras Públicas, e perguntar uma a uma o que é que aconteceu a essas obras.

Pergunto-lhe genericamente o que é que aconteceu à CROP? Evaporou-se?

Deputado André Rodrigues (PS): Isso é o que a senhora diz!

A Oradora: É que no Plano 2017 não existe uma única referência à CROP 2020.

É que a CROP era para ser de 2014 a 2016, entretanto foi reavaliada e passou a ser a CROP 2020, só que a CROP 2020 nem sequer aparece no Plano de 2017.

O que é que aconteceu aos milhões que estavam na CROP?

Os primeiros 60 milhões a desaparecer foram aqueles que eram para o Cais de Cruzeiros de Angra. Pronto, 60 milhões fora!

Dos 560 milhões que restam há um ano a esta parte o Governo só tinha pago às empresas 92 milhões. A partir daí dos restantes 560 milhões nunca mais ninguém ouviu falar: se foram pagos, se desapareceram ... É que não são propriamente alguns euros. São 560 milhões que os senhores se comprometeram com o setor e que pura e simplesmente se evaporaram, não aparece em rigorosamente lado nenhum.

Portanto, Sr. Secretário, o que é que aconteceu a estes 560 milhões?

Depois, em relação ao transporte marítimo de mercadorias, voltamos novamente à questão dos dois barcos, dos 85 milhões que o Governo insiste que vai construir.

Pronto, é uma decisão política, os senhores dizem que têm a maioria, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que tinham desistido disso!

A Oradora: ... a maioria aprovou o vosso programa, o vosso programa tem os 85 milhões. Tudo bem.

Aquilo que lhe pergunto é: Sr. Secretário, até este momento o Governo Regional ainda nunca submeteu oficialmente (e voltei a pedir informação oficial) o projeto dos barcos dos 85 milhões à Europa para aprovação, iniciaram conversações informais em junho passado.

Sr. Secretário, em 2016 foi orçamentado 4,4 milhões para a construção destes barcos. Neste Plano estão inscritos mais 2,1 milhões. Mas que

conversas informais são estas que já custaram à Região 6,5 milhões, Sr. Secretário?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso não é sério! Isso não é sério! É para um protesto!

A Oradora: Não é sério?

Isto é sério e o Sr. Secretário pode explicar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo para um protesto.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada tem que ter cuidado na forma e nas acusações que faz ao Governo, porque se a senhora não sabe, tem a obrigação de saber que há uma coisa que se chama execução.

A senhora pode criticar o Governo ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah!

O Orador: Nem “ah”, nem meio “ah”!

(Vozes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Aquilo que a Sra. Deputada acabou de fazer aqui foi uma brincadeira de mau gosto.

Onde é que está o dinheiro que já custou tanto?

A senhora vá ver a execução e a resposta está aí.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): A execução de 2016 ainda não está disponível! Eu não estou a pôr em causa ...

O Orador: A senhora vá ver a execução e a resposta está aí.

Agora não lhe reconheço a si legitimidade para por em causa a honorabilidade, nem a seriedade deste Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira tem direito a um contraprotesto.

Pretende utilizar?

Tem a palavra. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, com todo o respeito que eu lhe tenho brincadeira de mau gosto é nós questionarmos sistematicamente o que é que os senhores fazem com o dinheiros dos açorianos e os senhores sistematicamente não responderem.

Eu voltei a perguntar a Bruxelas se foi ou não foi submetido ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não vá por esse caminho!

A Oradora: ... o projeto dos 85 milhões. Não foi.

O senhor não submeteu oficialmente nenhum projeto de 85 milhões.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Deputada, não vá por esse caminho!

A Oradora: Iniciou conversas informais.

Estavam ou não estavam orçamentados para a construção dos barcos em 2016 4,4 milhões?

Estão ou não estão orçamentados para 2017 2,1?

Nas minhas contas dá 6,5 milhões. Eu não disse rigorosamente nada de pouca verdade aqui.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Deputada, estou a aconselhá-la a não ir por esse caminho!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Isso é uma ameaça?

A Oradora: Portanto, o Sr. Presidente esclareça os Deputados.

Eu vou pelo caminho que é o caminho de quem me elegeu e me colocou aqui, que é colocar questões à sua governação.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Deputada, não brinque com coisas sérias!

A Oradora: Não estou a brincar!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Está a brincar!

A Oradora: Portanto, se o Sr. Presidente quer vir a debate para explicar em vez do Sr. Secretário o que é que aconteceu aos 6,5 milhões não tem qualquer problema que o Governo responda na figura do Sr. Presidente, agora não vem dizer que uma Deputada desta Casa que está a questionar o que é que aconteceu a 6,5 milhões que efetivamente nunca foram submetidos oficialmente a Bruxelas venha dizer que é uma brincadeira de mau gosto.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não foi o que é que aconteceu, foi o que fizeram! Não vá por esse caminho!

A Oradora: Brincadeira de mau gosto é a forma como o Governo trata os Deputados desta Casa.

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não vá por esse caminho!

Presidente: Vamos então continuar com o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): Nem “ah”, nem meio “ah”!

(*) **Deputado Miguel Costa** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: ...

(Risos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Miguel Costa está no uso da palavra.

O Orador: Sr. Deputado Marco Costa, o PS e os Deputados do PS eleitos pela ilha Pico deram e continuarão a dar a cara por tudo o que ainda falta fazer na ilha do Pico, sempre conscientes daquilo que ainda falta fazer, daquilo que já fizemos, mas também aquilo que é necessário corrigir, mas temos muito orgulho, mas mesmo muito orgulho, do caminho que o PS fez e do caminho que é reconhecido por todos os picarotos e o senhor sabe muito bem disso.

Digo-lhe isto porque o que o senhor veio aqui fazer faltou apenas uma coisa: ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Foi repor a verdade!

O Orador: ... dizer que a onda que destruiu a muralha do porto da Madalena é culpa do Governo, mas pelo caminho que os senhores seguem, mais minuto, menos minuto, vão acabar por dizer isso. Só falta mesmo dizer isso!

O senhor vem falar da circular à Madalena que foi feita com pompa e circunstância a sua apresentação.

Sabe, Sr. Deputado, foi feita sim senhor antes do seu Governo na República estragar tudo.

Antes do seu Governo da República estragar tudo, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E o Sr. Deputado (tenha calma, Sr. Deputado!) ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso nem merece meio “ah”!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E o Sr. Deputado devia ...

Eu não sei quem é que está a falar, mas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: Ah, é o Luís!

Posso continuar?

O Sr. Deputado com a experiência autárquica que tem devia ser o primeiro a reconhecê-lo, porque eu estive no mesmo executivo como vereador em que a gente discutiu este assunto, Sr. Deputado. Discutimos este assunto ao ponto de dizer assim que era ridículo aquilo que o Governo da República tinha feito às autarquias, inclusive, que tinha cortado nos apoios à beneficiação e reabilitação de estradas, inclusive municipais, Sr. Deputado.

O senhor sabe-o muito bem. O senhor sabe muito bem e esteve nessas reuniões no executivo, portanto, o senhor devia ter vergonha de vir a esta

Casa referir a questão da circular à Madalena, porque sabe que ninguém mais do que eu ou que todos os picarotos que queria esta obra feita. Infelizmente o seu Governo da República conseguiu destruir esta como muitas outras.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Mas qual é a desculpa agora?

O Orador: Em relação ao aeroporto do Pico, Sr. Deputado, é preciso não reconhecer aquilo que está a ser feito. Acabando de falar do aeroporto do Pico o compromisso do Governo Regional na anterior legislatura era aumentar para dois voos diários.

O que é que aconteceu, Sr. Deputado? Dois voos semanais, peço perdão!

Sabe o que é que aconteceu, Sr. Deputado?

Foram três.

Sabe com que é que o Governo já se comprometeu e a SATA?

Colocar um quarto voo, a quarta ligação semanal a partir de 2018, Sr. Deputado. Sabe porquê?

Com coerência, com equilíbrio, sempre na busca da melhor solução para o Pico, mas também com o equilíbrio que se exige à SATA e que alguns Deputados do PSD têm por premissa esquecer.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, isto vai desde o ILS que já está completamente operacional, apenas aguarda a certificação da NAVE e do INAC, vai com o *grooving* que está previsto agora e que aumentará substancialmente a operacionalidade daquela pista.

Sr. Deputado, falar do porto de São Roque?

O senhor participou exatamente nas mesmas reuniões que eu participei, em algumas das reuniões que eu participei do Conselho de Ilha, muitas reuniões que participei do Conselho de Ilha, onde o próprio Conselho de Ilha consentiu e disse que era absolutamente primordial que não se fizesse um investimento de milhões e milhões que não desse certo, Sr. Deputado.

Foram apresentadas as soluções com a maior das transparências na Assembleia Municipal de São Roque ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como o da Madalena!

O Orador: ... onde foram postas a claro todas as soluções que infelizmente não conseguiram os níveis de operacionalidade e segurança que eram desejáveis, mas o Governo não deitou o projeto fora, não abdicou daquilo que era o seu compromisso e já está a estudar uma nova solução para a baía de São Roque, Sr. Deputado.

Isso é fazer política a sério. Isso faz a diferença toda, Sr. Deputado.

Digo mais, Sr. Deputado! O que os senhores precisam, o que os senhores realmente precisam é de fazer as pazes com o mundo, em especial com os Açores, que aquilo que os senhores aqui comprovam constantemente é que ignoram.

Portanto, Srs. Deputados, aconselho seriamente que os senhores mudem de postura para bem dos Açores e neste caso em particular dos picarotos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Srs. Deputados, desculpem o meu lapso protocolar e regimental.

Vou ser muito breve.

Eu poderia para lhe responder pegar só em citações de ex-colegas seus que estiveram aí sentados sobre os assuntos que o senhor abordou, mas eu não o vou fazer, mas vou dizer-lhe uma coisa: o senhor provou hoje que se tivesse estado nos 20 anos iniciais da autonomia não se tinha construído nada nos Açores porque não havia fundos comunitários. O senhor o que disse foi que a culpa era toda da negociação do Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): Pode fazer isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco Coelho (PS): E a rendinha da Base das Lajes!

O Orador: Nessa altura construíam-se portos, aeroportos, estradas e não existiam fundos comunitários.

Cabe ao Governo encontrar soluções, não desculpas.

Para terminar, quando o senhor cita o caso da circular à Madalena só tenho que lhe dizer que realmente o senhor não estava no executivo e quando foi apresentada a obra decorria a campanha autárquica de 2013.

Peça desculpa aos madalenses!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Prescindo!

Presidente: Pergunto então se há inscrições?

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, até percebo que o senhor tenha de alguma forma um esquecimento seletivo relativamente aos 20 anos do seu Governo em relação à ilha do Pico que foi um atraso brutal, mas também esqueceu-se dos 10 anos de fundos comunitários que esse Governo também teve e dos fundos da Base e de todos os outros.

Portanto, aí, Sr. Deputado, o senhor devia ter uma memória um bocadinho mais abrangente.

Em relação àquilo que o senhor estava a dizer sobre a reunião do executivo. Eu falei, Sr. Deputado, foi naquilo que estávamos aqui a conversar sobre a variante à vila da Madalena. Não teve enquadramento comunitário. O que eu falei em relação às reuniões do executivo foi aquilo que o seu presidente (na altura o senhor ainda era vice-presidente do município) disse em que lamentavam-se do seu Governo da República ter cortado nos apoios aos investimentos na reabilitação de estradas.

Essa, basta ir às atas da reunião de câmara.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez constatámos aqui o facto de que há uma certa oposição que está completamente longe da realidade dos Açores, longe das necessidades das açorianas e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): São só chavões!

O Orador: A aposta no mesmo tipo de infraestruturas é para dar resposta cabal às necessidades das açorianas e dos açorianos.

Nós não construímos por construir. Nós construímos para satisfazer as necessidades da nossa Região.

Esta é uma realidade que é reconhecida pelos parceiros sociais.

É a própria AICOPA que reconhece que o plano de investimentos da Região vai permitir criar mais postos de trabalho no setor da construção civil e obras públicas, mas é preciso ter presente que o setor da construção civil e obras públicas não vive só de obras públicas, Srs. Deputados, e foi o Governo do PSD e do CDS/PP que tomou as medidas que levaram à maior crise de sempre no setor em Portugal. Foi o Governo do PSD e do CDS/PP que introduziram uma política recessiva que cortaram o acesso das empresas à banca e com isso inviabilizou o investimento ao nível da construção civil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquele senhor que está quase a ser acusado não tem nada a ver com isso!

O Orador: Esta é a realidade.

É uma realidade que é extensiva para as vias terrestres.

Todos sabem que graças à opção que o Governo do PSD e do CDS/PP tomou de comunicar à comunidade europeia de que não eram necessárias mais estradas no país, incluindo os Açores, é que inviabiliza investimentos como aqueles que foram aqui referidos: a segunda fase da variante da Horta e a circular da Madalena.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que disse o Governo dos Açores?

Deputado Duarte Freitas (PSD): 20 de setembro de 2013, o que disse o Presidente do Governo dos Açores?

O Orador: Esta é a realidade.

Em relação àquilo que foi falado das acessibilidades.

O Sr. Deputado referiu que havia um problema de acessibilidades ao Pico.

Oh, Sr. Deputado, basta ver as estatísticas tanto do transporte aéreo, como do transporte marítimo. Elas falam por si quer no número de passageiros desembarcados, quer no número de passageiros transportados ao nível do transporte regular marítimo entre as ilhas do triângulo.

Sr. Deputado Paulo Mendes, o Plano Integrado de Transportes era constituído por três eixos. Um dos eixos era precisamente o quadro regulamentar, onde se previa a revisão das obrigações de serviço público de transporte aéreo nas ligações entre a Região e o continente português e a revisão das obrigações de serviço público no inter-ilhas.

Ambas foram feitas, ambas estão a funcionar com uma integração perfeita que dá resposta àquilo que são as principais necessidades. Há situações de intermodalidade e de intramodalidade que se esteve atento à minha intervenção certamente ouviu de que iremos continuar a trabalhar no decorrer desta legislatura, nomeadamente para uma integração mais eficaz naquilo que consiste com o transporte terrestre.

Em relação às questões levantadas pela Sr. Deputada Graça Silveira as mesmas já foram respondidas e não merecem mais qualquer tipo de comentário.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas a CROP não!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Cumprir o que se promete é uma obrigação dos agentes políticos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Infelizmente não é isso que este Governo tem feito.

Um exemplo que comprova é a construção da segunda fase da variante na cidade da Horta. Não sendo ainda uma estrada na realidade, é há muito tempo uma auto estrada para promessas eleitorais do Partido Socialista.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Outra vez!? Já estava escrito Sr. Deputado!

O Orador: Os faialenses estão fartos de mentiras.

Assim pergunto: pretende o Governo Regional avançar com esta obra durante esta legislatura?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas continua muito preocupado com os governos do PSD/CDS na República e em culpabilizá-los por todas as dificuldades que o senhor possa ter tido na sua governação, ...

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga):

Temos é que ter memória!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Olhe o senhor!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não queria dizer essa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... mas relembro que enquanto o senhor faz alguma demagogia com as palavras provavelmente o Primeiro Ministro em quem a maioria destes senhores da bancada do Partido Socialista votaram estará a ser acusado de mais um crime e a história não se apaga e esse Primeiro Ministro é que faliu o país.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois, nós estamos aqui também a discutir a credibilidade dos documentos provisionais que o Governo Regional dos Açores apresenta e nesses documentos todos os anos cabem imensas promessas e compromissos que não se realizam e eu vou dar um exemplo que todos conhecem.

Eu sei que o senhor nessa altura não fazia parte do Governo e se calhar nem votava no Partido Socialista, ...

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor também tem tantos aí que não votavam no PSD!

O Orador: ... mas o então Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, desdobrou-se em sessões de esclarecimento na ilha Terceira, no salão da Santa Casa da Misericórdia, a prometer um cais de cruzeiros de 60 milhões de euros que constou de planos e orçamentos e foi votado favoravelmente por Vs. Exas..

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a credibilidade daquilo que se põe no papel vale o que vale.

Depois, a questão das prioridades não foi discutida e o Sr. Secretário não teve uma única palavra para o Porto de Ponta Delgada, nem para o Porto da Praia da Vitória e para 80% do tráfego marítimo de mercadorias da Região que passa nesses dois portos.

Era importante que os açorianos conhecessem quais é que são as preocupações para esses dois portos que não estão vertidas nestes documentos provisionais, mas que deviam estar. Está apenas a reação às intempéries.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS)**: Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da análise e discussão que faz dos documentos em análise, reconhece que o Governo dos Açores pretende desenvolver ações e políticas para fomentar o crescimento económico, a qualificação e a sustentabilidade dos nossos recursos, esta num novo enquadramento e envolvente económica mais favorável e a plena operacionalização do novo ciclo de quadros comunitários.

O Partido Socialista nunca escondeu que o investimento público seria redirecionado dessa forma, agora estranhámos que, nesta Casa, este novo PSD, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim, porque o velho PSD está ali!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... que nos anos anteriores criticava esta mesma maioria e o Governo Regional, porque os investimentos eram sempre poucos em todas as nossas nove ilhas.

Aqui e agora vem acusar que durante algum tempo se investiu mais em obras públicas em todas as nossas nove ilhas.

A política de investimento público e de execução de obras públicas ao longo desta legislatura permitirão, por um lado, concretizar os compromissos do Partido Socialista para com os açorianos e, por outro, concluir uma importante rede de infraestruturas de equipamentos que irão dotar os nossos açorianos de melhores condições de vida.

Para além desta política de obras públicas há um conjunto de ações previstas para a sustentabilidade do setor da construção civil e que promovem a sua sustentabilidade e previsibilidade e ao distribuir ao longo da legislatura e ao longo dos quatro anos vai garantir essa mesma estabilidade quanto ao valor de investimento e, por outro, a previsibilidade que irá garantir a adequação da mão de obra promovendo também por essa via a sustentabilidade dos postos de trabalho no setor da construção civil.

Deste modo, Sras. e Srs. Deputados, devido à capacidade que este Governo dos Açores tem tido de gerir bem as finanças públicas onde temos os impostos mais baixos do país com a concretização de investimentos estruturantes e fundamentais para a coesão territorial, social e económica da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Rendeiro anda muito distraído.

Se olhar e se ler os documentos, se vir as ações que estão previstas repara que nos portos de Ponta Delgada e no porto da Praia da Vitória as ações previstas vão muito para além da resolução dos problemas das intempéries, nomeadamente com o lançamento da segunda fase do Porto de Ponta Delgada, que eu já tive oportunidade de explicar que será

lançada após ser dado início à obra de requalificação do cais nato, e no porto da Praia da Vitória onde estão a ser desenvolvidos um conjunto de investimentos ao nível das infraestruturas para melhorar a sua operacionalidade e segurança.

Mas se isso não bastasse, Sr. Deputado, as estatísticas também falam por si nesse aspeto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor falou numa grua!

O Orador: O porto de Ponto de Delgada no ano de 2016 movimentou mais 133 mil toneladas do que em 2015 e o porto da Praia da Vitória mais 17 mil toneladas do que no ano de 2015, o que demonstra que são infraestruturas que estão preparadas para dar resposta àquelas que são as suas solicitações.

Sr. Deputado Bruto da Costa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não intervim!

O Orador: ... eu quero dizer-lhe que orgulho-me muito do meu passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faz muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi a melhor fase da sua vida!

O Orador: Aconselho-vos a que não sejam tentados a se envergonharem do vosso presente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para registar que o Sr. Secretário assume que os 560 milhões da CROP desapareceram e a isso o Sr. Presidente do Governo não respondeu.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Como é? Isso fica-lhe tão mal Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então avançar com as intervenções de tribuna.

A primeira pertence ao Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Os transportes assumem um papel capital e preponderante no desenvolvimento económico e social de uma região como a nossa, onde a capacidade de mobilidade de pessoas e bens é essencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para a dinamização das transações económicas e para o incremento da sua competitividade.

Por isso, é essencial, continuamente desenvolver sistemas de transportes cada vez mais eficientes, que possibilitem a circulação de pessoas e bens, quer ao nível interno, quer ao nível das ligações com o exterior, contribuindo para a coesão social, económica e territorial da Região.

O Governo dos Açores, do Partido Socialista, realizou, na última legislatura, a maior reforma de sempre do modelo de acessibilidades de e

para a Região, onde se concretizaram condições de promoção da igualdade de direitos a todos os Açorianos.

Num trabalho árduo e meritório, implementou-se uma boa solução, que conjuga rotas liberalizadas, com rotas de obrigações de serviço público de passageiros e carga, tornando mais competitivo o mercado açoriano, que levaram à diminuição do custo da acessibilidade, com reflexos diretos sobre a mobilidade e a acessibilidade dos Açorianos e impulsionando um incremento considerável e bem visível na atividade turística da Região.

Aqui, é obrigatório ressaltar, a grande diferença entre o Partido Socialista e alguma oposição.

O PS sempre defendeu a revisão do modelo anterior, com especial atenção e cuidado, ao preço máximo a pagar pelos residentes e estudantes, ao contrário da revisão, desprotegida, que aconteceu na Região Autónoma da Madeira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O modelo adotado está aí para ser analisado.

No número total de passageiros desembarcados na Região, registamos um crescimento que ronda os 54,6% entre 2012 e 2016, o que representou um crescimento de 465 mil passageiros, atingindo em 2016 os 1,3 milhões de passageiros desembarcados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a linha azul, e a lilás?

O Orador: No total de passageiros desembarcados nos voos inter-ilhas, destaque para um crescimento médio de 39,5%, o que representou um crescimento de 167 mil passageiros, passando de cerca de 423 mil em 2012, para os 591 mil desembarcados em 2016.

Aqui, é essencial destacar o papel fundamental da nossa companhia aérea, da SATA, importantíssimo instrumento de coesão regional e territorial,

que tem sabido dar resposta ao incremento da procura, adequando e evoluindo a sua oferta de forma sustentada, garantindo a mobilidade e acessibilidade dos Açorianos.

De forma contínua, é necessário monitorizar, avaliar e adequar a oferta à procura, garantindo a todas as ilhas, uma mobilidade e acessibilidade adequada, quer do ponto de vista dos residentes, quer do ponto de vista do turismo, permitindo o seu desenvolvimento económico, potenciando as particularidades e especificidades de cada uma das nossas ilhas.

O Governo dos Açores pretende propor novas alterações às obrigações de serviço público nas ligações aéreas entre o arquipélago e o continente, com o intuito claro de tornar mais atrativas as rotas sujeitas às obrigações de serviço público.

Outro objetivo da legislatura, prende-se com a implementação de obrigações de serviço público para os serviços aéreos regulares do transporte de carga aérea e correio, entre os Açores e o continente português.

Esta será uma peça essencial para o futuro da nossa economia e das nossas empresas, para que se tornem mais competitivas ao nível das exportações, potenciando a valorização dos produtos açorianos, com particular destaque para os produtos da fileira da pesca.

Relativamente às infraestruturas aéreas, o Governo dos Açores, propõe prosseguir a certificação do aeródromo da Base das Lajes, para a sua utilização permanente por aeronaves civis, bem como com as intervenções necessárias à melhoria da operacionalidade e segurança das infraestruturas aeronáuticas da Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E para o queijo de São Jorge? Quantas toneladas?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos transportes marítimos, relativamente ao transporte de carga, o objetivo passa por aprofundar e evoluir o modelo existente, que deve ser explorado e desenvolvido, com o propósito de otimizar e reduzir os seus custos, para uma maior competitividade da economia açoriana, nomeadamente com a redução dos tempos de entrega nos mercados exportadores.

No serviço de transporte de passageiros e viaturas na Região, o Governo do Partido Socialista pretende transpor para toda a Região os bons resultados conseguidos na operação regular do Triângulo, incrementada e melhorada após a aquisição de dois novos navios, garantindo um serviço de maior regularidade, qualidade e conforto, e que adicionou o transporte de viaturas.

Ao nível dos passageiros desembarcados nos portos da Região, existiu um crescimento de 21%, com mais 96 mil passageiros entre 2012 e 2016, atingindo agora os cerca de 555 mil passageiros desembarcados.

Uma vez que este crescimento ficou a dever-se essencialmente ao crescimento registado nos Portos das Ilhas de São Jorge, Pico e Faial, importa agora transpô-lo para toda a Região.

E é nesse âmbito dessa pretensão e também do atual quadro comunitário, que o Governo dos Açores pretende realizar em 2017, o concurso público para a aquisição e construção do primeiro navio de dois navios gémeos, dotando assim o modelo de transporte marítimo de melhores condições para a prestação desse serviço.

Este investimento nestes meios, tem também como propósito, o de melhorar o transporte de mercadorias inter-ilhas, potenciando o

desenvolvimento do mercado interno, contribuindo também assim, por esta via, para a melhoria da coesão económica, social e territorial da Região.

Ao nível das infraestruturas portuárias pretende-se continuar investimentos com o objetivo de aumentar a sua segurança e eficiência operacional. Destaque para o Porto da Praia da Vitória, que se pretende inserir como ponto de abastecimento de gás natural liquefeito, e potenciar o seu papel no transporte de carga entre os continentes europeu e norte-americano.

No domínio dos transportes terrestres destaque para a implementação da Plataforma de Gestão Integrada de Transportes, com vista a permitir uma integração bilhética alargada, como ao trabalho contínuo de modernizar e reorganizar a rede de transportes públicos terrestres, sempre com o intuito de potenciar uma maior intermodalidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na área dos transportes um longo caminho foi percorrido, em que a Região desenvolveu um conjunto de infraestruturas e meios adequados para o desenvolvimento do setor.

Esse caminho, não foi realizado sem percalços, mas o trabalho desenvolvido e os seus resultados, reforçam a nossa motivação e vontade de fazer mais e melhor, de continuar a promover reformas que permitam melhorar continuamente a mobilidade e a acessibilidade na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à próxima intervenção. Cabe ao PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Orientações de Médio Prazo, os Planos Anuais e os Decretos Orçamentais são documentos estruturantes da ação governativa e refletem a perspetiva do Governo sobre o desenvolvimento da Região no seu todo e das oportunidades a fomentar em cada uma das nossas ilhas.

Assim, são também expressão do entendimento que o Governo tem sobre a coesão regional e o desenvolvimento harmónico das diferentes parcelas do arquipélago, ou a opção contrária, de inobservância desses mesmos princípios.

No caso concreto da ilha do Faial, as taxas de execução das verbas previstas nos planos anuais são maioritariamente inferiores a 50%! Muitos são os projetos que ao longo dos anos foram inscritos e nunca foram concretizados! E são também muitos os projetos que até desapareceram dos documentos governamentais, como por exemplo o Estádio Mário Lino, as Termas do Varadouro, a reabilitação das Igrejas do Carmo e de São Francisco, a 2.^a fase da Variante à Cidade da Horta, ou a melhoria das condições de operacionalidade e segurança do Aeroporto da Horta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As acessibilidades são um ponto fulcral para o desenvolvimento desta ilha e repetimos o nosso entendimento: é necessário e urgente, que o Governo Regional assuma a decisão de liderar politicamente o processo destinado à melhoria da operacionalidade do aeroporto da Horta, e envolva o Governo da República e a ANA, num modelo partilhado.

Assim, apresentaremos uma proposta de alteração ao Plano e ao Orçamento para 2017, no sentido de incluir a verba necessária à elaboração do Projeto de Ampliação da Pista do Aeroporto da Horta.

O primeiro passo tem que ser a assunção da DECISÃO do Governo Regional, em liderar politicamente o processo, porque este é um investimento fundamental para o futuro da ilha do Faial e para a coesão da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Correia tem a palavra.

Deputada Isabel Correia (PS): Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo tem previsto para este ano investimentos na ordem dos 62 milhões de euros para a ilha do Faial, ou seja, espera vir a concretizar obras relevantes e importantes nas mais diversas áreas.

Na Solidariedade Social evidenciam-se a construção do Centro de Dia dos Flamengos, o Edifício Intergeracional da Feteira, que está na fase de projeto, a intervenção que está a ser realizada no Castelinho, obra importante para o bem estar das crianças e famílias.

Na Educação e Cultura houve um grande investimento na Parque Escolar que é inegável, mais e melhor educação, materializando-se na construção da primeira fase da Escola Básica e Integrada António José D'Ávila, obra que terá continuidade nesta legislatura.

E porque não está esquecida a valorização do património cultural e religioso, no último dia 3 de fevereiro os faialenses assistiram ao lançamento da primeira pedra da Igreja Paroquial do Salão, no qual também esteve presente um Deputado do Partido Social Democrata.

Deputado Luís Garcia (PSD): E?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Há quase 20 anos, Sra. Deputada!

A Oradora: No Mar, Ciência e Tecnologia realçar a obra do porto, obra que permitirá o ordenamento e a melhoria das condições de operacionalidade e segurança para os vários agentes do setor, nomeadamente as condições de trabalho merecidamente para os pescadores e uma obra relevante para os agentes das marítimo-turísticas que têm um papel importante na promoção da nossa ilha e da dinamização da economia local.

A estabilização da orla costeira do porto do Salão, a construção da Escola do Mar de que não vos convém falar, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a instalação futura do Centro de Aquicultura dos Açores, que criará novas oportunidades aos profissionais da pesca, gerando mais economia.

Na área dos transportes e obras públicas a importância da concretização da requalificação do Porto Comercial da Horta, que permite a melhoria das condições de operacionalidade e segurança para a carga e descarga de mercadorias, bem como a criação de condições que permitirão melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

Qualquer projeto que se venha a desenvolver não pode ser à custa de saberes empíricos nem de opiniões avulsas, podendo futuramente colocar em risco as condições de segurança e estas têm de ser salvaguardadas a bem de todos.

Sabemos também que tomar decisões de avançar com obras estruturantes exige coragem de quem tem o ónus da governação e hoje é do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta obra vem complementar outra realizada no lado norte do porto, o novo terminal marítimo de passageiros. Mas quem foi verdadeiramente beneficiado com esta obra foram as mais de 400 mil pessoas que em 2016 utilizaram aquele espaço para partirem e chegarem ao Faial. Mais uma vez o Partido Socialista importa-se com todas as pessoas e estas estão primeiro.

Relativamente à saúde salientar o investimento já realizado na construção da primeira fase do Bloco C da Horta, melhorando as condições de atendimento e tratamento dos doentes, doentes que nunca ficaram sem o devido e correto acompanhamento ou tratamento.

Convém referir que o Hospital da Horta em 2016 realizou 47 mil consultas, 3 mil cirurgias e 3 mil internamentos.

As Deputadas da ilha do Faial continuarão a pugnar para que o Hospital da Horta continue a ser um dos hospitais fortes da Região.

Gostaria de deixar uma nota à oposição que tem vindo a criar um clima de insegurança e ansiedade junto daqueles que se encontram mais fragilizados, os doentes, e que usa como instrumentos na sua campanha populista e demagógica. Não é por virem a público que as questões ficam resolvidas, mas sim por quem tem a responsabilidade de as resolver. “A oposição atalha caminho e tenta colher os louros de quem trabalha ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Isto é impressionante!

A Oradora: ... e isto só se consegue perceber numa atitude de desespero para alcançar um objetivo.”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: No que toca ao ambiente, a selagem, requalificação ambiental e paisagística do centro de resíduos é um desígnio deste Governo.

Quem é que hoje não reconhece a obra feita em termos de recolha e tratamento de resíduos no Faial?

É o Governo do PS que vai dar por encerrada a rede de lixeiras a céu aberto e vazadouros espalhados pela ilha, valorizando e promovendo a saúde pública.

O Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos visitado por mais de 200 mil pessoas oriundas de todas as partes do mundo faz dele o centro ambiental mais visitado da Região, divulgando o que o Faial tem de único.

O trabalho desenvolvido pelo Parque reconhecido com prémios internacionais, valorizando o nosso património natural, é outro exemplo.

O Partido Socialista valoriza e protege o património natural dos Açores.

O aumento de 7% no número de dormidas em janeiro de 2016 e janeiro de 2017 revela que o turismo tem vindo a crescer na ilha do Faial.

Na agricultura, acabámos de criar o segundo Plano de Ordenamento Agrário na zona norte da ilha que terá como consequência o redimensionamento físico das explorações, infraestruturas de base, envolvendo uma área de 1.600 hectares. Para quê?

Para que o aumento do rendimento e o bem estar das pessoas e das famílias faialenses seja uma realidade.

A construção do novo matadouro é sem dúvida uma obra que vai dignificar o setor de abate de bovinos e suínos, contribuindo para operar em condições condignas, dando resposta ao aumento de animais abatidos que se tem vindo a verificar.

O Partido Socialista importa-se com as pessoas. O PSD continua a assobiar para o lado como se nada estivesse a acontecer.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Agora sou eu que pergunto: onde é que estavam os Deputados do Partido Social Democrata quando no dia 27 de outubro (e eu digo onde é que estavam) ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... relativamente ao porto (e faço este *refresh*) em relação à pista, peço desculpa, que diz assim: “O antigo Primeiro Ministro da República, Pedro Passos Coelho, assumiu na Câmara Municipal da Horta que não faria tal investimento por não o considerar relevante para o número de voos que o aeroporto opera nem salvaguardou essa possibilidade no caderno de encargos realizado no processo de privatização da ANA.”

Deputado António Viveiros (PSD): Nós estamos aqui!

A Oradora: O PSD regional não se manifestou.

(Vozes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados!

A Oradora: E até os Deputados do PSD do Faial foram aplaudir entusiasticamente este senhor, neste congresso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado Luís Garcia estava lá sentado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Correia, é certo que cada um exerce as funções neste Parlamento da forma que entende mais adequada, no entanto, as pessoas que votam em nós esperam muito mais de nós do que me parece que acabou de ser feito neste Parlamento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Na sua intervenção!

O Orador: O Faial anda a marcar passo há vários anos. Os investimentos previstos para o Faial arrastam-se plano após plano e legislatura após legislatura; são divididos em fases, antes eram em duas, agora a segunda fase em alguns casos já volta a ter uma, duas ou três fases e como foi muito bem referido por vários Deputados nesta Assembleia alguns têm até desaparecido dos planos do Governo, com uma inovação mais recente, que é o facto dos procedimentos relativos a investimentos no Faial nos últimos anos persistirem a ficar desertos. Nos tempos mais recentes os procedimentos para a ilha do Faial têm ficado desertos ...

Deputado André Bradford (PS): Como a Escola do Mar!

O Orador: ... o que nos leva a questionar se continua a ser um mero acaso, ou se já há uma intenção deliberada de que o procedimento fique deserto.

Portanto, os investimentos para o Faial são adiados, são repartidos em fases, alguns não se fazem e permita-me voltando à ressalva inicial de que cada um exerce as suas funções como entende mais adequado, mas, Sra. Deputada Isabel Correia, o Faial e os faialenses merecem bem mais do que o papel que a senhora acabou de desempenhar dessa bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Neste momento, a Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Bárbara Chaves)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Para a próxima intervenção de tribuna tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Terceirenses, ao longo dos últimos 20 anos, têm depositado enorme confiança eleitoral no Partido Socialista e este não a tem sabido retribuir.

Volvidos 2 anos desde a apresentação do PREIT (o Plano de Revitalização Económico da ilha Terceira), este Plano e Orçamento para 2017, além de não corresponder minimamente às necessidades da ilha Terceira e às expetativas dos Terceirenses, é absolutamente dececionante em grande parte das áreas setoriais.

Para a Terceira verifica-se uma redução de 2,1% nas rúbricas para a Competitividade Empresarial e de 2,6% para o Emprego e Qualificação Profissional. É verdadeiramente frustrante.

Na agricultura, cerca de 8,5% tanto ao nível do investimento em Infraestruturas Agrícolas e Florestais, como no Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais, bem como cerca de 4% na Modernização das Explorações Agrícolas.

Por outro lado, o investimento previsto está alicerçado essencialmente em obras que há muito deveriam estar concluídas, como o Laboratório Regional de Veterinária e o Parque de Exposições da Ilha Terceira. É incompreensível!

Além disso, e à semelhança do que acontece em outras ilhas, o Governo Regional continua a não ter coragem, nem competência, para resolver o problema do setor do leite na Terceira, deixando os produtores terceirenses amarrados ao monopólio que impera.

Nas Pescas e Aquicultura, as verbas alocadas para a Terceira destinam-se apenas ao pagamento da Oficina de Embarcações da Praia da Vitória e à aquisição de uma grua hidráulica para o Porto dos Biscoitos. É manifestamente pouco!

Na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, o investimento continua dependente da construção do Parque Tecnológico da Ilha Terceira. Num comunicado do PS Terceira, datado de setembro de 2008, é possível ler que, e cito, “o PS assume o compromisso da sua entrada em funcionamento até ao final de 2010”. Porém, passados 7 anos ainda continuamos a aguardar a sua concretização.

Ao nível dos Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas, o cenário de investimentos é também negro. Para a Reabilitação de Estradas Regionais está prevista uma redução de verba de 43,23%.

Em termos de Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários está prevista uma redução de verbas de cerca de 2,5 milhões de euros, ou seja, 33,61%.

Para esta dramática diminuição de investimento contribui decisivamente a redução de quase 3 milhões de euros na construção da rampa Ro/Ro do Porto de Angra do Heroísmo.

Perguntamos, como tal, qual a justificação para a esta redução de cerca de 85% no investimento no Porto de Angra?!

Também o investimento na Requalificação do Porto da Praia da Vitória conta com uma verba reduzida em cerca de 30%, em relação a 2016.

O único reforço digno de registo (30,4%), é pois, dedicado à Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes. No entanto, sendo esta uma obra prometida e com verba inscrita em Plano e Orçamento,

desde 1999, logicamente que qualquer Terceirense terá já muita dificuldade em acreditar que algum dia chegue a ser uma realidade.

É também com lamento que verificamos que o alargamento da placa civil da aerogare das Lajes, que o CDS-PP há muito defende, continua a não fazer parte das opções do Governo Regional.

Na Educação, verifica-se uma redução da verba para Construções Escolares em cerca de 32%, enquanto que na Cultura, mais de metade da verba prevista para a Terceira refere-se apenas ao pagamento da Nova Biblioteca de Angra do Heroísmo, já inaugurada, curiosamente ou não, em setembro de 2016, por altura das eleições Regionais, mais de 7 anos passados desde o lançamento da primeira pedra.

Na saúde, a verba destinada à ilha Terceira é na sua esmagadora maioria destinada ao pagamento do novo Hospital, não se consubstanciando, como tal, como investimento, mas sim como pagamento de dívida. Restam uns modestos 300 000€ para investimentos em Beneficiação de Infraestruturas.

No Desporto, prevê-se uma redução de cerca de 55% na verba destinada ao investimento em infraestruturas e equipamentos desportivos para a ilha.

Numa altura é que é absolutamente imprescindível reforçar os mecanismos para fixação de jovens na Região, observa-se uma redução do investimento na ordem dos 35% para a Juventude Terceirense. Também neste caso, a política de investimentos é demasiado infeliz!

Mas, neste Plano Anual Regional para 2017, nem tudo é mau para a Terceira. Na verdade, há um significativo aumento de verbas para a Solidariedade Social e para a Habitação, sobretudo ao nível do arrendamento social, o que é, obviamente, bem visto pelo CDS-PP.

Pena é que, infelizmente, esse aumento reflita também o facto de os Terceirenses estarem mais pobres e mais fragilizados, estando cada vez mais dependentes de apoio social.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, têm sido muitas as promessas feitas aos Terceirenses pelo Governo Regional do PS, criando ilusões de desenvolvimento económico e social, de fomento da competitividade empresarial, de aumento da qualificação profissional, de criação de riqueza e emprego, de lançamento de grandes obras que nunca chegaram a ser realidade, como o famigerado Cais de Cruzeiros, o Hub Atlântico, o Azores Air Center e o próprio Terminal de Carga da Aerogare das Lajes.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Afinal mais uma vez a montanha pariu um rato!

Está na hora de o PS deixar de atirar areia aos olhos dos Terceirenses e acabar com as promessas vazias, que depois não têm qualquer consequência.

Em suma, este não é, de todo, um bom Plano e Orçamento, para a ilha Terceira. É pena, pois os Terceirenses mereciam e aspiravam a mais e melhor!!!

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, estive atento à sua intervenção e queria deixar aqui algumas notas.

Relativamente à agricultura e ao setor do leite e laticínios na ilha Terceira, como o senhor bem sabe, depende da Pronicol, depende dos lavradores, mas também do Governo Regional é certo e o Governo já demonstrou a sua disponibilidade para o que daí possa vir a acontecer, ou seja, se houver uma iniciativa por parte quer da Pronicol, quer dos lavradores, o Governo Regional tem disponibilidade para através dos fundos comunitários fazer aquilo que for necessário e isso, aliás, já foi tornado público através do Sr. Secretário, quer o anterior Sr. Secretário, quer o atual Sr. Secretário.

Relativamente ao Parque de Exposições e ao Laboratório Regional de Veterinária são duas obras importantes e fundamentais para a ilha Terceira.

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): O Secretário já deve ter dado o despacho que nem sabia que existia.

O Orador: Como sabe também e bem as duas obras em tempos tiveram problemas com os empreiteiros. Demorou. Era nossa vontade que já estivessem prontas, sim senhor, mas teve o Governo problemas com os empreiteiros quer no Laboratório Regional de Veterinária (isso já foi aqui discutido, até foi trazido pelo Bloco de Esquerda) e também relativamente ao Parque de Exposições.

Aquilo que foi dito em audição através do Sr. Secretário da Agricultura e Florestas ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): O que foi dito é que a culpa foi dos equipamentos! Vamos ver se os senhores se entendem!

O Orador: ... é que relativamente ao Parque de Exposições no decorrer deste ano ficará a funcionar a 100%, ou seja, os serviços que se encontram a funcionar no antigo laboratório passarão definitivamente para o novo Laboratório Regional de Veterinária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente já ouviu isso tanta vez!

O Orador: Relativamente ao Plano e Orçamento para este ano vem de encontro ao que está no Programa do Governo. Temos um investimento na ordem dos 159 milhões de euros. Temos obras importantes como o Parque de Ciências e Tecnologia, como o Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes, uma obra que também gostaríamos que já estivesse concluída (certamente!), mas todos aqui sabemos também das dificuldades que houve com o Governo da República ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há que anos!

O Orador: ... quer seja ele do PSD, quer seja do PS, tivemos esse problema e tivemos também o problema com a servidão militar.

Do Porto das Pipas também dizer que é uma obra estruturante e importante para a Terceira e que esperamos que ela também decorra durante este ano. Encontra-se em fase de revisão o projeto para as propostas irem a concurso e acreditamos que sim, que realmente este ano se dê início a esta obra tão importante para a Terceira.

Gostava também de lembrar um dado que é importante ao nível do turismo o que aconteceu na ilha Terceira graças ao trabalho desenvolvido pelo Governo Regional e com o Governo da República, neste caso do PS.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O turismo da Terceira cresceu 60% e temos as *low cost* que tanto queríamos e temos também esta vantagem para os terceirenses.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Dizer também que ao nível do desemprego de 2014 para 2016 baixou em 764, com uma taxa de 28%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É vê-los na rua a tratar do lixo!

O Orador: Dizer também que quando se fala que a ilha Terceira está mal, que não faz e que não acontece, relativamente ao PIB no último ano a Terceira foi a ilha que mais cresceu. Cresceu mais de 5%.

Portanto, estamos aqui a falar de dados importantes e que contraria claramente aqui o que o Sr. Deputado ali disse.

Depois outra coisa, Sr. Deputado: em democracia é assim mesmo, estamos aqui para discutir ideias e aceitamos as críticas, mas temos que ver aqui uma situação. Os senhores fiscalizam, mas não são os senhores que decidem.

Portanto, se estivermos atentos, em 20 anos os açorianos, nesse caso particular os terceirenses, por alguma razão deram a sua confiança ao Partido Socialista. Em 10 deputados na ilha Terceira, o PS tem 60% destes mesmos deputados. Isso vem de encontro ao trabalho que nós fazemos e penso que é a confirmação do trabalho que os governos do Partido Socialista têm feito nos Açores e na Terceira.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Toste, eu não sei se o senhor teve a oportunidade de ouvir a minha intervenção. Eu, na intervenção, referi-me única e exclusivamente aos investimentos previstos para 2017 para a ilha Terceira e apenas constatei factos e contra factos não há argumentos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Só há argumentos!

O Orador: Se o senhor acha que estes factos são desagradáveis, pois estamos juntos porque são muito desagradáveis, mas aí não tem que se vir queixar a mim, nem à bancada do CDS/PP, nem à oposição. Tem que falar com aqueles senhores que estão naquela bancada, foram eles que tomaram estas decisões e eles que inscreveram estas verbas para a ilha Terceira.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste Parreira (PS): Prescindo!

Presidente: Prescinde.

Pergunto então se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Luís Garcia está na tribuna para intervir.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Governo Regional e para o Partido Socialista os debates dos planos anuais servem sobretudo para fazer anúncios de investimentos e de muitos, muitos milhões.

Então permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, que comece por recordar um anúncio.

No ano da graça de 2007 o então Secretário da Economia anunciou que o Governo Regional iria lançar em breve um concurso público para criar na Horta e cito “um cais para cruzeiros com cerca de 400 metros de comprimento e à profundidade de menos 12 metros”.

Para que todos consolassem as vistas a maravilhosa promessa foi, com pompa e circunstância, exibida numa maquete na Semana do Mar.

Feito o anúncio pomposo e grandioso, falemos agora daquilo que o Governo Regional e o Partido Socialista menos gostam, da execução.

Chegada a esta fase, já em 2009, e já com novo Secretário da Economia, o novo cais sofreu um forte revés e minguou: dos prometidos 400m passou para 260m e dos 12 metros de profundidade para menos 6, que, entretanto, já em obra e com uma dragagem, decidiram ir até aos menos 8.

Tal redução inviabilizou a sua utilização para a receção de grandes navios de cruzeiros, como ainda no passado domingo se pode comprovar no cais

da Horta, e a sua orientação teve e tem fortes implicações na segurança e na operacionalidade num dos portos mais seguros dos Açores.

Concluída a primeira fase do reordenamento do porto da Horta, prometeu o Governo a segunda fase para a legislatura 2012-2016.

À boa maneira socialista de novo surgiram novos anúncios e muitos, muitos milhões.

Para essa intervenção nos sucessivos planos da legislatura anterior foram inscritos cerca de 13 milhões de euros e nada de obra.

Será caso para dizer que o papel aceita tudo ou parafraseando o Ministro Santos Silva estes milhões inscritos “valem zero”!

Deputado Francisco Coelho (PS): Onde já ouvi isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o folhetim está longe do fim.

Entretanto, a segunda fase desse reordenamento foi dividida em 3 novas fases. Nada que os Faialenses já não estejam habituados!

E o mais grave é que, às escondidas e sem o envolvimento dos Faialenses, o Governo elaborou um projeto para a 2.^a fase do porto que o descarateriza ...

Deputado André Bradford (PS): Intervenção em stereo, diz a mesma coisa que o outro.

O Orador: ... e que, a ser implementado na forma como está pode comprometer de forma irreversível a sua segurança e a sua operacionalidade.

Além disso este projeto, cujo concurso curiosamente ficou deserto, mais uma vez, não corresponde ao que foi inicialmente prometido aos faialenses. Deixou de fora a ampliação da Marina da Horta, a capacitação do porto para receber navios de turistas de maior porte, a requalificação da sede do Clube Naval da Horta e as infraestruturas para receção e manutenção naval.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: É assim que o Governo Regional e o Partido Socialista têm enganado e entretido os Faialenses em relação a este investimento: com promessas nunca concretizadas, com milhões nunca investidos e com projetos que subvertem as promessas feitas.

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor basta andar pela cidade da ilha. Não é uma escola das melhores dos Açores?

Deputado Francisco César (PS): Agora já não fala da Sata!

O Orador: O que o Governo quer fazer no porto da Horta é quase criminoso e não podemos permitir que se cometam mais erros numa infraestruturas que é essencial e estratégica para o desenvolvimento do Faial e dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Exige-se, por isso, que as soluções a implementar neste investimento sejam bem refletidas e estudadas e que na sua definição sejam envolvidos os Faialenses, as suas Instituições e especialmente todos aqueles que naquele porto desenvolvem as suas atividades naquele porto.

O Faial tem um porto com condições naturais extraordinárias que devem ser potenciadas e não destruídas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É uma vergonha o que se está a passar na Sata!

O Orador: Nós lutaremos com toda a nossa determinação até que esse objetivo seja concretizado.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Correia tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Correia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu já fiz referência exatamente às obras que realmente o Governo já fez, nomeadamente ao cais de passageiros que é uma obra relevante da legislatura anterior e relativamente ao porto atual é um porto que teve as suas fases divididas por razões óbvias e que são do conhecimento geral, agora uma coisa é certa o Partido Socialista não precisa de vir a público, nem aos *facebook*s, nem a nada disso para mostrar nada, para dizer nada, porque tem obra feita ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ao contrário do Partido Social Democrata que mais não faz do que arrastar a televisão e a comunicação social para situações que realmente não o justificam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Nem por isso valorizam melhor o trabalho.

De qualquer forma fica aqui a minha observação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Correia bem vinda ao debate sobre as questões da ilha do Faial. Quero saudá-la neste nosso primeiro debate, mas quero dizer-lhe também para definirmos claramente as nossas regras do jogo que a senhora faz o seu trabalho como bem entende e eu faço o meu trabalho como bem entendo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Deputada, para além dessa sua intervenção e da ladainha que fez anteriormente ...

Deputado Miguel Costa (PS): É muito baixinho!

O Orador: ... o que é importante neste debate é saber se a senhora comunga daquela que foi a principal preocupação do Conselho de Ilha do Faial quando analisou a proposta de Plano para este ano. A senhora

esteve na mesma reunião que eu estive e a grande preocupação e o debate que se lá gerou foi em relação à segunda fase do porto da Horta.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nem quero perceber onde é que isso vai dar!

O Orador: Essa preocupação está bem expressa no parecer do Conselho de Ilha e é verdade que os Deputados não votam esse parecer, mas eu quero dizer-lhe, Sra. Deputada, que comungo dessa preocupação e queria perguntar-lhe diretamente se a senhora comunga das preocupações que foram lá expressas sobre este investimento que não serve o porto da Horta e que não serve os interesses da ilha do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, o que eu esperava da sua intervenção ... Podia vir discordar do tom em que eu usei relativamente à minha intervenção e a isso eu até compreenderia, agora esperava que a senhora, eleita por esta ilha, pelos faialenses, viesse também dar força a esta preocupação.

Deputado André Bradford (*PS*): É o que a gente faz, mas ela é prática!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor vai votar contra o orçamento!

O Orador: Os deputados desta Casa independentemente da oposição, ou da maioria (a maioria designadamente), não estão aqui só para dizer ámen ao Governo. Os senhores estão aqui também para expressar àquela

bancada do Governo (e é isso que valoriza o vosso trabalho) as nossas preocupações.

Portanto, é uma preocupação unânime desta terra este investimento que está em curso relativamente ao porto da Horta.

Portanto, é verdade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já foi a uma reunião da Portos dos Açores e disse designadamente que concordava com este projeto, o que eu quero dizer-lhe e perguntar-lhe é: depois de tudo o que foi refletido, depois de tudo o que foi dito, a Sra. Deputada Isabel Correia continua a concordar ou não com este processo? Disse.

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor já sabe a resposta!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada do PS seja bem vinda ao debate sobre as questões do Faial e já agora fez uma lista tão exaustiva sobre tudo aquilo que o Governo Regional já fez pelo Faial. Só gostava de adicionar mais duas ou três coisas à sua lista.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Quem vai votar contra o plano de investimento, como pode dizer uma coisa dessas?

Deputado João Costa (PSD): Só pode dizer uma coisa dessas!

A Oradora: Pergunto-lhe: e a Pousada da Juventude para o Faial quando os jovens das outras ilhas variadíssimas vezes me telefonam a perguntar “vou à sua ilha, onde é que podemos ficar com as crianças? Onde é que podem ficar os jovens?”

Onde é que está a Pousada da Juventude prometida já nem sei desde à quanto tempo?

Deputado Francisco César (PS): A senhora agora é de outra ilha!

A Oradora: Quando nós dissemos, o CDS propôs, que na Rádio Naval extinta por este Governo, ...

Deputado André Bradford (PS): Extinta pelo Governo da República!

A Oradora: ... deveria ficar uma Pousada da Juventude ... Não, porque se ia fazer a Escola do Mar!

A Pousada da Juventude ia ter um lugar muito melhor!

Nunca mais apareceu uma proposta para a Pousada da Juventude.

E em relação aos cabos submarinos que este Governo aprovou em 2013 que daria emprego na área do turismo, que nos honra, todas as pessoas quando falam do Faial falam da sua história, dos cabos submarinos, inclusivamente já outros países quiseram dar dinheiro para esse museu e o Governo Regional não aceitou?

É assim que se trabalha em prol dos faialenses, Sra. Deputada?

Há muita coisa que este Governo prometeu para o Faial, é verdade, mas este Governo fez muito pouca coisa pelo Faial.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para participar neste debate no sentido de obter esclarecimento da parte dos Srs. Deputados ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... do PSD eleitos pela ilha do Faial na sequência do debate que se gerou em torno da questão do porto da Horta e do aeroporto da Horta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que paternalismo é esse! Deixe a senhora falar!

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Ferreira disse que tinha uma proposta de intervenção, aliás, uma proposta de alteração, perdão, que anunciou na sua intervenção para que se introduzisse no Plano uma verba para a elaboração do estudo para o alargamento da pista do aeroporto da Horta. Eu pergunto ao Sr. Deputado Carlos Ferreira ...

Deputado Luís Garcia (PSD): A intervenção que está em causa não é essa!

O Orador: ... se o PS, a maioria que sustenta o Governo viabilizar a proposta de alteração ...

Deputado Francisco César (PS): Nós não podemos falar, o PS não pode fazer perguntas aos Deputados do PSD!

Deputado Paulo Parece (PSD): Chame a atenção, Sra. Presidente!

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, calma!

Naturalmente que o Sr. Deputado André Bradford irá conseguir reequacionar a sua intervenção, porque ...

O Orador: É muito fácil de reequacionar!

Presidente: ... diretamente não poderá fazer nenhuma pergunta.

O Orador: Eu já reequacionei quando comecei a minha intervenção Sra. Presidente, eu falei para os Deputados eleitos pelo PSD do Faial, sobre o debate que se gerou pelas intervenções desses Deputados sobre o porto e sobre o aeroporto e sobre o aeroporto foi dito que havia uma proposta de alteração ao Plano para que nós considerássemos, uma verba, para elaborar um estudo para o alargamento da pista ... um projeto, perdão ... do aeroporto da Horta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso do aeroporto já passou!

O Orador: A minha pergunta é: se nós considerarmos a pertinência dessa alteração e se nós a viabilizarmos qual é o sentido de voto do Partido Social Democrata em relação ao Plano?

Deputado Paulo Parece (PSD): Em relação a essa alteração é a favor!

O Orador: Os senhores propõem que nós aprovemos uma coisa contra a qual vão votar logo a seguir.

Portanto, Sr. Deputado, isso chama-se atirar areia para os olhos dos faialenses.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Fazer política que eu não vou qualificar com os interesses e as legítimas expectativas dos faialenses não é a nossa maneira de fazer política, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Quero ver a Sra. Deputada Isabel Correia votar contra!

O Orador: Já não era antes do Sr. Deputado chegar aqui e vai continuar a não ser, porque não é desta forma que nós encaramos a nossa responsabilidade de participar na governação dos Açores.

Participar na governação dos Açores é ser consequente no Governo, na maioria, como na oposição e isso que o senhor está a propor não tem consequência, não tem nenhum tipo de consequência para o Faial, para a defesa dos interesses do Faial. É politiquice, Sr. Deputado, e nós não participamos nisso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Luís Garcia está no uso da palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desautorizou a Sra. Deputada do Faial, é muito deselegante!

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para não deixar o Sr. Deputado ... Apesar da pergunta não me ter sido dirigida, mas usando da mesma faculdade regimental, vou responder-lhe Sr. Deputado e líder parlamentar ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E ex-membro do Governo!

O Orador: ... e ex-membro do Governo (eu já lhe falo sobre essa parte de ser ex-membro do Governo).

Oh, Sr. Deputado, é muito claro: nós votaremos a favor dessa proposta se é isso que o senhor quer. Nós votaremos a favor dessa proposta.

A segunda questão que lhe quero colocar ...

Oh, Sr. Deputado, já lhe disse uma vez e vou dizer-lhe mais uma vez neste plenário: eu de si não recebo lições de defesa do Faial.

O senhor estava ali sentado naquela cadeirinha quando o senhor assinou um memorando que levou a estação Rádio Naval do Faial.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: De si não recebo lições de moral.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez que os senhores quando se sentem apertados politicamente partem para fulanização, já que isto não vai sobre a matéria de facto, já que isto não vai sobre o grande esquema das coisas, vamos atacar a pessoa que pode ser que a coisa passe disfarçada.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é o vosso *modus operandi*!

Deputado António Viveiros (PSD): Não vá por aí!

O Orador: Mas eu sobre isso não tenho problema nenhum, nunca foi uma das minhas características ter problema com esse tipo de debate e, portanto, o que se passou (e essa explicação, para que não fiquem dúvidas, eu devo aos faialenses e não particularmente ao Sr. Deputado) ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Explique lá!

O Orador: ... na altura, como toda a gente se recorda, foi que por decisão que é absolutamente estranha ao Governo Regional, até porque não é da competência do Governo Regional, quem tutela como o senhor sabe esse tipo de entidade é o Ministério da Defesa e, portanto, por decisão do Ministério da Defesa houve um reequacionar das instalações e das valências que envolviam a Rádio Naval na Horta ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem era o Governo da República?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Qual?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, a decisão da Rádio Naval ficar ou não ficar na Horta não é do Governo Regional, é do Governo da República ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e CDS/PP: Qual? Qual?

O Orador: ... e foi tomada pelo Governo da República.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e CDS/PP: Qual? Qual?

O Orador: Da altura, da época. Por acaso até julgo que era do PS. Por acaso até, mas dito isto a nós não nos compete subir para cima de um banquinho e gritar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Compete, compete!

O Orador: A nós compete governar e tentar defender os interesses dos Açores e foi isso que nós fizemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por causa de termos feito isso que hoje aquelas instalações vão dar origem à Escola do Mar na Horta, porque aquelas instalações ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... não são propriedade da Região, continuam a ser propriedade do Ministério da Defesa e por via desse protocolo, que eu assinei e que eu negocieei, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava tudo pensado!

O Orador: ... enquanto membro do Governo Regional, aquelas instalações e o usufruto daquelas instalações é da Região por 30 anos, porque nós negociámos e trabalhámos para isso, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor assinou!

O Orador: ... porque se nós tivéssemos ido para cima de um banquinho gritar no Largo do Infante e dizer...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava tudo planeado desde o princípio!

O Orador: ... “olha que nos levam a Rádio Naval” tinha ficado tudo na mesma ou pior do que agora está.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E o Sr. Deputado Luís Garcia não respondeu à pergunta!

Deputado André Bradford (PS): Foi essa parte que faltou!

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Srs. Secretários Regionais:

Oh, Sr. Deputado André Bradford, o senhor não contou a história toda. O senhor não contou a história toda! E a minha memória nestas coisas ...

Não foi só vontade do Governo da República. A estação Rádio Naval do Faial saiu daqui para São Miguel, porque o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista ofereceu terrenos em São Miguel para a estação Rádio Naval sair do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O senhor ofereceu terrenos para isso e hoje já há avaliações que dizem que foi uma opção absolutamente errada, porque já há problemas designadamente com as questões da comunicação.

A segunda questão que eu queria levantar nesta intervenção, curtíssima intervenção, é que começa a ser preocupante e sintomático que quando nós tratamos de assuntos do Faial vêm Deputados de outras origens ...

Deputado Miguel Costa (PS): Isso vindo de si!

O Orador: Mal nenhum! Só valorizam o debate!

Mas começa a ser sintomático que quando tratamos de assuntos do Faial começa a ser necessário vir Deputados de outras ilhas ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... em socorro com os Deputados eleitos por esta ilha ...

Deputado Francisco César (PS): Não podemos falar sobre o Faial?

O Orador: ... e eu vou retomar aquilo que perguntei à Sra. Deputada Isabel Correia: a Sra. Deputada Isabel Correia concorda ou não com o projeto que o Governo elaborou para a segunda fase do reordenamento do porto da Horta?

Os Faialenses querem saber essa resposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E o senhor vota ou não vota a favor do Plano? O senhor não respondeu!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vota a favor da proposta?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Todos sabemos que o Faial é uma ilha animada, mas vamos recentrar a questão no debate.

Sr. Deputado André Bradford penso que se inscreveu.

Deputado André Bradford (PS): Prescindo.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer a afirmação que foi feita aqui pelo Sr. Deputado André Bradford que recolocar na agenda e no caso concreto no Plano projetos ou investimentos que estiveram previstos e que desapareceram não é politiquice, é representar as pessoas que nos elegeram para estarmos aqui a lutar por elas e a lutar pelo desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas. Apenas isso, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Vai votar contra! Já sabe há duas semanas que vai votar contra!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então fazer um curtíssimo intervalo.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Eram 17 horas e 56 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Avançamos para a área da saúde e para a sua intervenção dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A discussão à volta da sustentabilidade e do financiamento da saúde é uma matéria recorrente e comum aos sistemas de saúde que proliferam pelo mundo.

Ainda recentemente, as ordens profissionais da área da saúde em Portugal promoveram uma sessão sobre esta temática. As posições não são unânimes, nem consensuais, nem muito menos conclusivas.

Não há sistemas perfeitos. Até porque estamos a lidar com sistemas feitos por pessoas para pessoas.

Dois tópicos surgem, no entanto, como transversais para o futuro: promoção de hábitos de vida saudáveis e prevenção.

A saúde em primeiro lugar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É exatamente isto que temos vindo a defender.

Se o fenómeno da sustentabilidade tem este alcance global, a realidade ultraperiférica e arquipelágica dos Açores agrava esta circunstância, pondo o enfoque na questão da acessibilidade a que todos têm direito.

Como forte contributo para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde destaca-se o reforço de nove milhões de euros em 2017, direcionados para o funcionamento do mesmo.

O Serviço Regional de Saúde tem praticamente 40 anos, constituindo uma verdadeira conquista da Autonomia de que nos devemos orgulhar, mas principalmente defender.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Todos os dias, centenas de profissionais dedicam o seu trabalho a cuidar do outro. Se errar é humano, também é errado que se generalize, que se criem alarmes quando, pelo contrário, se deve esclarecer.

Estes profissionais merecem ser acarinhados, defendidos e valorizados.

Já admitimos em várias circunstâncias, e consta do próprio Programa do Governo, que existem melhorias a introduzir neste sistema.

O Plano Regional de Saúde 2014-2016 com extensão a 2020, enquanto documento estratégico, está a ser avaliado.

Será elaborado para o efeito um relatório de primavera. Só avaliando podemos ter a certeza de que estamos no rumo certo. Só avaliando poderemos corrigir. E ao corrigir estamos a evoluir.

Como atrás referi, a acessibilidade dos Açorianos à saúde é uma preocupação central para esta legislatura e uma realidade que remonta à origem do Serviço Regional de Saúde.

A deslocação de doentes e a deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais é uma prioridade que já assumimos e que pretendemos otimizar. Ao nível da deslocação de doentes, importa melhorar o sistema de referenciação e planificar o próprio processo da deslocação.

Para este efeito, no seio dos recursos hospitalares, deverá ser criada a figura do gestor da deslocação do doente, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que centralize as marcações dos atos clínicos dos vários serviços e organize com cada Unidade de Saúde de Ilha a deslocação do utente por forma a otimizar os recursos e diminuir o tempo de ausência do doente da sua ilha de residência e do seu ambiente familiar.

Relativamente à deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais, já foi efetuado o levantamento das necessidades de consultas e exames em cada uma dessas ilhas e com objetivos devidamente quantificados.

Iniciou-se na semana passada a análise em cada hospital da disponibilidade de especialistas que possam, simultaneamente, satisfazer as necessidades identificadas e garantir os serviços em cada uma das suas instituições.

Estamos disponíveis para aperfeiçoar a portaria de deslocação de especialistas, situação que já abordámos com os sindicatos e com a Ordem dos Médicos, e que iremos formalizar em devido tempo.

A acessibilidade também entronca com a questão das listas de espera cirúrgicas. Este sistema de regulação dos utentes propostos para cirurgia (SIGICA) assenta em princípios de equidade no acesso ao tratamento cirúrgico, de transparência dos processos de gestão e de responsabilização dos utentes, dos hospitais do Serviço Regional de Saúde e dos

estabelecimentos de saúde que contratem e convencionem a utilização do Vale Saúde.

A gestão das listas de espera cirúrgicas implica, não só uma maior complementaridade entre os hospitais regionais e o restante sistema de saúde, mas também um melhor aproveitamento dos tempos cirúrgicos, mediante uma melhor gestão dos blocos operatórios.

Esta será uma premissa para que possamos alterar o limite de 25% da produção acrescida em cada hospital.

Maximizada a utilização do bloco operatório em tempo normal por cada especialidade, poderá então haver recurso a produção acrescida, que permita também dar prioridade aos utentes há mais tempo em lista de espera, contribuindo para que as intervenções se realizem nos Açores e, de preferência, no serviço público.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já afirmei nesta Casa, a sustentabilidade e o financiamento da saúde assentam nos dois pratos de uma balança: por um lado, as receitas, por outro, as despesas.

Um olhar criterioso sobre os recursos disponíveis e sobre a alocação dos mesmos através da melhoria da sua monitorização e rentabilização permitirá reduzir desperdícios e uma afetação de acordo com as necessidades identificadas, o que contribuirá certamente para a eficiência de resposta e a melhoria da qualidade de cuidados prestados.

Numa perspetiva de planeamento a médio e longo prazo, importa promover o levantamento dos equipamentos públicos e privados do Sistema Regional de Saúde, permitindo a otimização de recursos, quer ao nível da sua utilização e partilha, quer ao nível da sua manutenção.

O investimento previsto para o ano de 2017 na área da saúde fixa-se 24,9 milhões de euros.

Para completar a rede de excelentes infraestruturas já existentes nos Açores, destaca-se a 2.^a fase da construção do novo corpo C do Hospital da Horta e do Centro de Saúde, numa intervenção que, no seu global, ascende a mais de seis milhões de euros.

Se dúvidas existiam relativamente à importância do Hospital da Horta no seio do Serviço Regional de Saúde, penso que elas ficam devidamente dissipadas.

Importa realçar também as intervenções de beneficiação dos centros de saúde de Santa Cruz das Flores, das Lajes do Pico, das Velas e Calheta, em São Jorge, as quais representam um esforço financeiro de cerca de 5,6 milhões de euros.

Embora de menor expressão financeira, mas com igual relevância local, refira-se a remodelação e ampliação da extensão em Rabo de Peixe, a beneficiação no Centro de Saúde da Ribeira Grande, da Graciosa e do Corvo.

O apetrechamento e modernização dos equipamentos das unidades do Serviço Regional de Saúde também está contemplado em 2017, com uma verba de 1,6 milhões de euros.

O aperfeiçoamento da rede de cuidados continuados integrados e a operacionalização da rede de cuidados continuados integrados de saúde mental materializam o reforço das parcerias com as várias instituições que estão vocacionadas para o desenvolvimento de atividades de promoção e proteção da saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

No que concerne à necessidade de fixação de médicos nos Açores, quer seja captando os internos após a realização do respetivo exame de

especialidade, quer seja atraindo outros especialistas, tem vindo a ser analisada a política de incentivos vigentes.

Será elaborada uma proposta que possa ser apreciada pelos sindicatos e pela Ordem dos Médicos.

Importa ponderar a possibilidade de conceder incentivos, para além dos financeiros, ao nível de condições formativas e de investigação, ao nível da deslocação e alojamento, ao nível familiar e social.

O reforço das políticas de prevenção e de promoção de estilos de vida saudáveis reflete-se não só no investimento previsto no Plano para 2017 (cerca de 900 mil euros), mas também no papel importante das unidades de saúde de ilha no que concerne aos cuidados de saúde primários e nas atividades integradas no âmbito do Plano Regional de Saúde a implementar durante o corrente ano.

Considerando a dimensão e gravidade do fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências nos Açores, a recomendação desta Casa para a realização de um estudo permitirá a caracterização e o diagnóstico ao nível dos fatores de risco e fatores protetores em cada território específico, permitindo a adequação e a adaptação de políticas específicas e dirigidas. Ainda na vertente da valorização dos cuidados de saúde primários, destaca-se a importância dos núcleos de saúde familiar no que concerne à melhoria dos cuidados de proximidade e à necessidade de fixar um cada vez maior número de médicos de medicina geral e familiar, de forma a alcançar o objetivo de completar a rede de médicos de família para todos os Açorianos.

Perspetiva-se a prevenção numa ótica transversal e integradora, no seio de uma intervenção que se deseja interdisciplinar porque este trabalho cabe a todos, enquanto dever de uma sociedade participativa e

democrática e porque a saúde está associada à valorização da diversidade e complexidade das pessoas, dos recursos e das comunidades.

Na génese do Serviço Regional de Saúde está “o servir”. E servir em saúde é cuidar, é a humanização na sua própria essência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Devia ser!

O Orador: Cientes da importância desta temática, propôs-se ao Conselho Regional de Saúde que faça uma reflexão sobre a humanização em saúde, naquela que será a sua primeira reunião nesta legislatura, a ter lugar no próximo dia 30.

Estamos também assim a dar destaque e continuidade à recente petição discutida nesta Assembleia.

Ao nível das tecnologias de informação em saúde a prioridade é maximizar e interligar os sistemas existentes, utilizando a informação em tempo útil, melhorando por esta via a prestação do cuidado ao utente, gerindo melhor os recursos.

O sistema de informação em radiologia (investimento de cerca de 1,1 milhões de euros), cujo processo administrativo de contratualização está perto de ser encerrado, permitirá a visualização de todos os relatórios e exames radiológicos em qualquer parte da Região, em todas as unidades do Serviço Regional de Saúde e convencionados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica e com todas as condicionantes climatéricas, hidrográficas e sismológicas torna-se fundamental manter os níveis de investimento que permitam continuar a criar respostas de desenvolvimento de políticas de Proteção Civil que privilegiem a prevenção, a segurança e o bem-estar da população açoriana.

Os investimentos nesta área no ano de 2017 ascendem a 7,3 milhões de euros, com ações específicas ao nível das infraestruturas, equipamentos e comunicações, no apoio ao transporte terrestre de emergência e em ações de sensibilização à população.

Refira-se que se encontra em pleno funcionamento a nova rede de telecomunicações de emergência, que representou um investimento de 2,2 milhões de euros, e que recentemente foi considerado um estudo de caso, a nível mundial, quer ao nível da inovação da própria rede, mas também do processo de implementação.

Na vertente das infraestruturas, com um investimento de 2,4 milhões de euros, prosseguiremos com as remodelações e ampliações dos quartéis de Santa Cruz das Flores, de Santa Maria e Lajes do Pico, bem como iniciaremos os processos relativos à construção dos quartéis da Povoação e Horta.

Tem vindo a revelar-se necessário um aumento do voluntariado ao nível dos corpos de bombeiros, pelo que importa efetuar uma reflexão sobre esta situação e estudar mecanismos de fomento e apelo ao voluntariado, que podem passar por, no curto prazo, ajustamentos no processo formativo e, a médio prazo, potenciar os resultados do investimento nas escolas de cadetes de bombeiros.

O apetrechamento dos quartéis de bombeiros ao nível de viaturas de emergência (ambulâncias), equipamentos e fardamentos para os bombeiros e formação dos mesmos está devidamente contemplado no Plano para 2017.

Na vertente do apoio ao transporte terrestre de emergência e de suporte imediato de vida, os investimentos rondam os 3,7 milhões de euros,

potenciando desta forma a interligação direta das instituições envolvidas com o Serviço Regional de Saúde.

A linha Saúde 24 assume também um papel importante na orientação e triagem dos utentes, nomeadamente ao nível do acesso aos serviços de urgência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os desafios são sempre uma constante da vida, obrigando a uma adaptação permanente e atenta, pela compreensão daquilo que o passado nos evidenciou, do mais que o presente nos confronta, por forma a perspetivar um futuro mais coerente e sempre determinado.

As dificuldades não nos desanimam, estamos conscientes que certos problemas não se resolvem de um dia para o outro, e que a análise ponderada e fundamentada dos mesmos levará às soluções mais adequadas.

Todos são importantes. Juntos somos mais. Juntos faremos certamente melhor.

Pela saúde dos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção no seguimento da exposição do Sr. Secretário Regional da Saúde para colocar a seguinte questão.

Ontem, nesta Casa, a Deputada Mónica Seidi do Grupo Parlamentar do PSD colocou aqui, em cima da mesa, à discussão (e é a oportunidade para o Governo Regional se explicar) aquilo que se passou em relação à base de dados de 230 mil açorianos que foi parar à Administração Regional de Saúde do Alentejo.

É grave porque são dados privados dos nossos filhos, das nossas famílias, da grande maioria dos açorianos e é uma matéria que já foi falada em toda a comunicação social, já foi falada na Assembleia da República, pelo Governo da República e que continua a carecer de uma explicação da parte do Governo Regional dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É um assunto demasiado grave e esperávamos que pelo menos hoje na sua intervenção, Sr. Secretário, pudesse esclarecer aquilo que já se apurou sobre o assunto.

Pelos vistos o Governo quer continuar a passar pelos pingos da chuva acerca desta matéria como é habitual em muitas outras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não podemos deixar passar. É demasiado grave essa exposição dos dados pessoais de 230 mil açorianos. Por isso, Sr. Secretário Regional, peço-lhe aqui que se não foi da sua própria vontade quando interveio, mas pelo menos agora que possa esclarecer aquilo que já apurou, mas também entendemos e entende o Grupo Parlamentar do PSD que é preciso aprofundar e conforme as explicações que forem aqui

dadas hoje nós faremos chegar à Comissão dos Assuntos Sociais o pedido para ser ouvido não só o atual Secretário da Saúde, mas o anterior, e não só a atual responsável pela Saudaçor, mas a anterior.

Este assunto tem de ser esclarecido e não pode ficar impune e as pessoas e o Governo não podem passar de novo pelos pingos da chuva como se nada tivesse a ver com o assunto.

Até à data as explicações foram zero, portanto, podemos nós concluir que a responsabilidade é vossa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, começou a sua intervenção por falar de sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e que era um serviço feito por pessoas, para pessoas.

Sr. Secretário Regional, quanto à sustentabilidade era bom que os investimentos fossem feitos para as pessoas e não feitos de uma maneira de esbanjar dinheiro no Serviço Regional de Saúde.

Vou dar-lhe alguns exemplos.

Sr. Secretário, acho que um serviço que é feito para pessoas deixa uma unidade de saúde sem um aparelho de telemetria cardíaca durante anos? Acha que isso é humanizar e tratar bem as pessoas?

Sr. Secretário, acha que um Serviço Regional de Saúde que deve tratar o doente com respeito, zelar pelo seu conforto, pelo seu bem-estar, os obriga a ir às cinco da manhã à porta de um centro de saúde, debaixo de chuva e de vento para marcar uma consulta no próprio dia, uma consulta de apoio, porque não médico de família? Acha que isso é humanizar o Serviço Regional de Saúde, Sr. Secretário?

Peço-lhe que esclareça essas duas questões.

Vou dar-lhe uns contributos para o financiamento do Serviço Regional de Saúde, Sr. Secretário.

Olhe, por exemplo, a Saudaçor. O senhor é capaz de explicar porque é que a deslocação de doentes, aqueles para quem o serviço deve existir, o investimento da Saudaçor diminuiu de 280 mil euros em 2012 para 145 mil euros em 2015?

O senhor é capaz de explicar porque é que nas comunicações a Saudações gastava 384 mil euros em 2011 e agora gasta 525 mil euros, Sr. Secretário Regional da Saúde?

Mas ainda pior: é capaz de explicar porque é que as deslocações e estadas da Saudaçor eram 74 mil euros em 2011 e aumentaram 100%, mais de 100%, e são agora 146 mil euros?

Está aqui uma parte. Isto é a ponta do iceberg, Sr. Secretário, naquilo que é a Saudaçor e naquilo que é o esbanjamento da Saudaçor e naquilo que foi uma má medida que tira dinheiro aos doentes para sustentar um monstro como a Saudaçor.

Já agora, Sr. Secretário, explique-me porque é que os gastos com pessoal da Saudaçor passaram de 969 mil euros em 2011 para 1,3 milhões de euros em 2015, Sr. Secretário?

Portanto, sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde está aqui uma bela parte, Sr. Secretário.

Já agora, já que estamos a falar de dinheiro, de sustentabilidade, foi por aí que o senhor começou, porque é que o Governo Regional dos Açores não consegue apurar a dívida em relação ao Serviço Nacional de Saúde?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Entender-se também para ver se esse dinheiro ou vem ou volta, quem deve a quem ... Foi uma discussão tida durante muito tempo nesta Casa. Como é que está?

O Sr. Ministro da Saúde diz que os senhores não conseguem fazer a conta, portanto, eu quero saber em que ponto está essa questão.

O Sr. Secretário depois falou também num concurso para a formação em imagiologia, Sr. Secretário.

Oh, Sr. Secretário, esse concurso ainda está em vigor? Foi de junho do ano passado. Quero saber o ponto da situação desse concurso?

Sabe porquê? Porque “gato escaldado da água fria tem medo” e ainda me lembro bem do último concurso de informatização do Serviço Regional de Saúde e ainda tenho bem presente a giga-joga da ex-presidente da Saudaçor. Ela foi com a Glint, foi com este, foi com aquele, voltaram ao Sonho, foram ao Primavera ... Portanto, tudo programas de informatização e hoje em dia o que é está?

O hospital não consegue comunicar informaticamente com o centro de saúde.

Portanto, Sr. Secretário, todo esse investimento que foi feito é esbanjamento de dinheiro sem nenhum benefício para o utente.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Devo dizer-lhe também, Sr. Secretário Regional, que relativamente à deslocação de doentes V. Exa. não precisa fazer nada ... de especialistas às ilhas ... porque há um regulamento que funcionou e muito bem até 2012 e que o anterior Governo pôs na gaveta e fez um novo. Aqueles profissionais de saúde que o senhor elogiou ali e que eu também elogio aqui, se não fosse a dedicação desses, realmente não tínhamos Serviço Regional de Saúde. Sabe porquê?

Porque são mal tratados pelo Governo. Sabe porquê?

Porque contratavam especialistas vindos de fora a ganhar 60 euros à hora e outros com contratos milionários para irem às ilhas onde proibiram os especialistas dos hospitais da Região de ir, que lhes queriam pagar 14 euros por consulta, Sr. Secretário, e eles não querem ir e isso não é respeitar os profissionais de saúde, Sr. Secretário. Isso é faltar-lhes ao respeito e insultá-los, acima de tudo, e desfazer da sua competência clínica e técnica, Sr. Secretário Regional.

Portanto, eu espero sinceramente que mude o comportamento deste Governo, da austeridade imposta pelo anterior Governo aqui aos utentes. Cortou nos reembolsos, Sr. Secretário, que é preciso agora um doente humilhar-se e levar a declaração de IRS para receber um misero reembolso de um euro e setenta e cinco, de dois euros, porque ainda por cima corta na tabela de reembolsos, Sr. Secretário.

A pergunta que lhe faço é se também vai atualizar a tabela de reembolsos do Serviço Regional de Saúde e sobretudo, Sr. Secretário, porque é que (já agora que falou na Saudaçor) na deslocação de doentes deixou de haver o alojamento convencionado?

Porque é que a Saudaçor acaba com o alojamento convencionado para gastar em telefones e em comunicações, Sr. Secretário Regional, na linha

de consulta para confirmação de consultas nos centros de saúde, Sr. Secretário?

É realmente um serviço que não está virado para o utente. Pergunto-lhe sobre a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, Sr. Secretário, eu julguei que o senhor já trazia aqui um novo modelo, julguei que o senhor já nos trazia novidades sobre essa matéria. Afinal de contas está à espera de uns resultados ...

Julguei que esse trabalho estava feito. A informação que tinha é que isto estava absolutamente já feito e que íamos partir para outro rumo, com melhor financiamento, com outro financiamento.

Para já fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Os açorianos não têm o sistema de saúde que merecem, os açorianos não podem viver reféns da sua condição arquipelágica no que concerne a cuidados de saúde.

Os açorianos sabem que a qualidade do Sistema Regional de Saúde é imperiosa para que haja confiança no mesmo.

O que hoje se discute aqui não nos deixa confiantes no que concerne às políticas de saúde defendidas pela governação socialista, nem tão pouco servirão de garantias para que se cumpra o que está explanado no Plano e Orçamento de 2017. Basta recuar um atrás e olharmos para dois exemplos.

No Plano e Orçamento de 2016 havia a inscrição de um milhão de euros para a aquisição de um aparelho de ressonância magnética essencial a qualquer serviço de imagiologia, de qualquer hospital, em qualquer parte do mundo e neste caso específico este aparelho destinava-se ao hospital de Ponta Delgada o que serve o maior número de açorianos da Região.

No Plano de 2017 desapareceu a verba e não aparece o dito aparelho.

No Plano de 2016 existia ainda a inscrição de um milhão e setecentos mil euros para a instalação do sistema de informação de radiologia que não foi executado em qualquer cêntimo e o que agora volta a estar inscrito é uma verba inferior de um milhão, seiscentos e onze mil euros.

Estamos cá para ver o que acontecerá ao longo deste ano.

Mas os truques de magia deste executivo não ficam por aqui.

Nos Açores temos listas de espera cirúrgicas proporcionais à distância que separa o Corvo de Santa Maria e como há mais marés que marinheiros a situação mantém-se ano após ano, plano após plano.

Gostaríamos nós de poder escrutinar de forma rigorosa o que para o PSD representa uma verdadeira calamidade deste setor, mas os últimos dados disponíveis no portal da Direção Regional da Saúde são de dezembro de 2016. Depois disso não há nada mais disponível no que concerne a lista de espera cirúrgica e relembro que já vamos em março, mesmo assim olhemos para os números disponíveis.

Dezembro de 2016: 10. 413 açorianos inscritos para cirurgia nos três hospitais.

Novembro de 2016: 10. 467.

Outubro de 2016: 10. 298.

Meus senhores, estes números representam pessoas, representam açorianos.

No Plano de 2016, na página 51, está escrito e cito: “prossecução das políticas de recuperação de listas de espera cirúrgicas, reforçando significativamente o Vale Saúde, com especial incidência nas especialidades cirúrgicas com maior tempo de espera.

Relembro que o Plano continha, nesse ano, 500 mil euros para o Vale Saúde.

No atual Plano, na página 47, poderá ler-se: “a prossecução das políticas de recuperação de listas de espera cirúrgicas e de medidas de otimização dos blocos operatórios nos hospitais da Região com especial incidência nas especialidades com maior tempo de espera complementada com o reforço do Vale Saúde permitirá otimizar todos os recursos disponíveis.”

Ora, aquilo que é o reforço do Vale Saúde para o ano 2017 nada mais nada menos do que 300 mil euros, ou seja, a política do Governo é reforça-se diminuindo as verbas inscritas.

O PSD sempre disse que todas as propostas que tendessem à resolução da lista de espera cirúrgicas seriam certamente bem vindas, mas que o Vale Saúde por si só não seria suficiente e afinal tínhamos razão.

A prova disso são os relatórios de execução do Vale Saúde 2014 e 2015 contidos no relatório da Comissão de Assuntos Sociais do dia 7/07/2016.

Em 2014 foram operados 61 utentes, ou seja, temos 75 vales emitidos porque 14 doentes foram operados aos dois olhos e passo a dizer às cataratas.

Em 2015 foram operados 30 doentes, só cataratas, 46 vales aceites porque 16 doentes foram operados aos dois olhos.

Em 2016 no relatório de execução enviado a esta Assembleia no dia 13 de janeiro de 2017 foram operados nada mais, nada menos do que zero doentes. Repito: zero doentes!

Por muito que custe ao Governo Regional a solução para esta catástrofe passa por aquilo que o PSD sempre defendeu: produção cirúrgica adicional.

Por isso, propomos aquilo que sempre defendemos, ou seja, o reforço de um milhão e quinhentos mil euros para recuperação das listas de espera cirúrgicas recorrendo à dita produção adicional nos seguintes moldes: fora do horário normal de trabalho, respeitando os tempos máximos de resposta garantida, utilizando os recursos médicos (cirurgiões e anestesistas) dos nossos hospitais que operam em tempo normal fazendo estas mesmas cirurgias nos próprios hospitais, abrangendo todas as especialidades cirúrgicas e não apenas algumas, sem esquecer a prioridade atribuída ao doente pelo médico cirurgião e sem esquecer a ordem de inscrição na respetiva lista.

Um milhão e quinhentos mil euros que daria para operar 300 próteses da anca.

Um milhão e quinhentos mil euros que chega para retirar da lista de espera cirúrgica, nada mais, nada menos do que 833 doentes que aguardam cirurgias a varizes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Basta de uma política ‘hospitalocêntrica’. Está mais do que visto que os nossos hospitais não têm capacidade para dar resposta a tudo sob pena de serem os doentes os principais lesados.

Basta de uma atitude de remediação perante a doença que já está instalada e neste caso muito específico talvez o Sr. Secretário nos queira dizer

alguma coisa sobre o motivo do fecho das salas de pequena cirurgia nos centros de saúde de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, canalizando estes doentes para a lista de espera cirúrgica afeto ao hospital de Ponta Delgada que assim continua a crescer.

Finalmente não poderei concluir a minha intervenção sem tocar em dois assuntos essenciais.

Primeira questão, a questão da telemetria no hospital de Angra.

O Sr. Secretário deve estar bem recordado deste problema, uma vez que até foi presidente do Conselho de Administração e já naquela altura havia este mesmo problema, portanto, continuamos na mesma.

No passado dia 22 de fevereiro na audição da Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito deste Plano e Orçamento, questionei (e recordo que nesta altura a notícia não tinha sequer sido tornada pública) se estava prevista a criação da tal unidade de cuidados coronários para o hospital e que certamente comportaria os tais aparelhos de telemetria, segundo as boas práticas.

A sua resposta foi que essa vontade dependeria do hospital que uma vez que já sabemos que a vontade do hospital até existe continuo sem saber qual é a vontade do Governo. Portanto, se vão avançar com a unidade de cuidados coronários, se vão avançar com uma unidade de cuidados intermédios.

Para terminar, Sr. Secretário, relativamente aos incentivos à fixação dos médicos.

A verba que consta do Plano é de 100 mil euros. Para quê, Sr. Secretário? Isto é uma verba residual. É tão residual que não resisto em não partilhar consigo um mail que recebi recentemente e que demonstra bem a falta de orientação no que concerne a este assunto.

A Precise. A Precise é uma empresa que se encontra neste momento a recrutar um urgencista para o arquipélago dos Açores.

“Em concordância apresentamos abaixo os seguintes detalhes da proposta:

- período de vigência: 12 meses renováveis até 4 anos com início em janeiro de 2017;

- honorários: especialista, 7 mil euros por mês.”

Sete mil euros por mês!

A pergunta é: dos médicos que até agora recusaram ficar na Região após terem terminado a sua especialidade médica, a algum deles o Governo ofereceu um contrato de 7 mil euros por mês?

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por evidentemente saudar o Governo, saudar o Sr. Secretário Regional da Saúde. Saudar pelos objetivos claros que o Governo apresentou a esta Assembleia e pela estratégia consistente, uma estratégia que o PS apoia e saúda com elementos de continuidade (é óbvio), mas também com ambição, inovação e determinação, por isso, está de parabéns o Governo e, particularmente o Sr. Secretário.

Gostava também de referir que nunca se investiu tanto na saúde nos Açores e este orçamento é a prova de que para o Partido Socialista o estado social e a marca social da nossa governação continua a ser uma prioridade. O PS governa para as pessoas e o orçamento do Serviço Regional de Saúde é uma prova de que esta prioridade continua a ser de primeira linha.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava também de referir, Sr. Deputado Duarte Freitas, se me permite, fiquei verdadeiramente estupefacto com a sua pergunta.

Obviamente que nós partilhamos ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, o meu grupo parlamentar tem muito pouco tempo. Solicitava-lhe ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado, compreendo e apoio a sua preocupação. Agora creio que é público, posso estar enganado, que a Saudaçor já referiu que vai apurar responsabilidades e fazer uma queixa ao Ministério Público e, portanto, esta questão foi absolutamente clara e aqui também o Governo está de parabéns.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E fica a situação arrumada!

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Secretário Regional está ali para responder! Ainda não ouvimos a resposta do Sr. Secretário!

O Orador: O Governo reagiu com prontidão e com determinação e, portanto, nós não devemos é cometer o erro de precipitar cenários nem de condenar aquilo que neste momento deve ser objeto de um inquérito,

eventualmente de um processo disciplinar e atualmente de uma queixa ao Ministério Público.

Portanto, faria aqui um apelo à serenidade, mas sublinho partilhando como é óbvio das preocupações que o Sr. Deputado Duarte Freitas muito bem aqui levantou.

Sr. Deputado Artur Lima, gostava de lhe dizer que na sua intervenção faz um referência a um assunto que já foi objeto aqui de várias discussões e que também obviamente preocupa muito o Partido Socialista e lembro-me de ter alguns debates consigo.

Deputado André Bradford (PS): Mais ou menos bem!

O Orador: O senhor abordou duas questões, na minha opinião, muito claras.

Por um lado, a sua fixação, se me permite, na Saudaçor, que já é antiga e por outro lado a questão com a acessibilidade ao sistema, ...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Pelo menos é coerente!

O Orador: ... nomeadamente com a deslocação de especialistas e sobre isso, Sr. Deputado, ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Com certeza que sim, mas eu tenho dados para si, porque o senhor também sabe fazer contas, mas parece que não as fez.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fiz, fiz!

O Orador: Nós tivemos um aumento, Sr. Deputado e eu agradecia que retivesse os números, porque eles são de facto impressionantes e avassaladores: em 2013 nós tivemos 702 deslocações; em 2014, 381; em 2015, 1.523 e em 2016, 2.270.

O que isto prova, Sr. Deputado, é que houve um período de transição, é verdade, mas neste momento nós estamos na velocidade de cruzeiro.

Em quatro anos houve um aumento de 223% das deslocações de especialistas, se o senhor preferir 3,2 vezes mais deslocação de especialistas para as ilhas sem hospital. É uma prova de uma reestruturação e de uma reforma que o PS fez bem feita, com mérito e que está ao serviço dos açorianos, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas qual é o ponto de partida?

O Orador: ... como sempre dissemos e que muitos partidos da oposição não subscreviam e agora espero que se retratem, nomeadamente nesta parte, o Sr. Deputado Artur Lima. Ficava-lhe muito bem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É relativamente a quê? Qual é o ponto de partida?

O Orador: Por último, Sra. Deputada Mónica Seidi, gostava de lhe dizer que nós também partilhamos, como é óbvio, da vossa preocupação com as questões das listas de espera cirúrgicas.

A senhora falou de várias questões, eu não tenho muito tempo, vou concentrar-me neste assunto.

Também não é nova esta preocupação do PSD, que o PS partilha, que o Governo também partilha, agora acho que não é correto fazer aqui duas coisas que o PSD recorrentemente faz.

Primeiro é a de dar a ideia de que esta questão é uma particularidade dos Açores. Não é!

O país tem 200 mil listas de espera cirúrgicas, a Madeira tem 20 mil, nós temos cerca de 10 mil.

Portanto, não é uma particularidade dos Açores.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas onde é que o senhor mora?

O Orador: É um constrangimento de muitos sistemas públicos de saúde por esse mundo fora.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o primeiro mito que deve ser destruído.

Segundo mito: esta ideia de que as listas de espera existem porque o Governo do PS é insensível, porque as administrações hospitalares são incompetentes.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas ninguém disse isso!

O Orador: Isso também não é verdade. Acabam por criar essa ilusão. Acabam por criar essa ilusão ... da forma da sua narrativa esta dedução é óbvia e isto também não é verdade, porque como sabe (e esqueceu-se) o grande constrangimento que nós temos em relação às listas de espera, como tem a Madeira e como tem o país e como têm muitos países na Europa, tem a ver ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O país não tem!

O Orador: Tem sim senhor, Sr. Deputado.

... com a falta de médicos anestesistas. Este é o grande constrangimento e é isto que está a criar a grande dificuldade em processar as diversas listas de espera cirúrgicas, mas mesmo assim nós temos um sistema com quatro ordens de prioridade, com tempos de resposta garantidos que o Governo procura cumprir, portanto, nós estamos a fazer um trabalho de grande esforço.

Queria aqui também saudar o Governo, saudar o Governo sobretudo por ter deixado aqui uma nota muito importante é que os programas de produção acrescida devem ser precedidos por um aumento da produção dos blocos operatórios em regime normal. Isso é fundamental. Maximizar

a capacidade instalada no serviço público é assim que se defende a saúde nos Açores e só depois termos a produção acrescida.

Muito mais teria para dizer. Gostava só de referir que o PS continuará a trabalhar como sempre fez até aqui para melhorar a acessibilidade ao sistema, aumentar a qualidade dos serviços prestados e também garantir a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde.

É assim que se defende a saúde. Fizemo-lo no passado. Continuaremos a fazer no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Saúde, os documentos provisionais agora em discussão ... eu tenho feito um esforço muito grande para acreditar um bocadinho neles e às vezes é difícil. É difícil porque V. Exa. daquela tribuna referiu-se à obra de reabilitação do centro de saúde da ilha das Flores. O ano passado esta infraestrutura tinha contemplado no Plano para 2016 944 mil euros. Este ano tem contemplados 621 mil 680 euros.

O que lhe pergunto, Sr. Secretário, é: o que é que se alterou do ano passado para este ano?

Foi executada alguma coisa ou não com o orçamento do ano passado?

O que é que se alterou em termos de reabilitação?

Segunda questão, Sr. Secretário: relativamente ao posto de saúde da vila das Lajes o seu antecessor em 2015 anunciou que iriam continuar a fazer as consultas normais, consultas de medicina dentária, bem como recolha ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Medicina dentária é no Corvo!

O Orador: ... de sangue para análises.

Quando é que estas valências vão estar em funcionamento no posto de saúde das Lajes, se vão ou não? Quando é que vão estar? Se vão estar outras?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, assume o Governo Regional que em relação ao ano de 2011 o investimento no Serviço Regional de Saúde aumentou sensivelmente em 82 milhões de euros neste orçamento.

Em nome do rigor das contas não acha o Sr. Secretário que deveria dizer, ou assumir antes 45 milhões, pois 37 milhões são para juros da dívida do setor que não dão saúde a ninguém e têm a sua origem no constante subfinanciamento da saúde?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora vamos ter uma intervenção séria, séria!

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Sras. Secretárias:

Esta minha intervenção vou começá-la de uma forma direi triste com as afirmações proferidas pela Sra. Deputada Mónica Seidi.

Não esperava nunca que a Sra. Deputada Mónica Seidi tivesse uma intervenção inicial sobre esta matéria afirmando que os açorianos não têm o Serviço Regional de Saúde que merecem.

Isto é o desmerecer a si própria, como é desmerecer qualquer profissional de saúde que exerce a sua atividade nesta Região ao longo e há mais de 40 anos desde que existe Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não me vou adiantar, porque lhe vou pedir um comentário. Vou pedir-lhe um comentário, Sra. Deputada.

Comente-me isto: “incluir de entre as competências dos hospitais públicos a criação de condições para o seu posicionamento no mercado de turismo de saúde.”

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a criação de uma extensão de saúde no conselho das Lajes das Flores é uma necessidade e uma reivindicação já bastante antiga pelos florentinos.

A presença contínua de um médico de família e enfermeiro, bem como um técnico de análises é uma exigência que se torna ainda mais urgente por ser já tão longa a espera.

Pergunto então Sr. Secretário da Saúde: pretende o Governo concretizar uma extensão de saúde ao conselho das Lajes das Flores?

Mais um exemplo de má gestão da saúde é a situação no hospital da Horta, onde a reforma de alguns médicos especialistas não foi atempadamente preparada, nem medidas tomadas para a sua substituição.

Assim pergunto: pretende o Governo Regional ir deixando esvaziar progressivamente o hospital da Horta?

Que medidas é que o Governo vai tomar de forma a não prejudicar os utentes nem diminuir os serviços de saúde disponibilizados por este hospital?

A regular deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital é uma primordial questão de igualdade entre todos os utentes de saúde da nossa Região.

No entanto, todos sabemos que por vezes essas deslocações de especialistas são bastantes espaçadas no tempo.

Assume perante esta Assembleia o Sr. Secretário Regional o compromisso de ter uma especial atenção a esta problemática?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde é uma das nossas conquistas autonómicas e como tal defendeu-se e implementaram-se as soluções assistenciais adequadas à nossa realidade sem interferência externa.

Implementou-se por esta via a medicina do séc. XXI que alguns teimam em não reconhecer e isto porque os açorianos o mereciam.

Defendemos um sistema universal e tendencialmente gratuito como região social na área da saúde. Aqueles que não o fizeram em meu entender não defendem a autonomia.

Algumas questões foram levantadas em relação àquilo que são chamadas disfuncionalidades do sistema. Algumas delas não são mitos, mas podem ser de certo modo algumas falácias.

O problema das listas de espera. O problema das listas de espera não é nenhum drama, é transversal a todos os sistemas de saúde que conheço.

Os suecos investiram um milhão de euros para resolver o problema das listas de espera e a relação de custo/benefício não foi atingida.

As listas de espera crescem, porque aumenta a oferta aos serviços de saúde, aumenta o despiste das situações que têm cariz cirúrgico, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas uma coisa é certa: o Sistema Regional de Saúde está a reagir a esta demanda. O Sistema Regional de Saúde neste momento já apresenta aumento da sua pressão cirúrgica através de uma reestruturação interna. Algumas contingências internas e externas fazem com que não se tenha otimizado essa resposta, mas o maior hospital da Região já produz cirurgias no valor igual à lista de espera cirúrgica que tem.

Se os hospitais não tivessem listas de espera cirúrgica, se não tivessem listas de espera para consultas nem exames de diagnóstico podiam fechar

a porta. Elas vão se gerar sempre e mais enquanto nós oferecermos mais serviços e melhor qualidade ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema não é elas existirem é o tempo de espera!

O Orador: ... e é isso que nós estamos aqui para defender: novas propostas de redefinição de serviços, novas propostas para aumentar a eficiência e a qualidade assistencial.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não ouvi o Sr. Secretário falar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caros Srs. Deputados que fizeram o favor de colocar questões, as quais eu agradeço.

Começar pelo Sr. Deputado Duarte Freitas e aquilo que já foi dito aqui é que a reação foi imediata. No próprio sábado, segundo informações da

Saudaço, foi solicitada informação concreta à RS Alentejo e ao próprio fornecedor.

Na segunda-feira a Sra. Presidente da Saudaço teve a oportunidade de afirmar que a situação é grave e é efetivamente grave. Todos nós reconhecemos ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e até afirmou que iria nesse mesmo dia colocar a questão ao Ministério Público.

Como tal a questão para nós vai ser apurada e os responsáveis terão as consequências que estão previstas na lei e que esta situação merece que venha a ser realizada.

Portanto, da nossa parte estamos a acompanhar o processo. Foi aberto um inquérito. O próprio Ministro da Saúde ainda hoje afirmou que a Inspeção Geral de Saúde também irá fazer uma auditoria. Como imagina não é competência da nossa parte, porque o facto ocorreu a nível nacional.

Como tal, tudo está a ser feito para apurar as responsabilidades.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas como é que os dados saíram lá fora?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, já foi explicado ... Não vou entrar aqui em pormenores, porque essa questão já foi explicada. Trata-se de um fornecedor e está a ser averiguada.

Continuando.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como é que os dados chegam lá fora?

Deputado André Bradford (PS): É só estar aí e mandar vir ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou aqui a tentar imaginar o que o senhor escreveu há anos atrás ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário, estão reunidas as condições.

O Orador: Muito obrigado.

Estava eu em lista de espera para falar, portanto, não vou esperar sentado, estou de pé.

Sras. e Srs. Deputados, continuando. Eu na minha intervenção penso que fui suficientemente determinado no sentido de dizer que a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde é uma prioridade. Também de referir que a deslocação de doentes e de especialistas é uma prioridade e que a questão em particular da lista de espera cirúrgica também é uma prioridade e que a humanização é para nós um fator intrínseco do próprio Serviço Regional de Saúde. Se estamos a falar de serviço, estamos por si próprio a falar de humanização e como tal apresentei vários argumentos para aquilo que são as nossas prioridades.

Vou responder de forma transversal às questões, pois algumas delas assim o foram.

A telemetria, já foi explicado pelo próprio hospital, qual é o entendimento sobre essa matéria.

O próprio diretor de serviço da cardiologia veio explicar que está a aguardar nesses últimos dois anos pela solução pela tal unidade para que efetivamente se compre o aparelho.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quantas vidas?

O Orador: O aparelho de telemetria será adquirido quando houver da parte do hospital esta definição de qual é o investimento que pretende fazer.

Relativamente à questão particular que o Sr. Deputado Artur Lima falou dos doentes irem às cinco da manhã para o centro de saúde que eu também pude assistir na televisão foi devidamente explicado na altura

pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha e eu próprio também fiquei com a impressão que neste caso, como noutros, há uma falta de comunicação, porque não há efetivamente necessidade das pessoas irem àquela hora para o centro de saúde.

A questão do investimento em imagiologia.

O que está no Plano para este ano é, como eu já tive oportunidade de dizer em Comissão, o valor exato da proposta que está já no relatório preliminar, ou seja, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O concurso? Quero é saber o concurso!

O Orador: ... já há relatório preliminar. As entidades que concorreram estão a ser consultadas e quando esse processo terminar será feita a adjudicação exatamente por este valor que está no Plano. Ou seja, a diferença do ano passado para este ano é que o ano passado estava o valor base do concurso e agora está efetivamente o valor pelo qual será adjudicado.

Relativamente à Saudaçor, às despesas, aos desperdícios ...

Sr. Deputado, eu próprio disse na minha intervenção que nós vamos combater os desperdícios. Onde houver desperdícios eles serão devidamente identificados e corrigidos.

Quanto à deslocação de doentes, a questão do regulamento de 2012, foi isso mesmo que eu próprio disse na minha intervenção. Nós estamos disponíveis para alterar a portaria de acordo com aquilo que for necessário para garantir a deslocação de especialistas, respondendo assim também ao Sr. Deputado João Corvelo relativamente a este nosso compromisso sobre a deslocação dos especialistas.

Quanto à extensão das Lajes das Flores (e respondo a ambos os Srs. Deputados) efetivamente há a dificuldade de colocar lá as duas situações que referiram, nomeadamente um médico dentista e o técnico das análises. É uma situação que nós estamos a acompanhar e pretendemos resolver tão rápido quanto possível.

Relativamente à questão da ressonância magnética, nós estamos hoje a discutir o Plano a médio prazo 2017-2020. Ela não está prevista para este ano, estará certamente no Plano do próximo ano.

Relativamente então às listas de espera.

Antes de irmos às listas de espera só para responder ao Sr. Deputado João Corvelo sobre o hospital da Horta.

No hospital da Horta nós verificamos que desde 2013 aumentaram bastante o número de especialistas que existem neste hospital, ou seja, em 2013 tínhamos 29 especialistas; neste ano já temos 38 especialistas. Ou seja, está aqui a demonstração de que efetivamente há um esforço de dotar o hospital dos especialistas que são necessários.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Às vezes são os que saltam a cerca mais depressa, conheço alguns!

O Orador: Vamos então às listas de espera cirúrgicas.

Eu referi na minha intervenção que a nossa prioridade (e estamos a executar um decreto legislativo regional e uma portaria que foi publicada em dezembro e é essa portaria que está em vigor e sobre a qual deve pender a nossa análise, como disse na minha intervenção) é resolver os problemas dentro dos hospitais, é otimizar o tempo de bloco dos hospitais.

A própria portaria define que este financiamento é feito através dos próprios hospitais, do contrato programa que a Sudaçor tem com essas entidades e como tal é aí que deve ser feito.

O próprio decreto legislativo regional também diz que o Vale Saúde tem de estar contemplado em Plano e esse valor que está em Plano é substancialmente superior ao valor do ano passado que não foi executado e como tal uma coisa é o valor que está orçamentado, outra coisa é o valor que está executado, mas nós queremos é privilegiar que as cirurgias sejam feitas efetivamente nos hospitais e reafirmo que o problema das listas de espera não é o número de pessoas que estão em lista de espera é o tempo que lá levam. Efetivamente este é que é o problema e é aí que deve incidir a nossa ação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é para nós. É para ali!

Deputado José San-Bento (PS): Sempre disse isso!

O Orador: Portanto, eu dou-vos só um exemplo para se perceber aquilo que está a ser realizado.

O hospital de Ponta Delgada onde já está a ser implementado um programa de produção acrescida, que está limitado ao valor dos 25% que eu próprio disse na minha intervenção que estamos disponíveis para alterar, em 2014 tinha 6.264 intervenções cirúrgicas; em 2015 passou para 6.864 e em 2016 para 7.357, ou seja, há efetivamente aqui um esforço de melhoria da utilização dos tempos do bloco operatório aumentando as cirurgias.

Portanto, qual é o problema?

O problema é que constantemente entram pessoas para a lista e o trabalho que está a ser feito e que está a dar execução à portaria ... Em breve quando tivermos o sistema estabilizado iremos começar a publicar os

dados na internet tal como está explícito no decreto legislativo regional.

Portanto, até agora não foi porque o processo está a decorrer.

Só para vos dar um exemplo em janeiro de 2016 entraram para a lista de espera cirúrgica 298 pessoas. Em janeiro de 2017 já entraram 591, ou seja, este é um processo dinâmico em que constantemente pela própria dinâmica do Serviço Regional de Saúde estão cada vez a entrar mais pessoas para as listas de espera.

O que é importante é otimizar os tempos de bloco, haver maior produção, mas incidir a nossa ação sobre as pessoas que estão há mais tempo na lista de espera.

Para finalizar, eu não ouvi muito bem o Sr. Deputado Paulo Mendes, mas por aquilo que me apercebi estava a comentar uma afirmação que foi dita que nos últimos anos houve um reforço de 80 milhões no Serviço Regional de Saúde. Esse reforço foi para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde que neste momento são de 300 milhões e como tal não é para pagamento da dívida, é exatamente para o funcionamento do serviço.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não respondeu à minha pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, estava já inscrito. Depois então irei inscrevê-la.

Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, permita-me que lhe responda à sua questão e à pergunta que me fez.

Eu julgava que o Sr. Deputado se tinha inscrito para pedir algum esclarecimento ao Governo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Foi para dar algum esclarecimento!

O Orador: ... mas afinal enganei-me, e para dar algum esclarecimento aqui a esta bancada.

Sr. Deputado José San-Bento, eu quero dizer-lhe uma coisa. O senhor é um homem de convicções: defende uma coisa e o seu contrário exatamente com a mesma convicção.

Deputado José San-Bento (PS): Mas provei que tinha razão!

(Aplausos e risos do Deputado Duarte Freitas)

O Orador: O senhor defendeu em 2012 a reforma do Serviço Regional de Saúde e agora defende o contrário que este Governo está a fazer do que o que o outro secretário ia fazer, Sr. Deputado.

É a sua convicção! É um homem de convicções! Sim senhor, Sr. Deputado! Muito bem! O senhor é um homem de uma absoluta convicção!

Deputado José San-Bento (PS): Não, não!

O Orador: Defendeu aqui que era racionalização de especialistas, ...

Vá ler o Diário das Sessões, Sr. Deputado!

... que era a racionalização das deslocações às ilhas. Portanto, o senhor defendeu com a mesma convicção. Agora vem dizer ...

Sr. Deputado, sério da sua parte é comparar as deslocações de 2008 a 2012 e de 2012 a 2016. Isso é que o senhor devia ter feito para ser correto na sua observação, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Relativamente às listas de espera, Sr. Secretário, devo felicitá-lo, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso começa sempre assim, quero ver daqui a dois anos!

O Orador: ... porque ao contrário do que aqui foi dito o que interessa, Sr. Deputado, é ao tempo que as pessoas estão nas listas de espera e elas efetivamente nunca acabam, geram-se. As listas de espera têm que se gerir e gerir, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é gerir como as dívidas de Sócrates!

O Orador: ... é a nossa Região Autónoma dos Açores, a nossa autonomia tem o tempo de espera quatro vezes mais do que no continente ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e isso não é autonomia, isso não é usar a autonomia a favor das pessoas. Quatro vezes mais do que no continente como o senhor sabe e confirmou, Sr. Secretário.

Por isso, o CDS também tem uma proposta nesse sentido, dirigida especificamente àqueles que estão há mais tempo na lista de espera, para irmos primeiro a estes e o programa CIGICA e o Vale Saúde correr paralelamente ao outro.

Fazemos crítica, mas temos propositura. Portanto, vamos primeiro a quem está à mais tempo em lista de espera e isto é que muita gente aqui

dentro não percebe, Sr. Secretário Regional. Estamos de acordo nessa matéria.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Agora devo dizer-lhe que o senhor não me respondeu a uma coisa.

Eu queria dar um esclarecimento à câmara também se me é permitido relativamente ao êxodo de especialistas no hospital da Horta. É que ele efetivamente não precisa de especialistas porque tem lá um faz tudo. Portanto, os especialistas vão-se embora, porque o faz tudo vai fazendo tudo e os especialistas claro não têm trabalho vão para outras partes.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, eu falei no financiamento do Serviço Regional de Saúde. O senhor sobre essa matéria não me disse nada. Agradecia que também se pronunciasse sobre isso e vou dizer-lhe porquê. Porque uma das rúbricas da Saudaçor, que é ‘deslocações e estadas’, que aumentou de 74 mil para 146 mil é exatamente definida assim. Porque é que foi essa verba?

Porque foi também para a implementação de vários projetos, do Sonho II, dos Hospitais EPE, a plataforma regional de análises, a telemedicina e a definição do novo modelo de financiamento do Serviço Regional de Saúde. Qual é, Sr. Secretário? Está aqui escrito.

Por último, é verdadeiramente lamentável que os senhores tenham feito parangonas nesta Casa com um médico dentista no Corvo. Ele pôs lá os pés uns dias e nunca mais lá apareceu permanentemente no Corvo. Eu quero saber também o que é que se passa, porque é que o médico dentista não está no Corvo, porque até foi notícia nacional, como já foram outras recentemente com os manuais escolares.

Vai ser outra falácia, Sr. Secretário?

Deputado Francisco César (PS): Olhe que os manuais escolares não são falácia!

O Orador: O que é que se passa com o médico dentista no Corvo e porque é que não está lá?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para relembrar o Dr. Rui Luís, peço desculpa, o Sr. Secretário que não me respondeu relativamente à questão dos incentivos à fixação de especialistas, se efetivamente alguma vez teriam oferecido contratos naquele valor, que é o que está a acontecer para certas ilhas da Região.

Também peço-lhe desculpa mas não consegui perceber a sua resposta relativamente à questão da telemetria. Portanto, o hospital já manifestou a sua vontade de avançar com uma unidade de cuidados intermédios. Ainda não percebi se o Governo quer uma unidade de cuidados coronários, ou se quer uma unidade de cuidados intermédios.

Relativamente ainda às suas respostas no que concerne ao sistema integrado de radiologia e até à ressonância magnética para o hospital de Ponta Delgada a conclusão que se tira é que estas verbas estavam no Plano de 2016, execução zero. Zero!

Para terminar gostava de saber da lista de espera cirúrgica quantas das cirurgias são relativas a pequenas cirurgias e o número de doentes que me referiu que entraram na lista de espera cirúrgica de janeiro de 2017 são cerca de 517. Espero que não me vá responder seja uma situação

semelhante à que aconteceu no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira em agosto do ano passado, que de uma vez só, por uma questão de atualização e de contorno da situação do Governo, entraram todos os doentes ao mesmo tempo.

Finalmente, Sr. Deputado José San-Bento, anestesistas. Sim, há falta. É verdade. Por isso, o PSD propõe que havendo falta trabalhem fora da hora do horário normal para tentar compensar.

Maximização dos blocos operatórios. Desde há cinco anos que os senhores andam nisto.

Tentam prometer a maximização e ela não acontece. Ou não acontece porque os senhores não têm competência para efetivamente conseguir que a mesma ocorra, ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas são sempre os mesmos! Não chega!

A Oradora: ... ou então não há essa possibilidade e temos de assumir que não há essa possibilidade.

Relativamente ao Sr. Deputado Domingos Cunha a quem tenho o maior apreço, como bem sabe, eu sei que o senhor sabe o que é que eu quis dizer com as minhas afirmações. Portanto, não me venha dizer que ...

Eu sei que o senhor sabe o que é que eu quis dizer com as minhas afirmações.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não sei, não!

A Oradora: Portanto, não me venha dizer que eu estou a desrespeitar os profissionais de saúde desta Região, porque eu sei bem o que é que os profissionais de saúde desta Região trabalham e dão pelo Sistema Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Relativamente ao turismo de saúde o senhor não peça esclarecimentos a mim. Peça esclarecimentos ao antigo secretário do Governo da legislatura anterior sobre quais são os benefícios e porquê o turismo de saúde.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Artur Lima, tenho pena que o senhor introduza aqui aspetos para desfocar o essencial. Foi o que tentou fazer. Aliás, uma técnica que já conheço.

Sr. Deputado, eu fiz comparações (claro que nós podemos aumentar o âmbito da comparação) em relação à última ...

(Apartes do Deputado Artur Lima)

O Orador: Deixe-me falar, Sr. Deputado.

Eu fiz comparações absolutamente claras em relação à última legislatura e o que eu procurei provar foi que o senhor não tinha razão quando afirmava que o novo regime de deslocação seria um descalabro.

Não foi, Sr. Deputado.

Houve um aumento de 223% nas deslocações. Reconheça isso!

Se o Governo agora, para além dessas melhorias, entende que ainda pode melhorar mais o sistema melhor para todos ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode, pode!

O Orador: ... a isso chama-se coerência absoluta.

Portanto, eu não fui de forma nenhuma incoerente e essa sua tática não funciona.

Por último, telegraficamente, Sra. Deputada Mónica Seidi, eu não acredito que a senhora acredite piamente naquilo que afirma. Não acredito!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu sei que a senhora sabe que sei!

O Orador: Não acredito até pelo seguinte: o que se está a fazer ao nível do aumento da produção cirúrgica (eu chamo só a atenção para isso) o Sr. Secretário acabou de referir esses números.

Nós passamos de 6. 264 cirurgias em 2014 para 7. 357 em 2017. Em três anos isso foi um aumento de 17,5%, portanto, está a haver um grande aumento da produção cirúrgica e os constrangimentos são aqueles que a senhora sabe e que concordamos ao nível dos anestesistas e também ao nível de outras questões que o Sr. Secretário já aqui referiu.

Agora, o trabalho está a ser feito, o progresso está a ser atingido e nós continuaremos nesse caminho de sucesso e de desenvolvimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuo à espera da sustentabilidade do novo modelo de financiamento do Serviço Regional de Saúde que o Sr. Secretário me vai explicar.

Sr. Deputado José San-Bento, faça favor.

Deputado José San-Bento (PS): Diga! Toda a atenção!

O Orador: Quem introduziu nos Açores a deslocação de especialistas às ilhas foi o Governo Regional do Partido Socialista. Uma boa medida que o Governo introduziu, ...

Deputado José San-Bento (PS): Sabemos disso!

O Orador: ... que deu resultados muito positivos, que evitou que as pessoas saíssem de sua casa, que evitou que as pessoas fossem vistas na sua ilha ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso) e

Deputado José San-Bento (PS): Permitiu!

O Orador: Permitiu!

Aliás, é um programa que existe desde (pelo menos que eu me lembre, participei nele também enquanto profissional de saúde) 1996, no primeiro governo do PS e que foi sendo melhorado e aperfeiçoado.

Deputado José San-Bento (PS): No primeiro governo do PS! Exatamente!

O Orador: Estava numa velocidade de cruzeiro e o Sr. Secretário Luís Cabral, no novo governo do PS, fazendo tábua rasa de tudo o que havia para trás, alterou convictamente que ia fazer um melhor, ...

Deputado José San-Bento (PS): Alterou! Exatamente! Muito bem!

O Orador: ... porque deu aqui a entender que os médicos que iam prestar saúde às ilhas iam para enriquecer.

Deputado José San-Bento (PS): Não fui isso que eu disse! Uma dupla remuneração e o senhor sabe disso! Denunciou isso aqui!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi o que foi aqui dito, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: O senhor defendeu isso com convicção.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor contesta os números que eu apresentei?

O Orador: Não! Não!

O que eu denunciei aqui foi a prevenção e de alguns estarem ausentes e em prevenção no seu hospital. Isso foi o que eu denunciei aqui, Sr. Deputado.

Portanto, o senhor não é coerente, ...

Deputado José San-Bento (PS): Sou coerente!

O Orador: ... não faz uma análise comparativa correta, porque a análise comparativa correta é entre o 2008-2012 do velho governo e o 2012-2016 do auto intitulado novo governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, eu ouvi-o calado, agradeço que faça a mesma coisa e que me oiça calado.

Deputado José San-Bento (PS): Mas tenho pouco tempo, tenho que me defender!

O Orador: O senhor tem pouco tempo? 250 minutos tem o PS para este Plano e Orçamento, ...

Deputado José San-Bento (PS): Somos 30 deputados!

O Orador: ... tem um dia inteiro do Plano e Orçamento só para o Partido Socialista e acha que tem pouco tempo?

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo!

O Orador: Sr. Secretário da Saúde, qual o novo modelo de financiamento do Serviço Regional de Saúde estudado pela Saudaço?

Porque é que o concurso 7/2016 de informatização de radiologia ...

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima pode continuar.

Sr. Deputado Artur Lima agradeço que continue.

O Orador: Um minuto descontado no meu tempo, porque foi ali o bate papo ...

Presidente: Srs. Deputados, os vossos silêncios não podem reverter em tempo!

O Orador: Sra. Presidente, eu sei fazer isso de duas maneiras! Eu sei fazer de duas maneiras: ou descontam-me no tempo, ou roubo o tempo dos outros, porque eu também sei fazer apartes.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não é capaz de roubar nada a ninguém! Não nos deixaremos roubar!

Presidente: A Mesa irá atuar com a mesma ...

O Orador: Também sei fazer apartes prolongados ...

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa irá atuar com a mesma justiça para todos.

Faça favor de continuar.

O Orador: ... e sobretudo rapar tempo ali ao Partido Socialista, não ao Governo, porque eu preciso que ele responda.

Sr. Secretário, qual é então o novo modelo de financiamento do Serviço Regional de Saúde que está aqui plasmado no relatório de 2015 que diz respeito a 2014.

Qual o modelo de financiamento que esta sociedade gastadora de recursos fez?

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: Eu gostaria que o senhor me explicasse isto e porque é que esta nova sociedade, que está aqui assinado por um Sr. José Miguel Toste, que foi quem assinou esse contrato, porque é que isto não foi à frente.

Agora, Sr. Secretário, porque é que quem extinguiu a unidade coronária no hospital de Angra vem agora dizer que quer uma unidade coronária no hospital novo? Quem lá está agora foi quem extinguiu a unidade coronária que lá estava, Sr. Secretário.

Agora vem dar o dito pelo não dito e já quer a unidade coronária?

O erro que cometeram, o sofrimento que infligiram aos doentes e sobretudo, Sr. Secretário, contra as normas europeias, contra todas as *guidelines*, contra tudo o que era boa prática clínica, quem está agora não põe uma unidade de telemetria ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque está à espera de fazer uma unidade coronária?

Oh, Sr. Secretário, isto é brincar com os doentes, é fazer pouco dos doentes, é gozar com os doentes. Essa gente merece castigo, Sr. Secretário. Não merece consideração, porque extinguiram e agora querem uma política errática e sem rumo do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, eu exijo que o senhor exija responsabilidades a essa gente, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Acabaram com a unidade coronária!

Acabaram!

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, reconheço que foi uma excelente atleta de competição, mas a senhora acabou de fazer um salto atrás, um salto quase cambalhota atrás. A pergunta que lhe coloquei foi que comentasse aquilo que está no programa do PSD, que apresentou em 2016. Porquê?

Porque eu gostava que a senhora tivesse dito aqui que essa medida que estava no vosso programa reconhecia nos hospitais da Região e no Serviço Regional de Saúde qualidade, competência e confiança para prestar cuidados em turismo de saúde, sobretudo no espaço norte-americano que era o que os senhores previam e prometeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é reconhecer capacidade e condições no nosso Serviço Regional de Saúde.

Não é dizer que não temos um Serviço Regional de Saúde que merecemos, Sra. Deputada.

Peço desculpa, mas tenho que lhe dizer isso com toda a clareza.

Sr. Deputado Duarte Freitas, não posso responder a apartes, mas estou perfeitamente disponível para quando o senhor quiser lhe explicar o problema da INDRA, tal como já o fiz nesta Assembleia, ao Sr. Deputado

João Costa quando estava ali sentado. Estou completamente disponível em qualquer momento para esclarecer.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se quiser saber venha a debate que eu o esclareço já, aqui e agora.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas mais Sr. Deputado, já que o senhor está tão importante e preocupado com isso, o Sr. Deputado vai-nos explicar aqui a sua afirmação numa nota que o senhor tem no seu site, do PSD, que diz assim: “Duarte Freitas assumiu também o compromisso de reduzir o tempo de espera para uma cirurgia de três anos para 12 meses...”

Deputado José San-Bento (PS): Grande homem! E não votaram em si!

O Orador: ... no máximo do Serviço Regional de Saúde.”

Explique-nos a nós como é que reduz de três anos para 12 meses uma cirurgia no Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Respondo, assim que me responder aos 6 milhões!

Deputado Domingos Cunha (PS): Venha a debate!

Deputado André Bradford (PS): O senhor não fala ao microfone, mas está sempre a mandar bocas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Explique o que é fez aos 6 milhões e depois a gente fala!

Deputado André Bradford (PS): Mas o que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Para uma interpelação à Mesa?

A Sra. Deputada Mónica Seidi já estava no uso da palavra. Dou-lhe de imediato a palavra a seguir, Sr. Deputado Domingos Cunha.

Sras. e Srs. Deputados, por favor!

Sra. Deputada Mónica Seidi pode continuar.

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, uma coisa é aquilo que eu quero dizer, outra coisa é aquilo que o senhor quer que eu diga. O senhor não manda dizer aquilo que eu quero.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao turismo de saúde, o que está no programa do PSD ...

Deputado André Bradford (PS): É muito nervosa, impetuosa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, calma!

A Oradora: ... relativamente ao turismo de saúde e que passo a ler é que “face à dimensão do mercado mundial de turismo de saúde com relevância no gerado dos Estados Unidos, os Açores pela sua localização

deverão posicionar-se [repito: deverão posicionar-se] no mercado de turismo de saúde através de hospitais públicos, quer através de prestadores privados de diferentes áreas de cuidados de saúde” ...

Deputado André Bradford (PS): Os tais que não prestam para nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... e o senhor não me ouviu dizer aqui que os hospitais não prestam para nada. O senhor não me ouviu dizer isso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Aliás, há quatro anos atrás nesta legislatura ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: O senhor não me ouviu dizer nunca que os hospitais da Região não prestam para nada. Aliás, eu trabalhei num hospital da Região durante sete anos e ainda por cima ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Há que reconhecer que é a qualidade de serviços que temos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu há pouco tentei, mas a Sra. Deputada também não me permitiu que eu continuasse.

Sras. e Srs. Deputados, eu apelo a todos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A todos não, ao PS!

Presidente: ... a alguma contenção ... a todos! ... principalmente no toca aos apartes, porque efetivamente com o ruído que está na sala nós não nos conseguimos entender. Portanto, se for para continuar assim, terminamos os trabalhos mais cedo.

Sra. Deputada Mónica Seidi para continuar a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada.

Só para dizer ao Sr. Deputado Domingos Cunha que nunca me ouviu dizer que os hospitais da Região não têm qualidade, porque não foi isso que eu disse. Não disse isso de todo!

Os senhores queriam que eu talvez dissesse isso, mas não! Consigo ter discernimento para perceber o que é que disse ou não nesta Casa e isso ninguém me tira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Não é o senhor que me vai por palavras na boca.

Finalmente, deixando concluir, a mesma citação que está no programa do PSD além dos hospitais públicos diz também prestadores privados de diferentes áreas de cuidados de saúde. Não está escrito pelo PSD que “deverão ter iniciativa”. É antes que “deveriam posicionar-se no turismo de saúde”.

Recordo mais uma vez que o antigo Secretário da Saúde defendia a mesma coisa.

Obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Domingos Cunha tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Deputado Domingos Cunha (PS): Para defesa da honra, Sra. Presidente.

Presidente: Defesa da honra a?

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** A um aparte que o Sr. Deputado Duarte Freitas já pela segunda vez ...

Presidente: O Sr. Deputado terá que justificar as declarações que foram referidas.

O Orador: Exatamente. Dois apartes que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez ali da bancada para os quais eu não posso aceitar, nem sequer admitir.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Indiciou que o processo da INDRA e do serviço de informatização do Serviço Regional de Saúde que com o meu envolvimento tinham perdido 7 milhões de euros.

Eu já disse ao Sr. Deputado ...

Deu a entender que para além desta situação eu estava envolvido neste processo. Portanto, que fique claro aqui, nesta Assembleia, que fique claríssimo aqui, nesta Assembleia, que se o Sr. Deputado Duarte Freitas tem algum documento em sua posse ou alguma informação que me impute como responsável direto ou que tenha beneficiado deste processo, que o apresente aqui e agora ou nas entidades responsáveis.

Apresente-o aqui e agora!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente com a sua benevolência peço-lhe uma coisa: é que me autorize uma vez mais a explicar nesta Assembleia o problema da INDRA, sob pena de ficar em causa o meu bom nome e a minha idoneidade que não admito que nenhum Sr. Deputado nem Sra. Deputada possa pôr em causa nesta Casa, como lá fora, em qualquer circunstância. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, para apresentar os seus argumentos.

Deputado Domingos Cunha (PS): É para pedir desculpa!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é para contrapor a defesa da honra.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor tem de ser honesto!

O Orador: É para uma intervenção que eu tinha pedido a palavra há bocadinho.

Presidente: Prescinde ...

O Orador: Claro, porque eu acho que não ofendi a honra de ninguém, portanto, não tenho de contrapor nada sobre essa matéria.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor quer dizer o que quer e entende!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Duarte Freitas, para intervir, tem a palavra.

O Orador: Vou fazer a minha intervenção como estava a fazer. Já tinha, aliás, pedido a palavra, mas deixe-me que lhe diga, Sra. Presidente, que se caminharmos neste caminho de pedir defesas da honra por apartes e ainda por cima descontextualizar e usar ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Srs. Deputados, vamo-nos entender.

A Mesa está aqui para orientar os trabalhos. Não havendo condições encerramos.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pode continuar.

O Orador: Sra. Presidente, como disse, acho que na condução dos trabalhos (e certamente compreenderá as minhas afirmações) nós temos que ter aqui algum caminho claro e algum critério, porque se formos entrar nas reações aos apartes nunca mais saímos daqui, ainda por cima

descontextualizando e tentando por em *on* aquilo que se disse em aparte, ou até alterando o que se disse em aparte.

Deputado Francisco Coelho (PS): Com deputados do PSD já deu conferência de líderes!

O Orador: Mas digo já aqui, Sr. Deputado Domingos Cunha, sem ser em reação ao seu protesto e à sua defesa da honra, mas na minha intervenção que já tinha pedido a palavra. A questão é esta: nunca coloquei em causa a sua honorabilidade pessoal. Aquilo que coloco em causa é a sua competência política, porque o senhor enquanto secretário investiu num projeto que custou 6 ou 7 milhões de euros, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: ... que não serviu para nada e hoje em dia o Serviço Regional de Saúde não tem a informatização que devia ter numa região arquipelágica como são os Açores.

É tão só isto, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, quero dizer que entendo esta sua intervenção como uma argumentação em relação à defesa da honra, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu não pedi a defesa da honra!

Presidente: ... porque esta questão está completamente fora do debate e vem no seguimento daquilo que foi a defesa da honra do Sr. Deputado, e naturalmente que a Mesa conduz os trabalhos e concede a palavra quando entende que o tem de fazer.

Portanto, nem sempre pode ser do agrado de todos, mas é sempre feito em consciência e para aquilo que dignifica este Parlamento.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha pede a palavra para intervir no debate.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O julgamento político da minha atuação foi entre 2004 e 2008 e os açorianos responderam a seguir com as eleições que deu a maioria que está aqui e outras que já se antecederam a esta. Portanto, o meu julgamento já está feito nessa questão, mas a INDRA, que foi a empresa que ganhou o processo de informatização, é a mesma empresa que está na ESA em Santa Maria, que é que está a gerir todo o sistema do controle de lançamento de satélites e não só a nível aeroespacial.

Neste âmbito dizer e esclarecer que todo este processo teve o visto prévio do Tribunal de Contas, era uma entidade idónea, era tão idónea que tinha a informatização de 735 centros de saúde; 27 áreas hospitalares em Espanha; 7 milhões, 687 mil e 399 cidadãos que cobriam esta rede; partilhavam esta rede 32 milhões de espanhóis e partilham, continuam a partilhar; que o Serviço Regional de Saúde de facto pagou 6 milhões, 665 mil e 111, 98 à INDRA que entretanto abandonou o projeto e enquanto eu fui responsável político acionei as devidas contrapartidas e enquanto fui

responsável político o Governo recebeu 790 mil euros, o posterior já não é da minha competência.

Portanto, cumpro rigorosamente e com a seriedade que se impõe neste processo, como em todos os processos em que eu estou, tudo aquilo que era devido.

Por isso se não vingou este processo não foi por culpa nem do Governo de então, pode ser por minha incompetência política, porque isso aí até posso aceitá-la. Não posso aceitar nem admitir é que o senhor nos apertes tente passar a mensagem de que no meio deste processo eu tinha qualquer responsabilidade ou algum interesse aqui envolvido.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário da Saúde tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Estava em lista de espera há muito tempo!

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para duas questões que tinha-me esquecido da Sra. Deputada Mónica Seidi. Uma apenas um registo que de facto de vez em quando gosta de trazer à coação o meu papel enquanto administrador do hospital. Portanto, fica registado. Também poderemos assumir o mesmo papel.

Relativamente à questão da empresa Precise. Isto trata-se de um contrato público de aprovisionamento para médicos para as unidades de saúde de ilha, um contrato público, em que essa empresa ganhou na perspetiva dos médicos que vierem a ser contratados para cada uma das unidades de saúde de ilha possam fazer as urgências nesses locais.

Deputada Mónica Seidi (PSD): A questão não é essa!

O Orador: Portanto, o preço que está aqui em causa e que estava no contrato público de aprovisionamento são 29, 29 € para especialistas e 24,50 € para não especialistas. Portanto, é um contrato público completamente transparente.

Relativamente à questão dos especialistas. De facto eu disse (e nós temos vindo a analisar essa situação) que não é só a questão financeira que está em causa. Portanto, poderemos, segundo dizem as próprias entidades que estão envolvidas, introduzir um conjunto de incentivos que vão para além dos financeiros e isto foi já feito também a nível nacional.

Sr. Deputado Artur Lima, para finalizar, registo a sua felicitação, que vindo da sua parte é sempre importante que ela seja registada ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É de desconfiar!

O Orador: ... e guardarei para sempre esta mesma felicitação.

Relativamente ao concurso da imagiologia. Ele foi lançado em junho de 2016. Decorreu os prazos normais. Foi avaliado por uma equipa técnica, foi avaliado pelo júri. O júri já elaborou o relatório preliminar que foi enviado aos concorrentes. Se não houver pronúncias em contrário será feita adjudicação de imediato ao valor exato que está no Plano.

Penso que a referência que faz ao relatório da Saudaço e pelo ano que cita que é este relatório, tem a ver com a nova forma de financiamento e de contratualização quer com os hospitais, quer com as unidades de saúde

de ilha que decorreu o ano passado na perspetiva de contratualizar com base em resultados.

Penso que é isso que se estão a referir.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Corvo?

Presidente: Pode continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Peço desculpa. Tinha aqui a nota, mas animado com as suas felicitações ...

Sr. Deputado Artur Lima, agradeço a pergunta que fez no lugar do Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu respeito os corvinos! Corvo merece uma notazinha!

O Orador: ... e que tenho gosto em responder.

Efetivamente, Srs. Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão, como sabe o Sr. Deputado Paulo Estêvão eu próprio na minha deslocação em janeiro ao Corvo tive oportunidade de, nas auscultações que fiz, na troca de impressões que tive com várias pessoas, inclusivamente consigo, não no Corvo, mas noutra local, chegarmos à conclusão que não era necessário que um médico dentista estivesse permanentemente no Corvo ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas isso é o que toda a gente dizia!

O Orador: ... e como tal aquilo que está acordado com o médico é do médico se deslocar uma semana por mês à ilha do Corvo.

No mês de janeiro o médico esteve presente. Atendeu 102 utentes, realizou 110 tratamentos, iniciou o programa PIPCO.

Ele efetivamente no mês de fevereiro não foi, porque houve uma avaria na cadeira.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão como sabe e é conhecedor de tudo o que se passa no Corvo, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o que não se passa também sabe!

O Orador: ... o técnico aterrou esta segunda-feira no Corvo e foi reparar a cadeira e hoje saiu do Corvo, como tal a cadeira está reparada e o senhor médico dentista no dia 27 de março estará novamente no Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Médico dentista está em parte incerta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Duarte Freitas estava inscrito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só mais uma intervenção em relação ao que estava aqui em debate entre mim e o Deputado Domingos Cunha.

Para dizer que duas coisas ficam claras deste nosso debate.

A primeira é que continuamos sem um sistema integrado num arquipélago como o nosso para poder ser ferramenta para os serviços regionais de saúde prestarem um melhor serviço. É a primeira conclusão.

A segunda conclusão é que o senhor com a responsabilidade política que teve continua sem saber explicar o que é que se passou e o porquê deste falhanço, que continua hoje a prejudicar o Serviço Regional de Saúde.

É tão só quanto isto, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PSD): É tudo personalizado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Podíamos falar de umas outras coisinhas! Umas redações finais!

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi, agora sim, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só porque penso que o Sr. Secretário da Saúde deve ter se esquecido de responder às perguntas que coloquei, nomeadamente à questão dos cuidados coronários ou dos cuidados intermédios e se efetivamente já tinha feito alguma proposta a algum dos médicos recém especialistas no valor de 7 mil euros.

A questão é só sim ou não, porque sei bem o que é que a Precise como empresa é e o que é que contratualiza.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 30 segundos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 30 segundos não, tem mais!

O Orador: Mas eu quero responder em 30 segundos, Sr. Deputado, se me permitir ...

Relativamente à telemetria e à unidade de cuidados coronários e não me vou pronunciar sobre notícias que vi no *Diário Insular* e, portanto, vou falar com a administração do hospital e logo se decidirá sobre isto.

Relativamente aos médicos especialistas e essa oferta. Sra. Deputada, eu afirmei na minha intervenção que nós estamos dispostos a alterar a

legislação. Enquanto a legislação não for alterada nós não podemos oferecer esses montantes aos médicos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para intervir?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para?

O Orador: No sentido de solicitar ... O Sr. Secretário acabou de referenciar que tem apenas 30 segundos e o que eu quero saber é quanto tempo tem o Governo Regional ainda para o debate.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo Regional dispõe ainda de cerca de 70 minutos.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta Casa da democracia por estes dias ouvi que o Governo não deixava ninguém para trás. Concordo que deveria ser assim, mas sei que não é assim.

O acesso dos açorianos aos serviços de saúde não é igual e muitas vezes a desigualdade entre ilhas não é fruto apenas da geografia, mas da teimosia de poupar dinheiro neste setor, deixando para trás muitos açorianos, enquanto noutros setores se esbanja dinheiro inventando ofícios e serviços de utilidade duvidosa.

No Pico teimamos e teimámos em não ficar para trás, lutámos pelos nossos direitos, contrariando a teimosia de políticos quando à força de

quererem tomar decisões contra o que estava legalmente estabelecido e contra a população, uma população envelhecida e frágil em muitos casos. Foi o que aconteceu com o anterior Secretário da Saúde que em vez de facilitar o acesso da população à saúde queria diminuir a acessibilidade para poupar dinheiro. Espero que esta atitude se altere.

Sr. Secretário gostava de lhe colocar algumas questões: está prevista a reabilitação do Centro de Saúde das Lajes do Pico, uma verba que no ano passado estava inscrita no Plano com 619 mil euros que este ano passou para cerca de 170 mil que terá segundo o Plano depois no final à volta de 900 mil euros.

Ora, o edifício encontra-se em elevado estado de degradação a necessitar de muitas obras e noutros centros de saúde em conselhos de igual dimensão, ou dimensão parecida, ou até menor, essas obras de intervenção e reabilitação custaram mais dinheiro.

A minha questão é a seguinte: depois destas obras ficará mesmo o Centro de Saúde das Lajes com a categoria de centro de saúde avançado, ou será uma forma de depois à frente dizer que não têm condições e ter que se diminuir os serviços que lá se prestam?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segunda pergunta que lhe queria colocar, Sr. Secretário, tem a ver com a hemodiálise na Madalena do Pico, no Centro de Saúde da Madalena do Pico. Nas vésperas das eleições, nos tempos que as precederam, houve várias manifestações por parte do Governo e do Partido Socialista de que a hemodiálise estava para poucos dias, que os doentes do Pico deixariam de vir para o Faial fazer hemodiálise.

Daquilo que eu sei, o Centro de Saúde da Madalena continua sem hemodiálise e até o serviço de análises já foi de tal forma alterado que

neste momento só funciona nos dias úteis entre as oito e as quinze horas na ilha toda do Pico.

Portanto, queria saber para quando da hemodiálise.

E por último, Sr. Secretário, estava referida uma verba de 220 mil euros para o TAC do Centro de Saúde da Madalena.

Ora tendo em conta que o Centro de Saúde da Madalena já tem um TAC um funcionar eu queria recolocar-lhe a seguinte questão: ficará o Centro de Saúde da Madalena com dois TACs?

Passará para outro dos centros de saúde da ilha?

Passará para outra ilha?

O que é que vai acontecer a este segundo TAC que pelos vistos vai ser lá posto?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é que é desperdício!

O Orador: Até porque parece-me que é um TAC muito melhor do que lá têm, porque fazendo fé nos documentos oficiais do Governo, o outro terá custando 90 mil euros e este tem uma verba bastante superior de 220 mil.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com muito pouco tempo para poder responder, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito pouco tempo!

O Orador: ... mas Sr. Deputado Jorge Jorge, efetivamente o senhor veio aqui mais uma vez falar em poupança no Serviço Regional de Saúde, em reduzir o acesso à saúde dos picarotos ... Isto é uma manifesta falta de conhecimento da realidade picarota. Vou-lhe só dizer em poucos números.

Em 2016, consultas de especialidade (e foram 17 especialidades) foram só 3. 055 consultas.

Deputado Luís Garcia (PSD): E a maternidade? E a hemodiálise?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só queria saber da hemodiálise!

O Orador: A SIV funcionou em pleno na ilha do Pico. Teve só 171 saídas. Salvou vidas. Realizados TACs ...

Oh, Sra. Presidente, eu se conseguisse ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Realizados TACs em 2016 na ilha do Pico foram só 144.

Em relação ao serviço de hemodiálise, Sr. Deputado, e eu fiz essas declarações enquanto candidato, e faço hoje aqui enquanto deputado, o serviço de hemodiálise tem já os seus equipamentos na ilha do Pico e na ilha do Faial, inclusive, porquê?

Neste momento ainda não está em funcionamento por uma questão simples: o visto do Tribunal de Contas de um contrato para os consumíveis que não é só para a ilha do Pico, é para os três hospitais e para o centro de saúde da ilha do Pico. E isso, Sr. Deputado, a gente faz, a gente cumpre e aí mais uma vez os senhores a ignorarem e a não conseguirem sair da bolha, da crítica pela crítica, desconhecendo a realidade da saúde na ilha do Pico.

Mas com a certeza de que há coisas para corrigir e é por isso que cá estamos, para fazer melhor do que aquilo que já fizemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Miguel Costa disse que ia responder. Não lhe fiz nenhuma pergunta. Fiz três perguntas concretas ao Governo.

Deputado André Bradford (PS): A gente aqui responde quando quer!

O Orador: Eu sei que é um bocado difícil. Não se faz muito bem a distinção onde é que acaba o Partido Socialista e o Governo, mas ficou patente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Miguel Costa, o Sr. Deputado veio com números. Eu fiz três perguntas concretas e não me respondeu às perguntas. Não falei em consultas. Falei em três situações muito concretas.

Já agora deixo mais uma pergunta: a diálise também está parada nos outros locais por causa dos consumíveis?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Jorge, para responder às suas questões.

A hemodiálise decorreu de um concurso onde a empresa que ganhou fornece o equipamento e o que está em causa no concurso é a aquisição dos consumíveis e isto acontece em várias unidades de saúde.

Quando a aquisição dos consumíveis assume um valor que é necessário visto do Tribunal de Contas ele tem de ir a visto do Tribunal de Contas. Neste momento, o que está em causa relativamente à utilização de consumíveis pelo Hospital da Horta, que é que irá fornecer para o Centro de Saúde da Madalena, estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas. Relativamente ao Centro de Saúde das Lajes do Pico, Sr. Deputado.

A verba que está ...

Presidente: Sr. Secretário, pode.

Deputado Paulo Parece (PSD): Está à procura dos números!

O Orador: Estava aqui só à procura ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que estão os dados que acabou de citar!

Deputado Miguel Costa (PS): Informem-se!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Assim obrigam-me a ter que dar mais tempo ao Governo, porque o Sr. Secretário está à espera que haja silêncio para poder falar.

Sr. Secretário, pode continuar.

O Orador: Vou aproveitar para responder sobre a questão do valor do Centro de Saúde das Lajes do Pico e também acrescentar relativamente ao Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores que me esqueci há pouco de responder.

O Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores está pronto para adjudicação. Tem um valor total de adjudicação de 1 milhão, 604, 460. A verba que está inscrita prevê uma execução financeira a partir de junho de 2017.

Relativamente ao Centro de Saúde das Lajes do Pico tem um custo total (e está em relatório final, daí o valor ser já o que irá para adjudicação) de 998 mil e 638 mil euros que também prevê o início financeiro para setembro, porque esse está mais atrasado relativamente ao outro.

A questão das análises que o Sr. Deputado colocou é uma situação que temos vindo a analisar também para perceber que alteração é que pode ser feita a este nível.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só gostava de ser esclarecido em relação ao TAC, ao aparelho de TAC.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário já está pronto para responder.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Saúde tem sido tão bombardeado com perguntas que às vezes deixo algumas de lado, mas como já perceberam eu respondo a tudo, nem que seja a dizer que não sei.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Honrosa exceção!

O Orador: Relativamente ao TAC, Sr. Deputado, estão inscritos 223 mil, 020 euros que é (tal como eu disse em Comissão) para o encerramento financeiro da candidatura que foi feita para aquisição dos equipamentos e como tal essa é a verba restante para pagamento do TAC que já existe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na área das dependências em que foi já descrito recentemente o quadro negro da Região, o Solar da Glória foi anunciado como a primeira comunidade terapêutica da Região pelo Presidente do Governo em 2008.

Em 2012 ...

Deputado André Bradford (*PS*): É deputado do Faial. É do Faial não pode falar por São Miguel!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Posso recomeçar, Sra. Presidente?

Presidente: Pode.

O Orador: Muito obrigado.

Na área das dependências em que recentemente foi descrito nesta Assembleia o quadro negro da Região, o Solar da Glória foi anunciado como a primeira comunidade terapêutica dos Açores pelo Presidente do Governo em 2008.

Deputado André Bradford (PS): Isso é em São Miguel. O senhor é deputado pelo Faial! Não pode!

O Orador: Em 2012, ano eleitoral, foi lançada a primeira pedra.

Sr. Secretário Regional da Saúde, pergunto-lhe quando entra em funcionamento efetivo o Solar da Glória como comunidade terapêutica, qual o plano de ação, qual a entidade responsável pelo desenvolvimento desse plano, que critérios presidiram à escolha dessa entidade e porque razão não foi aberto um procedimento aberto a todas as instituições interessadas em desenvolver esse mesmo plano de intervenção na área das dependências no Solar da Glória.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Solar da Glória a parte de infraestruturas está terminada. Está a preparar-se a parte do mobiliário para a unidade de desintoxicação e para a comunidade terapêutica.

A primeira terá uma capacidade para 10 utentes, a segunda para 20 utentes.

Tal como foi anunciado no dia em que foi lançada a obra foi atribuída à entidade que tinha experiência para o efeito, a ARRISCA, a responsabilidade de gestão dessa infraestrutura.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Perguntava ao Sr. Secretário se tem uma data previsível para a entrada efetiva em funcionamento da anunciada primeira comunidade terapêutica da Região e deduzo das suas palavras que o Governo entendeu por bem atribuir o plano de ação a uma entidade que lhe pareceu ter (e tem de facto) competências, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer dizer alguma coisa que não está a dizer ou é impressão minha?

O Orador: ... não convidando qualquer outra instituição ou não abrindo a possibilidade de qualquer outra instituição de fazer o desenvolvimento desse mesmo plano.

Obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Para a primeira questão é não, não lhe sei dizer exatamente qual é o prazo para entrar em funcionamento.

Para a segunda questão é sim. Foi escolhida aquela entidade por ser a única que é considerada como tendo competências para o efeito.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então avançar para a única intervenção de tribuna que temos sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*): Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O debate nesta Assembleia sobre as Orientações de médio prazo, do Plano Anual Regional e do Orçamento da Região, propostos pelo Governo, leva-nos hoje à saúde.

No pressuposto de que a saúde não tem preço, mas tem custos, debatemos por isso, o seu orçamento proposto para 2017.

Antes de tecer considerações sobre as opções do Plano e Orçamento proposto para a saúde, quero, porque aprendi com eles, dedicar palavras de admiração e respeito a todos os profissionais de excelência que trabalham no nosso Serviço Regional de Saúde.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É com o seu esforço, dedicação e saber, que se multiplica o milagre da vida, muitas vezes sem o reconhecimento público que merecem.

Contamos com eles, para fazermos a regeneração possível e desejável, porque acreditamos na viabilidade e sustentabilidade do nosso Serviço Regional de Saúde, **se**, formos capazes **de** com a imprescindível participação ativa dos nossos profissionais, fazermos a mudança de paradigma de que para mais e melhor saúde não é só necessário mais dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

O Orador: Eficiência, exigência e saber, são os pilares da garantia de manutenção deste modelo e as condições requeridas para a sua melhoria. Condescender nestas premissas é abrir caminho para a mediocridade e ineficácia com impacto na acessibilidade, na equidade, nos custos do sistema; e consequentemente na sua sustentabilidade.

Reformar, reformular ou regenerar o sistema, são hipóteses sempre presentes no estudo de soluções que possam reforçar esta viabilidade necessária, alicerçada no princípio da sustentabilidade orçamental.

Não sendo ainda o Serviço Regional de Saúde que queremos ter, é o Serviço Regional de Saúde que presentemente podemos ter e na grande maioria das situações, nos orgulhamos de ter.

No patamar de diferenciação e de volume de serviços em que nos encontramos, o orçamento proposto para a saúde, atinge os 300 milhões de euros.

A dotação orçamental reforçada para 2017 em mais 9 milhões de euros, representa um aumento de 3,6%, assumindo-se que os gastos em saúde

são tendencialmente crescentes, como aliás se verificou com os reforços orçamentais dos últimos anos.

As condicionantes internas e externas ao sistema que podem influenciar o aumento dos gastos em saúde, refletem-se ainda mais no nosso, devido à dispersão geográfica insular.

Exma. Sr.^a Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

Se o mote para este debate **for**: se representa este orçamento muito ou pouco para as necessidades do sistema, então duas premissas devem ser equacionadas e uma evidência constatada.

A primeira premissa é de que, se acham muito e querem cortar na despesa, sem utilizarmos todas as ferramentas disponíveis para resolver as suas ineficiências, sem contarmos com o contributo valioso dos técnicos de saúde, vão ter como consequências graves alterações na equidade, no acesso e na prestação de cuidados, além de potenciarem crescimento errático na despesa.

A segunda premissa é a de que se acham pouco; “Pôr” mais dinheiro no sistema, sem utilizar as ferramentas de controlo da gestão clínica e do desperdício, é torná-lo insustentável do ponto de vista do financiamento, facilitando a ineficácia e os gastos.

A evidência é que muito, ou pouco, há quem gaste mais e menos per capita do que nós.

Nos Açores a despesa prevista em saúde per capita, prevê-se de 1220€, na Madeira, 1322€ e em Portugal continental de 870€ o que significa, que em sistemas comparáveis, a insularidade por si, gera um custo per capita mais elevado.

Os nossos Hospitais e a nossa rede de serviços das Unidades de Saúde Ilha, apresentam índices de produtividade muito positivos, embora ainda com um peso excessivo de atendimentos nos serviços de urgência; **mas**, já se assiste a uma inflexão desta demanda, evidência da organização eficaz e aumento da cobertura assistencial nos cuidados de saúde primários.

É por isso que devemos equacionar entrar numa fase de regeneração, em que depois de um grande investimento em recursos humanos, infraestruturas e equipamentos, independentemente do que ainda falta fazer, como a cobertura da população por médico de família, há que aperfeiçoar o sistema, sempre numa perspetiva de sistema social regional. Deste modo, justifica-se que o investimento proposto para o desenvolvimento do Sistema de Saúde, para o ano de 2017, ronde os 24,9 milhões de euros.

Esta é uma opção estratégica válida para manter nesta fase como prioritária a sustentabilidade do funcionamento dos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha.

Nestes decorrerão projetos assistenciais importantes, como a produção acrescida para recuperação das listas de espera cirúrgicas e a contratação de mais especialistas; a deslocação e apoio de médicos Especialistas às Unidades de Saúde Ilha sem Hospital e a manutenção das valências diferenciadas que caracterizam já a oferta de serviços em saúde na nossa Região.

Simultaneamente o sistema, deve redesenhar-se na sua dinâmica intrínseca de inovação e procura da eficiência e sustentabilidade, numa relação otimizada de custo-benefício.

Para nós, é importante saber o preço das coisas, mas como sistema social de saúde que queremos manter, é mais importante não colocar o preço das coisas acima do valor das coisas.

Assim defenderemos a equidade horizontal e vertical em saúde como um dos grandes objetivos a atingir.

Nesta perspetiva, para nós, a defesa de mais e melhor saúde para os Açorianos, embora com custos, a saúde não tem preço, tem valor.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições sobre esta matéria.

Considerando também o nosso horário, vamos interromper então os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional, 67 minutos e 38 segundos; Partido Socialista, 60 minutos e 01 segundo; PSD, 34 minutos e 35 segundos; CDS/PP, 4 minutos e 36 segundos; Bloco de Esquerda, 4 minutos; PCP, 2 minutos e 30 segundos e PPM, 1 minuto e 49 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 54 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Renata Correia Botelho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Luís Maurício Mendonça Santos

A redatora, Ana Machado